

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: novembro de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

O passivo ambiental – Folha de São Paulo – Opinião – 01/11/2009	8
Sem verba, projeto de sequestro de CO2 espera Copenhague – Dimitri do Valle - Folha de São Paulo – Ciência – 01/11/2009	9
Acordo do clima entra na reta final hoje – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 02/11/2009.....	11
Querela Florestal - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 03/11/2009	12
Brasil busca novo marco em negociação de clima - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 03/11/2009	14
Europa pressiona os EUA por meta menos tímida – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 03/11/2009	15
Brasil deve ir a reunião de Clima sem meta definida – Estado de São Paulo – Capa – 04/11/2009.....	16
País deve abandonar meta ambiental – João Domingos, Tânia Monteiro, Leonencio Nossa, Christiane Samarco, Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 04/11/2009.....	16
Clima, moeda de troca – Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo – Opinião – 04/11/2009.....	18
Governo deixa meta de CO2 para depois – Folha de São Paulo – Ciência – 04/11/2009	18
Lula arrisca perder o bonde de Copenhague – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 04/11/2009.....	20
Boicote africano em reunião climática na Europa pressiona países desenvolvidos – Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 04/11/2009	22
Desmatamento na Amazônia cai 32% em setembro - Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA - 04/11/2009.....	22
Brasil pode ir à cúpula do clima sem meta definida - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Internacional - 04/11/2009	24
País perde chance de liderar processo, dizem ONGs - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 04/11/2009	25
Sem meta para Copenhague – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/11/2009	26
Lula pedirá a Obama que vá à conferência do clima - Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Ciência – 05/11/2009.....	27
Para UE, acordo só sai no último dia de encontro – Roberto Dias – Folha de São Paulo – Ciência – 05/11/2009.....	28
Com desmate em queda, Minc ataca ruralistas – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Ciência – 05/11/2009.....	29

Estudo indica complexidade de gás-estufa – Ricardo Bonalume Neto – Folha de São Paulo – Ciência – 05/11/2009.....	30
Governo facilita regularização ambiental do agricultor – Sítio eletrônico do MMA – 05/11/2009.....	31
Prazo para reflorestar sera de 22 anos - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2009.....	32
Países ricos falam em adiar para 2010 Decisão sobre meta - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2009.....	33
Por reservas, Minc aceita tirar multa de ruralistas – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 06/11/2009	34
Conta do clima é de R\$ 99,9 bi – Catarina alencastro – O Globo – Ciência – 06/11/09 35	
Produtores e Embrapa criam rede para pesquisar áreas protegidas - Afra Balazina e Luciana Constantino – Estado de São Paulo – Vida & - 08/11/2009.....	37
Madeira do Pará tem origem 89% ilegal – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 08/11/2009.....	38
Sema diz que não fez pressão por mudança – Folha de São Paulo – Ciência – 08/11/2009.....	40
Trabalho original foi alterado após governo criticar dados – Folha de São Paulo – Ciência – 08/11/2009.....	40
China avança em energias renováveis – Raul Juste Lores – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/11/2009.....	41
Engenheiros recebem R\$ 1.000 mais subsídios – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/11/2009.....	42
O Brasil real e Copenhague - Kátia Abreu – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/11/2009.....	43
Japão lança plano para coletar energia solar em órbita – Folha de São Paulo – Ciência – 09/11/2009.....	45
Brasil rejeita pressão para pagar por clima – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Ciência – 09/11/2009.....	45
Reunião discute acesso aos recursos da biodiversidade e repartição de benefícios – Sítio eletrônico do MMA - 09/11/2009.....	46
A falta de acordo para o clima e a retranca do Brasil – Valor Econômico – Opinião - 06/11/2009.....	47
Acordo climático opõe ricos a pobres - Daniela Chiaretti – Valor econômico – Internacional - 09/11/2009.....	48
Uma agenda ambientalista deve prevalecer em 2010 - Paulo R. Haddad – Valor Econômico – Opinião - 09/11/2009	49
Ministra vira a ‘estrela’ em site da Presidência - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional -10/11/2009	52
Enfrentar as mudanças climáticas – José Serra – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 10/11/2009	53

Governo cede e leva proposta "voluntária" de emissão à ONU – Fernando Barros de Mello – Folha de São Paulo – Brasil – 10/11/2009	55
Ministro destaca políticas do governo para enfrentamento das mudanças climáticas - Maiesse Gramacho – Sítio eletrônico do MMA - 10/11/2009	56
Desmate melhora economia, mas não eleva índices sociais – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 11/11/2009	57
Lula rejeita os planos de Minc e de Stephanes – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 11/11/2009	58
Proposta na ONU é para valer, diz governo – Folha de São Paulo – Brasil – 11/11/2009	59
Países vulneráveis prometem esverdear suas economias – Folha de São Paulo – Ciência – 12/11/2009	60
EUA cortariam 7% do CO2 com casas eficientes, diz pesquisa – Ricardo Miotto – Folha de São Paulo – Ciência – 12/11/2009	60
Brasil registra o menor índice de desmatamento dos últimos 21anos - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 13/11/2009	61
Meta ambiental do Brasil é a mais radical dos emergentes – Estado de São Paulo – Capa – 14/11/2009	63
Brasil levar á para Copenhague meta de redução de emissões de até 38,9% - Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 14/11/2009	64
Especialistas pedem legislação - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 14/11/2009	65
Meio Ambiente e Agricultura se reaproximam – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 14/11/2009	67
Proposta brasileira vai ajudar acordo global, afirmam ONGs – Folha de São Paulo – Ciência – 14/11/2009	68
Hillary pede para diminuir anseios sobre Copenhague – Folha de São Paulo – Ciência – 14/11/2009	68
Perspectivas para Copenhague - José Goldenberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/11/2009	70
Barreira ambiental vai afetar mais os setores intensivos de energia – Raquel Landim – Estado de São Paulo – Economia – 16/11/2009	72
Líderes de países ricos descartam acordo definitivo em Copenhague - Claudia Trevisan – Estado de São Paulo – Vida & - 16/11/2009	74
Opinião pública e mudança climática – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 16/11/2009	75
Líderes recuam e atrasam elaboração de acordo do clima – Folha de São Paulo – Ciência – 16/11/2009	76
Brasil vai manter meta de redução – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 16/11/2009	77
Copenhague virou "Flopnhague" – Cláudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/11/2009	78

Minc se diz frustrado com posição dos EUA e China sobre conferência do clima - Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA - 16/11/2009	78
O derretimento de Copenhague – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 17/11/2009.....	79
Brasil acredita em acordo climático - Andrei Netto e Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 17/11/2009.....	80
Entrave em Copenhague – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 17/11/2009.....	82
A paradoxal retórica verde – Roberto Smeraldi – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 17/11/2009	82
Copenhague ainda não morreu, diz Lula – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 17/11/2009.....	84
Líderes discutem tamanho do atraso no acordo – Folha de São Paulo – Ciência – 17/11/2009	85
Minc e Stephanes, juntos, criticam China e EUA – Folha de São Paulo – ciência – 17/11/2009.....	86
EUA e China agora falam em metas - Cláudia Trevisan – Estado de São Paulo – Vida & 18/11/2009	86
Obama e Hu, agora, dizem querer metas – Raul Juste Lores e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência - 2009.....	88
Mundo está a caminho de ficar 6C mais quente, diz pesquisa – Folha de São Paulo – Ciência – 18/11/2009.....	89
Governo e ruralistas chegam a acordo sobre mudanças no Código Florestal - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 18/11/2009	89
Com ou sem acordo, dinheiro é impasse no clima - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 18/11/2009	91
ONU pede atenção a refugiados do clima – Antonio Gois – Folha de São Paulo – Ciência – 19/11/2009.....	92
População menor reduz emissão global em até 24% - Folha de São Paulo – Ciência – 19/11/2009.....	93
"Ambiente não é desculpa para impor controle de natalidade" – Folha de São Paulo – Ciência – 19/11/2009.....	94
Meta climática Voluntária pode virar lei no Brasil – Estado de São Paulo – Vida & - 20/11/2009.....	94
Lula põe meta "voluntária" na lei do clima – Marta Salomon - Folha de São Paulo – Ciência – 20/11/2009.....	95
'Brasil é chave em Copenhague' – Yvo de Boer – O Globo – Ciência – 20/11/2009	97
Fundos e empresas investem em floresta - André Magnabosco – Estado de São Paulo – Vida & - 21/11/2009.....	98
Adiar o acordo do clima não garante êxito, diz analista – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 21/11/2009.....	99

ONG pede que igreja proteste contra CO2 – Folha de São Paulo – Ciência – 21/11/2009	100
ATRASO NÃO VAI AMEAÇAR CRÉDITO DE CARBONO – Folha de São Paulo – Ciência – 21/11/2009.....	101
A conferência do clima – Emilio Odebrecht – Folha de São Paulo – Opinião – 22/11/2009.....	101
Os vetores da descarbonização – José Eli da Veiga – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 22/11/2009	102
Desmate na Amazônia representa menos de 5% das emissões do País - João Domingos – Estado de São Paulo – vida & - 23/11/2009.....	104
Adiamento de metas climáticas em Copenhague é 'absurdo', diz Dilma – Chico de Gois e Gustavo Paul – O Globo – Economia – 23/11/2009.....	105
O marco regulatório do clima pós-Copenhague - Rômulo S. R. Sampaio – Valor Econômico – Opinião - 23/11/2009	106
O que há de errado com o Código Florestal – Ciro Siqueira – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 24/11/2009	107
Desmate da Amazônia emite 1,5% do CO2 global - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 24/11/2009.....	111
Brasil inflou dado de CO2, sugere estudo – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 24/11/2009.....	112
A conta é dos pobres – Vivian Oswald e Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 24/11/2009.....	113
Previsão de colapso climático na Amazônia – Graça Magalhães-Ruether – O Globo – Ciência – 24/11/2009.....	114
IPCC brasileiro vai melhorar combate ao aquecimento global - Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA- 24/11/2009	115
Minc considera despropósito anistiar desmatadores ilegais - Melissa Silva - Sítio eletrônico do MMA - 24/11/2009.....	116
Aquecimento custará 1 ano de crescimento ao Brasil – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 25/11/2009.....	118
Queda no desmate poupa 300 milhões de toneladas de CO2 – Folha de São Paulo – Ciência – 25/11/2009.....	119
Lula discute clima com os países da Amazônia - Raymundo Costa – Valor Econômico – Internacional - 25/11/2009.....	119
Emissão do Brasil sobe 62% em 15 anos – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 26/11/2009.....	120
Cúpula amazônica começa esvaziada hoje – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Ciência – 26/11/2009.....	122
Obama vai a Copenhague e promete meta de CO2 – Janaina Lage – Folha de São Paulo – ciência – 26/11/2009.....	123
China cobra ricos por compromisso em Copenhague – Folha de São Paulo – Ciência – 26/11/2009.....	124

Sinal verde – Miriam Leitão – O Globo – economia – 26/11/2009	125
Sarkozy propõe verba de rico para proteger floresta – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Ciência – 27/11/2009.....	126
China põe número na mesa para Copenhague – Raul Juste Lores – Folha de São Paulo – Ciência – 27/11/2009.....	128
China também tem meta – O Globo – Ciencia – 27/11/2009.....	129
China anuncia meta para suas emissões - Geoff Dyer e Fiona Harvey – Valor Econômico – Opinião - 27/11/2009	130
O fracasso da cúpula de Manaus – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 28/11/2009.....	131
China só se compromete com metas bancadas pelos ricos – Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2009.....	132
Pará repõe floresta nativa com eucalipto – João Carlos Machado, Roberto Madureira e Gustavo Hennemann – Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2009	132
Plantio segue lei federal, diz governo – Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2009	133
Clima alentador – Folha de São Paulo – Ciência – 29/09/2009	134
Climagate – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 29/09/2009.....	135
Justiça ignora Lula e pune desmatadores – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2009.....	136
Proprietários não registram reserva legal - Marta Salomon - Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2009.....	137
Índia diz que apresentará meta de corte de CO2 em Copenhague – Raul Juste Lores – Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2009.....	138
Aquecimento global e equidade – Luiz Carlos Bresser-Pereira – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/11/2009.....	139

O passivo ambiental – Folha de São Paulo – Opinião – 01/11/2009

Aproxima-se a data para regularizar propriedades rurais, e o governo Lula já cogita novo adiamento na cobrança das regras

TORNOU-SE já consensual o objetivo de não repetir com as imensas florestas na metade do país que chamamos de Amazônia a experiência trágica da mata atlântica, reduzida a menos de 8% da área original. No entanto, não se encontrou ainda a fórmula capaz de conciliar preservação com a agricultura e a pecuária. Em 2008, o agronegócio sustentou 36% das exportações brasileiras. Não se pode abrir mão desse resultado, nem pode ele servir de pretexto para que tratores e patas do gado arrasem as matas que a lei manda preservar. Dá-se como certo que o Planalto adiará mais uma vez a aplicação de multas diárias de R\$ 50 a R\$ 500 por hectare para aqueles proprietários que não averbarem (fizerem anotar em escritura) suas áreas de reserva legal. A data-limite é 11 de dezembro. Reservas legais são terrenos em que é obrigatório manter a cobertura vegetal nativa. Estão previstas no Código Florestal desde 1965, para que a preservação das matas do país não ocorra só em terras públicas ou unidades de conservação. A parcela da propriedade reservada varia: 80% em áreas com florestas na Amazônia Legal, 35% naquelas com cerrado na mesma região e 20% no restante. Não são intocáveis: o dono pode manejá-las, por exemplo, extraíndo alguma madeira e frutos. Para muitos proprietários, sobretudo na Amazônia, averbar a reserva legal significa reconhecer um grande passivo ambiental. O Código Florestal em vigor (lei nº 4.771, alterada por medida provisória em 2001) faculta-lhes três opções, ou uma mescla delas, para recompor a vegetação indevidamente derrubada: replantio de espécies nativas em um décimo da área a cada três anos; regeneração natural; compensação por meio de compra de área equivalente na mesma microbacia fluvial. Apesar da flexibilidade, alguns donos de terras resistem à averbação. Preferem centrar fogo no improvável afrouxamento do código. Há quem proponha no Congresso, por exemplo, retroceder a reserva legal na Amazônia aos 50% que vigoravam antes de 2001. A reação da opinião pública -nacional e internacional- seria avassaladora se a proposta vingasse. A averbação se tornou obrigatória em julho de 2008 e deveria vigorar em dezembro daquele ano. Foi adiada para o final de 2009. Acredita-se que será novamente adiada, talvez para junho de 2010 (embora pareça duvidoso que Lula vá hostilizar a base ruralista em ano eleitoral). Dessa bancada no Congresso e até do Ministério da Agricultura surgem agora propostas para livrar da recomposição produtores que tenham desmatado sem amparo legal. É inaceitável. Muitos o fizeram justamente na expectativa de que a regra seria abrandada. Chegou o momento de estancar de vez essa torrente de risco moral, que só prejudica quem obedece a lei. Outro alvo de inconformismo são as áreas de preservação permanente (APPs). Proprietários devem manter incólumes terrenos com corpos d'água, em topos de morros e em terrenos com mais de 45 de inclinação, entre outras situações. Uma das funções das APPs é impedir a erosão. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) argumenta que, no caso dos cursos d'água, a extensão da

faixa a preservar deveria ser determinada com base em critérios técnico-científicos, como a conformação geológica das barrancas, e não na largura do rio, como hoje. As normas mais específicas seriam objeto de legislações estaduais, aproximando-as das condições regionais, o que parece sensato (se não for pretexto para afrouxar as leis). Pleiteia-se ainda computar a superfície das APPs para inteirar a reserva legal. Uma expectativa razoável, aliás contemplada pelo código em algumas situações. A lei também admite que órgãos ambientais reduzam a 50% a área de reserva legal a recompor, em propriedades da Amazônia com passivo ambiental, desde que haja indicação para tanto em zoneamentos agrícolas propostos pelos Estados. O Ministério do Meio Ambiente cogita outras concessões. Uma delas seria criar "cotas" de reserva legal -o proprietário que dispusesse de mais do que o exigido poderia vender o excedente a outro. Alguns cultivos, como maçã, uva e café, seriam permitidos em encostas, consagrando áreas há muito cultivadas. A compensação poderia ocorrer fora da microbacia, se no mesmo bioma. Alguns ambientalistas, contudo, se agarram a uma legislação que parece perfeita, ou quase, mas é descumprida por toda parte. Entre um fundamentalismo e outro avança a fronteira agrícola, de forma desordenada, abrindo caminho para o Brasil reeditar um roteiro de desenvolvimento insustentável que todos gostariam de arquivar para sempre.

Sem verba, projeto de sequestro de CO₂ espera Copenhague – Dimitri do Valle -
Folha de São Paulo – Ciência – 01/11/2009

Funcionários da ONG SPVS medem árvore para avaliar captura de carbono na mata atlântica

RICARDO MIOTO DA REPORTAGEM LOCAL O primeiro projeto de sequestro de carbono do Brasil, instalado no litoral norte do Paraná, completa dez anos, sob ameaça. Não há dinheiro para bancá-lo pelas quatro décadas em que ele deveria funcionar. Seus criadores agora apostam no sucesso da conferência do clima de Copenhague, em dezembro, para mantê-lo vivo. O projeto consiste em duas ações. A principal é proteger uma área já existente de 16,5 mil hectares de floresta (mais do que o centro expandido de São Paulo) dentro da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, um dos maiores remanescentes da mata atlântica.

A outra é restaurar a mata em 1.500 hectares degradados na região, que abrigava, até os anos 1990, criações de búfalo. A ONG paranaense SPVS (Sociedade para a Proteção da Vida Selvagem), que mantém o projeto em parceria com a americana TNC (The Nature Conservancy), espera que Copenhague aprove o chamado Redd, mecanismo que permitirá que ações de desmatamento evitado e conservação gerem créditos de carbono. Se isso acontecer, o interesse das empresas deve aumentar -e dinheiro poderá entrar. "Está tudo na mão. A gente já dominou a metodologia. Não é inteligente deixar essa área só na manutenção", disse Clóvis Borges, diretor da SPVS. O projeto teve um começo promissor. Três empresas americanas (General Motors, American Electric Power e Chevron Texaco) tinham acabado de criar um fundo de US\$

18 milhões para bancar a ideia. Um terço do dinheiro foi utilizado logo de cara na compra das três áreas do onde o projeto seria implementado. O resto foi investido nos Estados Unidos -a ideia era que os rendimentos pudessem ajudar a sustentar as atividades pelas quatro décadas. As companhias fizeram isso acreditando que estavam se antecipando ao Protocolo de Kyoto. Na época, achava-se que o tratado do clima fosse permitir emissão de créditos de carbono por desmate evitado no chamado MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo).

Bush e a crise

Mas então deu tudo errado. Kyoto travou em 2001, abandonado pelos EUA de George W. Bush. O acordo só viria a entrar em vigor em 2005 -mas o desmatamento evitado, grande trunfo do projeto de Guaraqueçaba, ficou de fora do MDL. "Tudo esfriou, muitas empresas se desinteressaram. Isso acabou prejudicando o projeto. Ao longo desses anos, em termos financeiros, a gente se decepcionou", diz André Ferretti, engenheiro florestal que coordenou o projeto até 2005. E outros fatores também atrapalharam. O Real se valorizou (fazendo com o dinheiro investido nos EUA perdesse cada vez mais valor). Em 2008, veio a crise econômica. Neste ano, a GM, que era a principal doadora, foi à bancarrota. Após tudo isso, já foram gastos US\$ 10 milhões. Sobram, então, apenas US\$ 8 milhões. O custo de manutenção do projeto chega a US\$ 700 mil por ano. Como faltam 30 anos para completar o objetivo inicial, é óbvio: a conta não vai fechar.

Resultados

Desde o início, a ideia era menos compensar emissões de carbono (afinal, o projeto compensaria apenas o equivalente às emissões de de 8.000 carros) e sim ser um modelo de área onde o desmatamento foi evitado e o carbono, mantido. Mas isso não aconteceu. "O mercado ainda não se abriu para manter a qualidade do projeto na área piloto e replicar a ideia fora dele e em outros biomas", diz Borges. "Agora a questão do desmatamento evitado está voltando, e este modelo pode informar sobre medição e adicionalidade em projetos de Redd", diz Fernando Veiga, coordenador de Serviços Ambientais da TNC . O maior ativo do projeto são estudos pioneiros sobre o comportamento do carbono na mata atlântica: quanto ela absorve, quanta área é necessária para compensar cada tonelada. Ferretti destaca também, como benefício extra, a conservação de uma área importante para a biodiversidade -há na região espécies ameaçadas na mata atlântica, como a onça-parda, a anta e a queixada. Além disso, fala da contratação de 45 moradores -o projeto é o segundo maior empregador da região de Guaraqueçaba, perdendo apenas das prefeituras. Os locais receberam treinamento para atuar como guarda-parques e plantadores de mudas nativas. Há dois anos, eles criaram uma cooperativa de produção de mel retirado da própria floresta regenerada. "Antes eles estavam marginalizados, degradando a floresta. Hoje, sabem coisas [sobre manejo florestal] que eu, engenheiro florestal formado na USP, não sei", diz Ferretti.

Acordo do clima entra na reta final hoje – Claudio Angelo – Folha de São Paulo –
Ciência – 02/11/2009

Reunião em Barcelona tenta avançar e amenizar impasses, mas tratado final em Copenhague é virtualmente impossível

Brasil deve dar impulso à negociação anunciando amanhã ao menos 26% de corte de CO₂; para Inpe, país fica em posição "favorável"

Com a esperança de um acordo final virtualmente sepultada, representantes de quase 180 países iniciam hoje em Barcelona, Espanha, a última rodada de negociações antes da conferência do clima de Copenhague, em dezembro. Os diplomatas têm diante de si duas tarefas difíceis. A primeira é avançar na produção do texto do novo acordo do clima a partir de um rascunho repleto de propostas concorrentes e pontos sem consenso. A segunda é tentar atenuar as divisões profundas entre países ricos e pobres, que se agravaram durante a última reunião de negociações, no mês passado, em Bancoc, Tailândia.

A reunião de Bancoc acabou sem nenhuma sinalização sobre dois pontos fundamentais: quanto dinheiro os países ricos colocarão na mesa para financiar o combate ao aquecimento global nos países em desenvolvimento; e quanto eles se dispõem a cortar nas próprias emissões até 2020. Para piorar, as nações ricas têm defendido a extinção do Protocolo de Kyoto e sua substituição pelo novo acordo, o que só serviu para aumentar a desconfiança dos países pobres.

Ao longo das últimas semanas, líderes mundiais têm reconhecido que é fisicamente impossível que o acordo do clima, considerado o tratado mais complexo da história das relações internacionais, possa ser concluído em Copenhague. "É realista dizer que não conseguiremos concluir um tratado, mas é importante termos um arcabouço político que seja a base do tratado", disse na última sexta-feira a chanceler da Alemanha, Angela Merkel. Na semana passada, a União Europeia deu um passo adiante, concordando em adotar um fundo de US\$ 150 bilhões por ano para financiar os países pobres. A UE, porém, não disse com quanto contribuiria. Nesta semana, é o Brasil quem deve ajudar a atenuar o impasse. Espera-se que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncie amanhã qual será a meta brasileira de redução de emissões até 2020. O anúncio do Brasil pode ajudar a destravar Barcelona. Somado aos compromissos já declarados de grandes poluidores pobres como China e Indonésia, deve pressionar os países ricos a aumentarem suas ambições.

26%

A proposta brasileira deve ser uma redução de pelo menos 26% nas emissões em 2020 em relação à tendência atual. Esse desvio seria obtido reduzindo o desmatamento na Amazônia em 80%, conforme estabelecido no Plano Nacional de Mudança Climática, de 2008. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, vem propondo que o corte seja de 35% a 40%, mas enfrenta resistências.

O Ministério da Ciência e Tecnologia diz que não há estudos sólidos para embasar a proposta de Minc. "Não há dados sobre como reduzir 40% de nossas emissões em 2020", disse Gilberto Câmara, diretor do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Segundo Câmara, porém, mesmo essa meta mais modesta deixa o Brasil numa posição favorável. "Ela equivale a 20% de tudo o que os países ricos anunciaram até agora." Além disso, argumenta, o compromisso de redução do desmatamento amazônico vai requerer uma "reconversão" da atividade agropecuária que "vai gerar um efeito cascata", beneficiando potencialmente o cerrado -cujas emissões são hoje equivalentes às da Amazônia.

Querela Florestal - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 03/11/2009

Aumenta a confusão sobre o Código Florestal. Agenda desastrosa.

Ao invés de encontrar soluções, o governo cria novos problemas, acirrando a briga entre ambientalistas e ruralistas.

A mídia se delicia. O assunto atormenta os agricultores nacionais, a exemplo de José Batistela, ali na região de Araras. Quietamente em seu canto, o velho sitiante acompanha essa polêmica há anos. Gente simples, italiano como grande parte dos colegas da roça, cujas famílias desembarcaram há mais de século para trabalhar no colonato do café, seu José não consegue entender por que não se resolveu ainda essa pendenga ambiental.

Fosse ele o presidente, pensa o agricultor, dava um pito bravo nesses ministros que vivem às turras, umfalando mal do outro pelas costas, e os colocava fechados numa sala, exigindo uma boa proposta para o País.

Afinal, para que mais serve um presidente da República senão para arbitrar e decidir sobre os graves problemas da Nação?

Passam-se os meses e a encrenca sobre a legislação florestal continua, parecendo drama enrolado de novela chata. Seu José gostaria, pelo menos, de avaliar o que se passa. Talvez, pensa, o presidente Lula esteja ocupado demais nessas viagens para lá e para cá, cada dia num lugar diferente, aproveitando a fama para conhecer o mundo.

José Batistela aceita, resignado, essa distância do chefe da Nação, vivendo no mundo da lua, curtindo a popularidade que pode ser efêmera como o voo sexual das libélulas. Vira para seu neto e pergunta: escuta, menino, você não acha que o Lula deveria pelo menos delegar a alguém essa tarefa de bater logo o martelo nisso, encontrando uma boa saída para esse impasse ecológico entre produzir e conservar?

Claro que sim, responde o jovem. Normalmente, quem assume esse papel na ausência do presidente é o chefe da Casa Civil. Talvez lá se pudesse promover esse necessário acerto de contas entre o passado e o presente da agropecuária brasileira.

Sei não, medita seu José. Aquela mulher com jeito de casca grossa não parece ter nenhum talento conciliador.

Além do mais, só a vejo também andando mais que notícia ruim, sempre atrás do chefe, tirando fotografia, fazendo o que nunca entendi direito. Com tanto passeio do poder, quem será que está governando o Brasil?

Vai saber... Importa que o País, mesmo enfrentando dificuldades variadas, assumiu na última década forte liderança agrícola mundial. Tradicionalmente mandava

no mercado de açúcar, café e tabaco. Agora, graças ao suor dos agricultores e aos modernos sistemas de produção, passou a dominar na carne bovina, nas aves, na soja, no suco de laranja. O Brasil virou uma potência agropecuária.

Assustam-se por aqui os estrangeiros ao conhecerem a integração da lavoura com a pecuária, o plantio direto, as safras sucessivas no mesmo terreno, a fruticultura deslanchando, a silvicultura dando um show de produtividade, o etanol se impondo.

Nem as terríveis barreiras comerciais impedem o País de vencer o jogo da competição rural internacional.

O caipira José Batistela acompanhou essa fantástica evolução do campo. Suas mãos grossas e calejadas pelo cabo da enxada testemunharam o avanço da engenharia agrônômica, o conhecimento aplicado livrando o homem do duro serviço braçal. Somente quem tirou à mão o leite da vaca, no frio da madrugada, reconhece o valor de uma ordenhadeira mecânica.

Meu Deus, questiona-se José Batistela. Se a agricultura ajuda tanto o desenvolvimento do País, por que o governo não destrava logo esse assunto do Código Florestal, propiciando uma solução negociada, nem tanto ao mar nem tanto à terra?

Por que não acaba com essa chateação na vida do agricultor, perdido por aí como cachorro caído da mudança, sem saber para que lado correr, levando xingo à toa, empurrado para os braços de um ruralismo atrasado sem ter a chance de mostrar que gosta da novidade ambiental?

Presidente Lula, ergue a sobrancelha José Batistela, pensando com seus botões. Pare nesta semana um dia que seja lá naquele lindo Palácio do Planalto, chame os ministros do Meio Ambiente e da Agricultura, bote à mesa do lado as ONGs ambientalistas, situe do outro a turma ruralista da CNA e, por favor, promova um acordo, o senhor que tem experiência nessa matéria desde a época das brigas sindicais. Atue, presidente.

Não permita que os agricultores brasileiros continuem massacrados pela opinião pública, injustiçados como se fossem criminosos ambientais. Embora exista uma meia dúzia de perdulários que ainda trabalham como se na escravatura vivessem, ofereça a chance aos agricultores de mostrarem sua modernidade. Impeça essa estúpida rivalidade entre ruralistas e ambientalistas, cheiro de coisa antiga.

Comece a reunião, presidente, determinando uma moratoria no desmatamento deste País por, no mínimo, cinco anos. Em seguida, ordene aos ministros que se acertem para regularizar aqueles que, no passado, retiraram seu sustento das áreas protegidas na beirada dos rios. Se eles erraram, nada os distingue do pessoal da cidade que também ocupou equivocadamente as várzeas, erguendo residências nas áreas de preservação. Cidade vale igual o campo.

Descubram como compensa a reserva legal surrupiada indevidamente. Nada de perdoar os algozes da floresta.

Há que encontrar caminhos, oferecer estímulos para a recuperação ambiental, conscientizando os agricultores.

Educação ambiental funciona melhor que o reio da fiscalização.

José Batistela ficou pensativo. Não parece difícil encontrar saídas nessa querela florestal. Pensou em escrever uma carta ao presidente expressando suas melhores ideias. Ficou em dúvida: qual endereço colocaria no envelope?

Brasil busca novo marco em negociação de clima - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 03/11/2009

A proposta que está em discussão no Brasil para ser apresentada na Conferência de Copenhague (CoP-15) deve trazer uma reviravolta importante para a posição dos países em desenvolvimento e criar um novo marco para o financiamento das reduções de emissões de gases-estufa. Segundo analistas, essa alternativa teria a vantagem de fazer com que tanto o mundo industrializado como os países em desenvolvimento diminuíssem suas emissões de modo mais eficiente.

No Brasil, o foco da discussão tem sido apenas a possível meta de corte que não prejudique o crescimento do país. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) está agora desenhando uma fórmula para reduzir as emissões por desmatamento e envolver os países ricos no processo. O que se quer evitar é que, no futuro, os ricos continuem emitindo muito gases-estufa e apenas compensem isso ao financiar projetos de preservação nos países pobres.

Esta é a polêmica-chave no debate sobre Redd, o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação. O Brasil sempre defendeu Redd e sobre isso, não há divergências. Todos querem que se reduzam as emissões por desmatamento. O problema é como.

O MMA criou um plano com três vértices: dinheiro do Tesouro dos países, recursos do mercado de crédito de carbono e um mecanismo compensatório. O Fundo Amazônia, criado durante a gestão Marina Silva e atualmente com recursos da Noruega, é um exemplo da primeira forma de Redd. Aqui, a verba vem por doação. O segundo caso pode ser um percentual da venda de licenças para emitir comercializadas nos países europeus. O terceiro caso é que é o problemático.

Nos Estados Unidos há grandes defensores do sistema compensatório. A ideia deles é cortar menos emissões em casa e continuar a contribuir preservando "estoques de carbono" em regiões da Amazônia. Na visão de alguns especialistas brasileiros, há um problemão nisso. Os EUA emitiriam lá e compensariam aqui, e na conta climática global não se cortam emissões - ou seja, não há benefícios no combate ao aquecimento. Pior: a distância entre o estágio de desenvolvimento dos EUA e o estágio de dificuldades da Amazônia pode ficar cristalizada para sempre. Os governadores da Amazônia estão seduzidos por esta lógica, imaginando grandes volumes de dinheiro. Prometem pressão ao governo Lula na véspera do ano eleitoral.

"Nossa proposta usa os três mecanismos e um é motivador do outro", diz Tasso Azevedo, consultor para florestas e clima do MMA. O segredo é que o tal artifício compensatório tem condicionantes e foi pensado sob uma ótica maior. Como as decisões nas Nações Unidas têm que ser tomadas por consenso, e como os países com florestas são 30 ou 40 no mundo, Redd tem poder de fogo restrito.

O pulo do gato está numa nova sigla: os Namas. Em inglês, Nationally Appropriate Mitigation Actions, as Ações Apropriadas de Mitigação em Nível Nacional. Pelas regras do acordo climático, os países ricos têm metas de corte e os em desenvolvimento têm que apresentar Namas, ou seja, seus planos de ação. São projetos para reduzir emissões. Reduzir o desmatamento, um projeto de Redd, pode ser um Nama. Usar mais etanol no sistema nacional de transportes pode ser outro Nama. Isso faz com que todo o mundo em desenvolvimento tenha interesse neste debate, não só os países com florestas. E para os ricos é mais atraente abrir o leque de opções.

Na proposta do MMA, um país desenvolvido só poderá compensar suas emissões se tiver cumprido com parte de sua meta de corte em casa, na mudança da

matriz energética, por exemplo. A outra condição é que ele tenha contribuído financeiramente com sua parte no fundo de adaptação (recursos para que os mais pobres possam se adaptar ao aquecimento) e no fundo de mitigação (ou de Namas) previsto na Convenção. "Isto faz com que o país coloque recursos porque terá interesse em acessar os créditos", explica.

Os países em desenvolvimento também têm sua cota de contribuição. Pelas regras do jogo, economias emergentes têm que afastar sua curva de emissões do crescimento que seria esperado se não fizessem nada para combater o problema - o cenário conhecido como business as usual. Isto significa que também aqui uma parte da redução nas emissões teria que ser feita sem gerar créditos de carbono, mas com possibilidade de obter recursos no tal fundo de Namas. "Isto faria com que os países em desenvolvimento reduzissem sua parte da forma mais rápida possível para poderem acessar, em seguida, recursos em mais volume, do mercado", esclarece.

O que está por trás desse quebra-cabeça é a constatação científica que o esforço global de emitir menos não será suficiente se não houver esforços também do mundo em desenvolvimento. A proposta do MMA está em debate no governo e pode ser fechada nos próximos dias.

Europa pressiona os EUA por meta menos tímida – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 03/11/2009

No primeiro dia da última rodada de negociações antes da Conferência de Copenhague, os EUA ficaram sob o holofote. A tensão da rodada anterior, em Bancoc, Tailândia, no mês passado, que opôs países em desenvolvimento (notadamente emergentes como China, Índia e Brasil) aos europeus, parece ter tido trégua momentânea.

A ministra da Energia e Mudança Climática da Dinamarca, Connie Hedegaard, ponderou que outros países apresentaram metas mesmo se tinham que buscar apoio doméstico dos Congressos - fazendo referência ao momento atual nos EUA, onde a lei da energia e mudança climática está sendo analisada pelo Senado. A proposta dos EUA é cortar 17% de suas emissões em 2020, em relação ao volume de 2005. Aí está um dos nós do acordo - o que significaria entre 4% e 7% em relação a 1990, ou seja, quase o que existe no Protocolo de Kyoto e que os países industrializados estão tentando cumprir. Na ótica dos europeus, o compromisso americano atual é tímido demais. "Sempre pudemos contar com os EUA quando o mundo enfrentou grandes desafios", ponderou a ministra. "E é por isso que os EUA também deveriam propor algo desta vez".

O ministro sueco do meio ambiente, Andreas Carlgren, falou no mesmo tom. Segundo ele, as 27 nações europeias entendem que a contribuição dos EUA é urgente e lembrou que se outros países participarem mais ativamente, o bloco europeu pode aumentar sua proposta de corte de 20% em 2020 para 30%. "Vamos usar estes 30% como uma alavanca para pressionar outros países a nos acompanhar", continuou Carlgren.

Em sua vez, Jonathan Pershing, o chefe da delegação americana em Barcelona disse que "é extremamente importante que façamos parte deste acordo". Segundo ele,

tudo depende da "métrica" que se use - em sua perspectiva, os EUA estão fazendo tanto quanto os europeus em ações locais. "Fizemos em dez meses desta administração mais do que nos dois mandatos da gestão anterior."

Na última semana formal de negociação antes de Copenhague, as delegações se empenham em resumir o atual texto, que tem mais de 100 páginas. Yvo De Boer, o secretário-executivo da Convenção do Clima, disse acreditar que é possível ter um acordo político em Copenhague e deixar os detalhes para depois. "A contagem regressiva para um acordo está chegando ao zero", disse De Boer. Ele lembrou os esforços dos países em desenvolvimento e disse que hoje a China tem a liderança em cortar emissões em relação à tendência atual (O business as usual, no jargão diplomático). (DC)

Brasil deve ir a reunião de Clima sem meta definida – Estado de São Paulo – Capa – 04/11/2009

Em vez de metas de redução de gases de efeito estufa, o Brasil deve levar à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), em dezembro, uma carta de intenções que mostraria o "esforço voluntário" para combater o aquecimento global – como a redução do desmatamento da Amazônia em 80% até 2020 e ações nos setores industriais e da agroindústria. Ontem, após reunião ministerial, ficou claro que o País caminha para levar a Copenhague uma proposta sem definição de metas de redução de emissão de gases. Só houve consenso quanto à redução da derrubada da Floresta Amazônica. Os ministros pediram ao presidente Lula mais tempo e um novo encontro foi marcado para o dia 14.

Impasse também em Barcelona

Em reunião em Barcelona, os países africanos deram um ultimato às nações ricas: só continuariam a discutir o Protocolo de Kyoto após os desenvolvidos apresentarem novas metas de redução de emissões. O Brasil apoiou

País deve abandonar meta ambiental – João Domingos, Tânia Monteiro, Leoncio Nossa, Christiane Samarco, Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 04/11/2009

Em vez de metas de redução de gases de efeito estufa, o Brasil deve ter uma carta de intenções que mostraria o "esforço voluntário" para combater o aquecimento global, como a redução do desmatamento da Amazônia em 80% até 2020 e ações nos setores industriais e da agroindústria. Ao fim de mais uma reunião ministerial ficou claro que o País caminha para levar uma proposta sem definição de metas de redução de emissão de gases à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), em Copenhague, no próximo mês.

A reunião de ontem entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sete ministros, representantes de ministérios, da delegação que vai a Copenhague e do setor de energia elétrica, destinada a buscar um consenso para a proposta brasileira, avançou pouco.

Os ministros preferiram pedir mais tempo para marcar um novo encontro, no dia 14.

Consenso mesmo só quanto à redução da derrubada da floresta amazônica, o que poderá alcançar 20% menos de emissões em 2020. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, informou que sua pasta incentivará o plantio direto de grãos em substituição ao arado, a recuperação de 50 milhões de hectares de áreas degradadas e o fim da queima da palha da cana-de-açúcar na colheita a partir de 2018.

São objetivos que podem reduzir as emissões.

O Ministério do Desenvolvimento informou que lutar pelo selo “ação verde”, fazendo com que as siderúrgicas só usem o carvão vegetal, com reposição de 100% das árvores (mais informações na pág. A17).

CREDIBILIDADE

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que chefiará a delegação brasileira em Copenhague, disse que dificilmente será definida uma meta de redução de emissões na próxima reunião ministerial. “Pode ser que no dia 14 a gente não apresente o número diretamente, mas apenas as medidas, até porque o número tem de ter credibilidade.”

A ministra falou explicitamente em proposta que formaria um “esforço voluntário do Brasil”.

Dilma estava ao lado do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que defende meta de redução de emissão de gases de 40% e crescimento econômico de 4% ao ano até 2020, uma forma de segurar os gases de efeito estufa. Dilma não concorda. A candidata à sucessão de Lula defende crescimento de 5% a 6% ao ano. Isso, reconheceu a ministra, poderá fazer com que as emissões aumentem um pouco.

Na área de produção de energia, o Brasil se considera o melhor.

Tabelas do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, indicam que, no setor elétrico, o Brasil lidera o ranking dos que menos emitem gases de efeito estufa.

Nesse quesito, enquanto o Brasil é responsável por 2,5% das emissões, os EUA respondem por 22% e União Europeia por 9%. Porém, quando são avaliadas as emissões totais, o Brasil ocupa a quarta posição entre os maiores emissores – e o desmatamento tem o maior peso.

Apesar de a reunião de ontem não ter estabelecido metas, Minc se disse muito otimista quanto à proposta brasileira.

Ele evitou falar em porcentuais. “Não dá para falar ainda.

Mas tenho certeza de que o Brasil apresentará a proposta mais avançada entre todos os países em desenvolvimento.” Eufórico como que achava conseguir com Lula e seus colegas, chegou a profetizar: “O Brasil vai salvar Copenhague”. Mesmo se não apresentar metas, mas só uma carta de intenções ou esforço voluntário, o Brasil pode ter vantagens sobre outros países em desenvolvimento. A China, por exemplo, não quer se comprometer com números nem propostas.

Clima, moeda de troca – Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo – Opinião –
04/11/2009

BRASÍLIA - Lula se reuniu ontem de novo com alguns de seus ministros para tentar formular qual será a política do país para conter o avanço das mudanças climáticas. Nada ficou decidido. Continua a queda de braço entre desenvolvimentistas e ambientalistas. Há um conflito entre quem deseja proteger o meio ambiente e aqueles cujo argumento é a favor de mais crescimento econômico -o que causaria mais poluição. Uma outra explicação é da linha utilitarista. O Brasil se mantém reticente em adotar metas ousadas de redução na emissão de gases que provocam o efeito estufa porque 2010 é um ano eleitoral. Doadores graúdos de campanha são do setor agropecuário. Ficariam irritados com regras ambientais rígidas. Uma hipótese assim nunca deve ser descartada. Dinheiro em eleição é um tema delicado. Mas não parece crível um presidente com até 80% de popularidade em algumas pesquisas estar muito preocupado com a opinião de plantadores de soja ou de criadores de gado. O principal fator a nortear o titubeio público e deliberado do Brasil tem conteúdo geopolítico. A posição brasileira sobre o clima está sendo usada como moeda de troca na relação com outras nações emergentes e algumas desenvolvidas. O governo Lula não deseja melindrar nem constranger seus aliados adotando metas arrojadas para redução de gases do efeito estufa. Em contrapartida, espera continuar a acumular apoios para um assento permanente do país no Conselho de Segurança da ONU. No dia 14, Lula faz uma nova reunião. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, já antecipou a intenção de não fixar metas: "Serão linhas gerais. Não vamos apresentar os números". Assim será. Se der tudo errado, o Brasil fica sem vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU e com a fama de mau gestor de seus recursos naturais. É alta a aposta de Lula.

frodriguesbsb@uol.com.br

Governo deixa meta de CO2 para depois – Folha de São Paulo – Ciência –
04/11/2009

Brasil pode guardar na manga para conferência do clima de Copenhague medidas mais ambiciosas de redução de emissões

Compromisso de reduzir desmate na Amazônia fica, mas corte de 40% proposto por Carlos Minc pode não ser expresso em números

O governo brasileiro sinalizou ontem que poderá levar uma meta ampla para diminuir a emissão de gases-estufa apenas como uma carta na manga para a conferência do clima de Copenhague, no mês que vem. Ou seja, somente a apresentará caso haja o comprometimento de outras nações com o tema, em especial China e EUA.

Caso contrário, como sugeriu ontem a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), utilizará os dados como medidas internas. A avaliação do governo brasileiro é que a conferência tende a fracassar, por isso a cautela quanto a uma meta internacional. "O Brasil está disposto a fazer o maior esforço possível para que essa reunião em Copenhague seja bem sucedida, mas ele vai fazer a parte dele. Ele vai fazer por si mesmo algumas propostas que são para o Brasil cumprir. São mais uma oferta e um objetivo que o Brasil vai colocar para si", disse a ministra, que estará à frente da comitiva brasileira na Dinamarca.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, revendo sua disposição inicial, sinalizou que só iria a Copenhague se outros chefes de Estado comparecessem. A proposta idealizada, como sinalizou ontem o chanceler Celso Amorim, deve ficar em torno de 40% de redução em relação ao que seriam as emissões brasileiras em 2020 caso nada fosse feito. Não se trata de um corte absoluto, mas sim de um "desvio de trajetória".

A redução em 80% do desmatamento na Amazônia responderia por 20% desse desvio, e os 20% restantes viriam de outros quatro eixos: redução do desmatamento em outros biomas, um setor siderúrgico sustentável, produção de eletricidade limpa e agropecuária eficiente.

Porém, diferentemente do que vinha propondo o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), somente a meta de redução do desmatamento deverá ser expressa em números. Os 20% restantes seriam ações que o Brasil declararia, mas sem se comprometer com o resultado.

O governo sabe que, para ter metas ambiciosas, não depende apenas de suas pernas. Principalmente em relação à queda do desmatamento, o Brasil conta com recursos estrangeiros. Os países em desenvolvimento esperam a criação de um fundo de US\$ 400 bilhões, mas, por ora, não há ofertas dos países desenvolvidos na mesa. A definição da meta, caso seja divulgada, depende também da estimativa de crescimento da economia até 2020. O Ministério do Meio Ambiente, a pedido de Dilma, apresentou projeções diante de um crescimento anual médio de 4%, 5% e 6%. Segundo a **Folha** apurou, Lula e Dilma devem bater o martelo nas estimativas mais altas do PIB (5% ou 6%). Mas isso não deve alterar a meta de 20% por corte no desmatamento.

Ontem, Lula reuniu representantes de oito ministérios para tratar do tema. Definiu apenas a cifra para a Amazônia.

Sexta-feira

13

O restante dependerá de projeções a serem apresentadas no dia 13, sexta-feira, pelas pastas. "O número tem de ser credível. Nós não estamos aqui para fazer uma proposta que não tenha credibilidade", disse a ministra, que completou: "Estamos fazendo isso de forma voluntária. Não estamos fazendo isso porque alguém definiu que a gente tinha de fazer".

A falta do anúncio da meta brasileira ontem desapontou ONG ambientalistas que acompanham as negociações do clima em Barcelona. "O governo tinha criado uma expectativa. A sensação é de frustração", disse Katia Maia, do escritório da Oxfam no Brasil. "Essa ausência de metas precisa ser melhor explicada." Paulo Adário, do Greenpeace, criticou a atuação de Dilma. "A sinalização que ela dá nessa discussão é claramente: "Eu não estou interessada nessa discussão ambiental"."

(EDUARDO SCOLESE, KENNEDY ALENCAR e SIMONE IGLESIAS)

Colaboraram **ROBERTO DIAS** , em Barcelona, e **CLAUDIO ANGELO**,
editor de Ciência

Lula arrisca perder o bonde de Copenhague – Marcelo Leite – Folha de São Paulo –
Ciência – 04/11/2009

É mais comum o governo Lula perder uma boa oportunidade de calar. Ontem ele deixou passar em branco uma chance de falar -e dizer a que veio, em matéria de aquecimento global e liderança mundial. O acordo de Copenhague, que deveria ser fechado em dezembro para substituir o Protocolo de Kyoto a partir de 2012, está à beira do abismo. A última rodada de negociação, em Barcelona, vai de mal a pior. Países africanos, que têm muito a perder caso se confirmem as previsões científicas de aumento de 3C ou mais neste século, ameaçam abandonar a reunião. Bolívia e Venezuela, que nada têm a perder no quesito responsabilidade, lançaram gás e gasolina na fogueira. Era o momento adequado para Lula demonstrar a liderança inovadora que lhe atribuem no estrangeiro. Mesmo que não anunciasse os 40% de redução de emissões de gases do efeito estufa almejados por seu ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, qualquer cifra acima dos 20% garantidos pela trajetória atual de redução do desmatamento já ajudaria a aliviar a atmosfera. A decisão fica adiada até 13 de novembro, quando faltarão 22 dias para Copenhague. O Brasil segue o exemplo dos EUA, que não conseguem fechar uma posição por dificuldades políticas domésticas. A diferença é que lá se trata de uma dissensão no Legislativo, não no Executivo. Ronda o Planalto o velho espectro da incapacidade de arbitrar entre visões divergentes. Os ministérios do Meio Ambiente, das Relações Exteriores, da Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia e da Agricultura nunca chegarão a um acordo sem intervenção do presidente da República. O Brasil pode, sim, contribuir para desatar o nó de Copenhague. Só depende de Lula.

Sem metas para o clima – Chico de Gois e Leila Suwwan – O Globo – Ciência
04/11/2009

Mais um encontro ministerial termina e não há acordo sobre redução de emissões

A segunda reunião ministerial para discutir a proposta que o Brasil levará para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, no próximo mês, em Copenhague, foi mais uma vez encerrada sem que o governo conseguisse definir as propostas que apresentará no encontro. De acordo com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, não está sequer certo se haverá a fixação de metas para redução da emissão de CO₂.

Mas o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, insiste em dizer que o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciará, após uma nova reunião no dia 14, compromissos “objetivos e mensuráveis”. Segundo Minc, o governo deve se comprometer com uma redução estimada entre 20% e 40% na emissão de gases-estufa até 2020.

— Pode ser que, no dia 14, não apresentemos o número diretamente.

Vamos apresentar as medidas.

Até porque, como disse o ministro Celso Amorim (das Relações Exteriores), o número tem de ser credível.

Nós não estamos aqui para fazer uma proposta que não tenha credibilidade — disse Dilma, que será a chefe da delegação brasileira na cúpula.

No encontro de ontem, que contou com a presença do presidente, foram discutidas as ações previstas nos quatro setores que mais contribuem para a emissão de CO₂: desmatamento, agricultura, energia e siderurgia.

Dilma repetiu o compromisso com a redução de 80% no desmatamento na Amazônia até 2020 — o que, aliás, foi anunciado por Lula no mês passado.

Estima-se que essa ação reduzirá as emissões do país em 20%.

De acordo com Minc, as outras ações devem trazer uma redução adicional de até mais 20%. Sobre a possibilidade de não apresentar uma meta, conforme disse Dilma Rousseff, Minc disse que isso é apenas uma “questão semântica”: — Meta é um termo usado para países ricos. Os países em desenvolvimento têm que ter compromissos firmes, mensuráveis e verificáveis.

Parte será cumprido com as nossas próprias pernas, outra parte com recursos externos. O Brasil terá números sim, objetivos.

“Aço verde”: a meta das siderúrgicas

Para o Greenpeace, essas distinções criam a sensação de que o Brasil não assumirá metas internacionais, apenas objetivos incertos.

A ministra Dilma falou concretamente apenas sobre as ações na siderurgia.

Ela anunciou uma nova marca para o setor: “aço verde”. A intenção é fazer com que essa indústria utilize carvão vegetal somente de replantio — atualmente, metade do carvão vem do corte de árvores nativas.

Sobre a agricultura, Dilma Rousseff falou genericamente no esforço pelo aumento da produtividade, para evitar o desmatamento. Além disso, haverá recuperação de áreas degradadas e aumento do plantio direto.

Minc, que já protagonizou querelas públicas com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, elogiou as iniciativas no setor e deu mais detalhes. Ele citou a integração entre lavoura e pecuária, a substituição de agrotóxicos por produtos biológicos e a redução de queimadas — no caso da cana-de açúcar, a meta é acabar com as queimadas até 2018.

— Estou otimista, teremos uma surpresa. O Brasil terá uma meta muito forte, vai dar uma grande contribuição ao planeta e vai ajudar a salvar a conferência de Copenhague.

O anúncio será feito no dia 14 — disse Minc.

Dilma disse que na reunião foram discutidas metas com taxas de crescimento da economia do país de 4%, 5% e 6% ao ano.

COLABOROU: (*) Catarina Alencastro

Boicote africano em reunião climática na Europa pressiona países desenvolvidos – Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 04/11/2009

Eles pedem às nações ricas que definam metas de redução de gases-estufa

Catarina Alencastro*

BARCELONA. Insatisfeitos com a falta de progresso nas negociações sobre clima, um grupo de países africanos decidiu ontem bloquear as discussões até que as nações desenvolvidas decidam apresentar suas metas de redução de gases-estufa. Eles alegam que, a poucos dias de Copenhague, os ricos continuam reticentes em mostrar suas cartas.

A estratégia surtiu efeito e, ao final do dia ontem, o grupo de trabalho que se debruça sobre as metas que os ricos deverão cumprir a partir de 2012, quando expira o Protocolo de Kyoto, decidiu se empenhar mais. A partir de hoje, 60% do tempo das discussões será destinado exclusivamente a definir metas de redução e o restante para determinar como serão cumpridas.

— Os africanos estão sofrendo, pessoas estão morrendo e aqueles que são responsáveis por essa situação não estão dispostos a tomar as decisões necessárias — cobrou Kamel Djemouai, da Argélia.

Djemouai argumenta que não dá para discutir as ações que os emergentes devem tomar sem que os números de redução de emissões esteja claro. Na penúltima cúpula da ONU sobre mudanças climáticas, em 2007, em Bali, ficou decidido que os emergentes migrariam para economias mais limpas, tendo como contrapartida financiamento e transferência de tecnologia por parte dos países ricos.

— Nós estamos sendo cobrados sobre as ações de mitigação que vamos executar, quando eles não dizem as tecnologias e os recursos que estão dispostos a nos dar — acusou Grace Akumu, representando o governo queniano.

O G-77 + China, grupo de países em desenvolvimento que inclui o Brasil, apoia os africanos. Eles pedem que a meta dos ricos seja de pelo menos 40% até 2020.

— Um acordo fraco em Copenhague vai resultar na nossa morte — disse Lumumba Stanislaus DiAping, de Senegal.

O presidente Barack Obama afirmou ontem que os EUA e a União Europeia já concordaram em redobrar os esforços para alcançar o sucesso das negociações. Mas a luta não será fácil. Ontem, os republicanos boicotaram no Senado o início dos debates sobre a legislação climática no país.

Desmatamento na Amazônia cai 32% em setembro - Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA - 04/11/2009

O desmatamento da Amazônia caiu 32% em setembro deste ano em comparação ao mesmo mês do ano passado. Com 82% da área sem a presença de nuvens, a maior visibilidade dos últimos dois anos para o mês, o sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), registrou 400 km² desmatados, contra 587 km² do ano passado. É o menor índice registrado pelo sistema desde 2004.

No acumulado do ano, o desmatamento da Amazônia, de janeiro a setembro, caiu pela metade, em relação ao mesmo período de 2008. Neste ano, foram desmatados 2.855 km², 54% a menos que nos mesmos meses do ano passado (6.262 km²). "É uma queda expressiva, consistente e continuada, que se deve a muito trabalho", destacou o ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, em entrevista coletiva para comentar os dados do Inpe.

Ele afirmou que a redução nos índices de desmatamento é resultado do trabalho de inteligência da Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (Ciccica), que se reúne toda semana para discutir ações para reprimir os crimes ambientais, e das alternativas sustentáveis de produção que estão sendo implementadas na Amazônia por meio da Operação Arco Verde.

"O Brasil vive um momento importante, com as ações de repressão junto com a operação Arco Verde, que leva alternativas de trabalho, para que o povo possa viver bem e com dignidade", disse o ministro.

O Mato Grosso foi o estado em que foi registrada a maior área desmatada, com 134 km², seguido do Pará (133 km²) e Rondônia (71 km²). Dos nove estados da Amazônia Legal, apenas Acre, Pará e Roraima registraram uma alta no desmatamento, comparado com o ano passado, com pequeno aumento de 1km², 6 km² e 7 km², respectivamente.

Os outros estados tiveram uma queda acentuada. Apesar de liderar o ranking do desmatamento em setembro, Mato Grosso registrou uma queda de 38%, em relação ao ano passado. O Maranhão teve a maior redução (86%). Segundo Minc, o número maranhense caiu depois das ações do MMA juntamente com órgãos parceiros, que trabalharam diretamente na área com forte desmatamento.

Minc reiterou que este ano o país terá a menor taxa de desmatamento dos últimos 20 anos e a tendência de queda vai continuar. Se nós não acreditássemos na queda do desmatamento, o presidente Lula não teria anunciado uma redução do desmatamento de 80% até 2020. Esse já é um compromisso do país, afirmou o ministro.

Tal redução terá como base a média de 1996 a 2005, que é de 19.500 km². Sendo assim, em 2020, o desmatamento deve cair para menos de 4 mil km². Para atingir essa meta, Minc explicou que é preciso mais gente, mais recursos e equipamentos, além de apoio dos estados e alternativas de trabalho com o uso de novas tecnologias.

Minc afirmou ainda que apesar da queda, não está feliz com os números do desmatamento. Melhor estar caindo do que subindo, mas eu não comemoro queda do desmatamento porque eu acredito no desmatamento zero.

Fiscalização - Em setembro, os fiscais do Ibama identificaram 43 planos de manejos, em Rondônia, que eram utilizados para "esquentar" madeira ilegal. Minc explicou que documentos emitidos por empresas que detinham esses planos de manejo eram apresentados aos fiscais do Ibama para comprovar a origem da madeira. Entretanto, erros de coordenada das áreas levaram os fiscais a constatar que a madeira era ilegal e não pertencia às áreas indicadas.

Em um balanço das ações da Ciccia - composta pelo Ibama, Polícia Federal, Força Nacional e Agência Brasileira de Inteligência - o diretor de Proteção do Ibama, Luciano Evaristo, contou que uma área de 340 mil hectares foi embargada e interditadas 233 serrarias. Evaristo afirmou que todo o maquinário é lacrado e desmontado, para evitar que os criminosos continuem fazendo a atividade ilegal.

Foram expedidos 4.443 Autos de Infração, com total de R\$ 1,4 bilhão em multas. Ainda foram apreendidos 82 mil m³ de tora e 73 mil m³ de madeira serradas, além de caminhões, tratores e barcos.

Brasil pode ir à cúpula do clima sem meta definida - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Internacional - 04/11/2009

O Brasil pode ir à conferência do clima de Copenhague (CoP-15) no mês que vem sem metas para conter suas emissões de gases-estufa. O governo recuou na redução de emissões apresentado pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, há três semanas. Minc disse que o objetivo era diminuir-las em até 40%, com relação a 1990.

Ontem, a ministra Dilma Rousseff, que chefiará a delegação do Brasil na cúpula, disse que essa meta poderá ficar de fora inclusive da proposta a ser levada para Copenhague. "É um parâmetro interno nosso, não precisa ser levado como uma iniciativa brasileira para a cúpula", minimizou a ministra.

A única proposta concreta até o momento foi a apresentada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da Assembleia Geral da ONU: reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia até 2020. Pelos cálculos do Ministério do Meio Ambiente, isto significa uma diminuição de 580 milhões de toneladas/ano ao longo deste período. "É quase um quinto de todas as reduções prometidas pelas demais nações", destacou o ministro.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que a proposta brasileira se iguala quase à americana, se a lei ambiental for aprovada pelo Congresso dos EUA. "Estamos levando uma proposta madura. Não vamos nos esconder atrás de ninguém e ninguém vai se esconder atrás do Brasil."

Outro ponto em aberto é a quantidade de recursos para financiar os projetos ambientais brasileiros. Dilma disse que o governo não mediu quanto deste montante será próprio ou quanto será captado internacionalmente. Minc critica as autoridades internacionais, defendendo uma maior participação das nações desenvolvidas no financiamento das políticas de mudanças climáticas. O Banco Mundial divulgou um estudo mostrando que a cifra ideal é de US\$ 400 bilhões para todas as nações, incluindo os emergentes e os países desenvolvidos. A União Europeia comprometeu-se, até o momento, a aportar US\$ 140 bilhões.

O governo brasileiro vai propor incentivos econômicos - linhas de financiamento ou isenções fiscais - para que empresários do agronegócio ou ligados ao setor siderúrgico contribuam com a meta de redução das emissões de CO₂. No caso agrícola, a intenção é estimular o plantio direto e a recuperação de áreas degradadas. Para as siderúrgicas, a proposta será produzir "um aço verde", a partir de carvão vegetal derivado do reflorestamento. A ideia surgiu ontem, na reunião ministerial com Lula,

para definir a proposta do governo brasileiro a ser levada para a cúpula sobre o clima. Uma nova reunião foi marcada para semana que vem.

Dilma disse que os mecanismos financeiros de estímulo ainda não foram definidos, mas que todos os cenários levam em conta parâmetros de crescimento da economia brasileira que vão de 4% a 6% em 2010. E citou como um bom exemplo de política econômica ambientalmente responsável a manutenção da isenção de IPI da linha branca para as chamadas "geladeiras verdes", que emitem menos poluentes no ar. "É um exemplo de busca de eficiência energética."

País perde chance de liderar processo, dizem ONGs - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 04/11/2009

A indefinição do governo brasileiro em relação à proposta a ser levada a conferência do clima de Copenhague, em dezembro, decepcionou ambientalistas brasileiros que participam de uma reunião preliminar em Barcelona. Eles avaliam que, com isso, o Brasil perde a chance de liderar o processo de negociação climática.

Esperava-se que a proposta brasileira para Copenhague fosse fechada ontem em Brasília. Ela teria repercussão em Barcelona, onde está acontecendo a última rodada de negociação antes da conferência do clima.

"O Brasil perdeu uma oportunidade de ouro de mostrar liderança", afirmou Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza, superintendente de programas temáticos da organização não governamental WWF-Brasil.

"Era uma chance tremenda de avançar o processo", opinou Gaines Campbell, do Vitae Civilis.

O chefe da delegação brasileira, Luiz Figueiredo Machado, estava em Brasília ontem, aguardando o resultado da reunião do governo, e deve chegar hoje a Barcelona. "Agora chega de mãos vazias" avalia Campbell.

Ontem, em Barcelona, o bloco de 51 países africanos bloqueou a mesa de negociações onde as nações ricas, que assinaram o Protocolo de Kyoto, deveriam estar apresentando metas de redução de gases-estufa mais ambiciosas. Ameaça bloquear as negociações até que os países ricos coloquem metas ambiciosas sobre a mesa. "A lógica deste nosso movimento é clara", disse Kamel Djemouai, falando como porta-voz do grupo africano. "Nós estamos morrendo agora das consequências da mudança climática", prosseguiu. "Nosso objetivo é que se tenha um resultado positivo em Copenhague. Mas para isso precisamos de números claros dos países [ricos] para que se comparem os esforços e até para que possamos pedir números aos EUA."

A manobra africana, uma novidade nas negociações, poderia ser uma ameaça ao acordo de Copenhague. Mas também indicava a frustração dos mais pobres com a lentidão do processo de decisão.

O pano de fundo dessa surpresa em Barcelona é a sensação que os países ricos protelam metas fortes para o segundo período do Protocolo de Kyoto, o pós-2012. O grupo dos países em desenvolvimento, o G-77 mais a China, quer que os ricos cortem suas emissões em 40%. Mas na mesa há metas bem mais tímidas. O bloco europeu, por exemplo, fala em corte de 20% em 2020, com condições.

"Ter os números é algo importante para as negociações como um todo em Copenhague" disse Andre Odenbreit, chefe-interino da delegação brasileira.

"Todos os países do G-77 e a China apóiam a posição africana", disse Lumumba Di-Aping, o coordenador atual do G-77. Para eles, os números apresentados pelos países ricos não são suficientes.

À noite, as negociações recomeçaram após acordo. Agora, 60% do tempo das discussões entre os ricos têm que ser destinado às metas, e não a assuntos paralelos.

Sem meta para Copenhague – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/11/2009

A incapacidade do presidente Lula de definir uma proposta clara e "credível", como diria a ministra Dilma Rousseff, para levar à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a se realizar em dezembro em Copenhague, ficou mais uma vez escancarada com o fracasso da reunião de anteontem do presidente com os ministros envolvidos mais de perto com o tema (além da chefe da Casa Civil, os titulares da Agricultura, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento, Meio Ambiente, Minas e Energia e Itamaraty). A reunião fracassou porque, com a sua conhecida aversão a entrar em bola dividida, para recorrer a umametáfora decerto a seu gosto, o presidente evitou dar a palavra final que enquadraria as posições em conflito na sua equipe. Além disso, desenvolvimentista à moda antiga, ele tende a se alinhar com os auxiliares que rejeitam a ideia do ministro ambiental Carlos Minc, para quem o Brasil deveria não só se comprometer em Copenhague com uma meta quantitativa de corte das emissões de carbono, responsáveis pelo aquecimento global, mas também fixar essa meta no ousado patamar de 40% do total previsto até 2020, supondo uma taxa média anual de crescimento da economia da ordem de 5%. Mas Lula também precisa conciliar seu conhecido pouco-caso pelas questões ecológicas com o interesse em manter luzidia a sua imagem no exterior, onde o Brasil é visto como um dos vilões do clima. (O País é o quarto maior emissor dos chamados gases estufa.) Por último, mas não menos importante na escala das preocupações do presidente, está o que ele nunca perde de vista – nem mesmo quando o que está em jogo é a conduta do governo diante de uma questão que diz respeito como nenhuma outra ao futuro da humanidade, como é o caso das consequências devastadoras do aquecimento global.

Trata-se, é claro, da eleição de 2010. Lula designou a sua pré-candidata Dilma Rousseff para chefiar a delegação brasileira à conferência da ONU, convocada na esperança de se chegar a um acordo mundial sobre o combate ao efeito estufa, depois do melancólico definhamento do Protocolo de Kyoto. A ministra é como o seu chefe e patrono: entende pouco e simpatiza ainda menos com a causa verde.

"A sinalização que ela dá nessa discussão (sobre a linha a seguir na conferência) é clara", avalia o ativista Paulo Adário, do Greenpeace: "Eu não estou interessada nessa discussão ambiental." Mas Lula tem absoluto interesse em aproveitar qualquer oportunidade – e Copenhague não é propriamente uma oportunidade qualquer – para mantê-la sob os holofotes. Evidentemente, a luz deve ser favorável: Dilma não poderia aparecer num evento dessa magnitude de mãos abanando, por assim dizer. Se o presidente não quer adotar uma meta física de redução das emissões, ou porque isso

limitaria a expansão da economia, ou, como se especula, para não melindrar os governos dos quais espera apoio para uma vaga no Conselho de Segurança, a ministra tampouco pode ser a porta-estandarte de uma frustração.

Se nada mudar naquela que deverá ser a última reunião ministerial sobre o assunto, no fim da próxima semana, Dilma anunciará na cúpula que o Brasil, em vez de esperar que o mundo diga o que fazer, resolveu empreender um “esforço voluntário” contra o aquecimento.

O seu núcleo será a promessa apresentada por Lula na abertura da Assembleia-Geral da ONU, em setembro último: reduzir em 80%, até 2020, o desmatamento da Amazônia – a principal fonte das emissões brasileiras de gás carbônico. Desse modo, ao que se alega, o País já reduziria em 20% as emissões que ocorreriam no período caso nada se fizesse para controlá-las. Outras iniciativas se dariam no campo (recuperação de cerca de 50 milhões de hectares de áreas degradadas) e na produção de “açúcar verde” (com carvão vegetal derivado do reflorestamento).

Falta combinar com o público externo. Para os céticos, nada disso afetará substancialmente a tendência de aumento das emissões no setor agropecuário e, sobretudo, das resultantes da queima de combustíveis fósseis para a geração de energia. E o Brasil terá perdido uma ocasião única de “mostrar liderança” e “fazer avançar” a mobilização da comunidade internacional pela redução dos danos do efeito estufa, dizem os ambientalistas. De seu lado, embora preterido por Lula em favor de Dilma, o ministro Carlos Minc profetiza que “o Brasil vai salvar Copenhague”. Não é “credível”.

Lula pedirá a Obama que vá à conferência do clima - Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Ciência – 05/11/2009

Para brasileiro, novo acordo só sairá se chefes de governo estiverem presentes

Pressão sobre americano é pedido de prêmio britânico; Lula, porém, condiciona sua própria presença a um bom quorum de líderes nacionais

O primeiro-ministro britânico Gordon Brown pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que telefone a Barack Obama para convidá-lo a ir a Copenhague para a reunião das Nações Unidas sobre mudança climática, a iniciar-se no dia 8 de dezembro. Assim que chegar ao Brasil, amanhã, Lula falará com seu colega norte-americano, no que é parte de seus esforços para conseguir uma massa crítica de governantes em Copenhague capaz de dar o impulso político para destravar as negociações que caminham para um impasse já admitido até pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon.

Na opinião de Lula, só com a presença de autoridades do mais alto nível será possível estabelecer “um número factível” para a redução da emissão de gases que provocam o aquecimento global.

Sempre segundo o presidente brasileiro, Gordon Brown e o presidente francês Nicolas Sarkozy já se comprometeram a ir a Copenhague. O próprio Lula, no entanto, condiciona a sua ida a haver um quorum suficientemente representativo de chefes de

governo que possa dar respostas àquele que ele considera "o problema mais sério do mundo".

Metas

brasileiras

Quanto ao Brasil, Lula diz que o país levará, sim, metas numéricas para a reunião de Copenhague, mas admitiu que ainda "há alguma coisa para acertar" internamente, o que deve ocorrer em nova reunião ministerial no dia 13. "Não vai ter dois ministros falando coisas diferentes", disse o presidente, em alusão direta, mas sem nomes, às divergências entre os Ministérios em torno das metas. A meta já definida é a redução de 80% do desmatamento até 2020, o que exigirá "esforço incomensurável" do Brasil, segundo Lula. O desmatamento é o principal responsável, no Brasil, pela emissão de gases. Mas o presidente diz que haverá também "um conjunto de outras políticas, que são um compromisso do Brasil". A **Folha** quis saber se essa ideia significava que os compromissos valem perante a sociedade brasileira, mas não ante a comunidade internacional.

Lula disse que não se trata disso: "O que não queremos é impor nossos números à comunidade internacional".

Para UE, acordo só sai no último dia de encontro – Roberto Dias – Folha de São Paulo – Ciência – 05/11/2009

Se houver algum acordo global para o clima, é bem possível que ele só seja fechado na última noite da Conferência de Copenhague (18 de dezembro), afirmou ontem o negociador-chefe da Comissão Europeia, o alemão Artur Runge-Metzger. A previsão mostra a dificuldade em conseguir avanço significativo nas negociações em Barcelona, na última reunião preparatória para Copenhague, em um mês. Nem o boicote de um dia dos países africanos às sessões mudou o enredo de um jogo em que, após vários encontros em 2009, pouca gente mostra suas cartas. "Alguns países falaram sobre metas de redução [de emissões], muito poucos falaram sobre contribuição financeira. É difícil dizer para onde vamos", afirmou Runge-Metzger.

O tom pouco otimista encontrou eco. Para Yvo de Boer, chefe da ONU para o clima, nada mudará se os países ricos não melhorarem suas propostas. O primeiro-ministro sueco e atual presidente da União Europeia (UE), Fredrik Reinfeldt, disse que "simplesmente não é possível" obter um acordo que possa obrigar os países signatários a cumpri-lo. É uma menção à improbabilidade de o presidente Barack Obama conseguir que o Congresso americano aprove um tratado que carregue obrigações desse tipo. No meio dos lamentos de ontem em Barcelona, havia críticas ao Brasil, que na véspera frustrara ambientalistas ao não apresentar uma meta pública de redução das suas emissões. O país prometeu anunciá-la na semana que vem. Há discussão no governo sobre como os números serão apresentados. "Os maiores países em desenvolvimento estão crescendo, e as suas emissões também", afirmou o sueco Anders Tureson, negociador da UE. "No futuro, eles dominarão as emissões. A decisão deles vai decidir o destino do mundo".

O objetivo brasileiro em Copenhague é conseguir que os países desenvolvidos cortem, até 2020, suas emissões para um nível entre 25% e 40% abaixo do de 1990. Já os países em desenvolvimento devem trabalhar com um "um desvio significativo do crescimento normal de suas emissões", diz o negociador-chefe do Brasil em Barcelona, Luiz Alberto Figueiredo Machado, do Itamaraty.

Com desmate em queda, Minc ataca ruralistas – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Ciência – 05/11/2009

Dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Especiais) divulgados ontem revelam que, em setembro, a floresta amazônica perdeu 400 km². O ritmo do desmatamento, porém, caiu em relação ao mesmo mês do ano passado, quando foram derrubados 587 km² de floresta. O Pará foi o único Estado que teve aumento do desmate no período, segundo dados do sistema Deter do instituto. "É de lamentar. O Pará tem sido um problema, por conta da mineração, gado, muita pressão política", disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Entre janeiro e setembro deste ano 2.855 km² de floresta sumiram, contra 6.262 km² nos nove primeiros meses de 2008. O total de 2009 equivale a duas vezes a área do município de São Paulo.

O sistema Deter é menos preciso que o sistema Prodes, também do Inpe, que calcula efetivamente a taxa de desmatamento anual e será divulgado no final do mês. Minc aproveitou a divulgação dos dados para dizer novamente que um eventual retrocesso na legislação ambiental poderá colocar em xeque a posição do Brasil na conferência da ONU sobre mudanças climáticas.

A preocupação do ministro está na iniciativa ruralista de derrubar ou modificar o Código Florestal, de 1965, e prorrogar por inteiro um decreto presidencial que colocará na ilegalidade produtores que não tenham área de conservação regularizada. A declaração de Minc ocorre às vésperas da definição do presidente sobre a legislação ambiental. Na segunda, Lula se reúne com Minc e Reinhold Stephanes (Agricultura) para decidir sobre a possibilidade de esse decreto entrar em vigor em 11 de dezembro.

"Eles [ruralistas] estão querendo derrubar isso [decreto] também, mas não vão derrubar nem que a vaca tussa", disse.

Sobre a proposta brasileira para reduzir a emissão de gases-estufa, o ministro diz que o Brasil levará uma meta a Copenhague. "O Brasil vai ter uma meta, vai ter um número, vai ter protagonismo. De todos os países em desenvolvimento será aquele com a meta mais forte."

A opinião do ministro, porém, não reflete a visão atual da Presidência. Lula e Dilma avaliam que, diante risco de fracasso da conferência, uma meta somente seria apresentada após sinalizações de avanços de países como China e Estados Unidos.

As negociações internacionais sobre mudança climática estão baseadas em dados incompletos sobre os verdadeiros efeitos das emissões de gás que causam o aquecimento do planeta, aponta um estudo publicado na última edição da revista americana "Science".

Tanto os dados previstos no Protocolo de Kyoto, de 1997, quanto os disponíveis para o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática não levam em consideração a complexa interação entre partículas de poluição do ar e os gases que ajudam a aquecer a Terra.

Já se sabia que algumas dessas partículas, ou "aerossóis", contribuem para diminuir a temperatura do planeta. O novo estudo, feito por pesquisadores nos EUA, demonstrou agora como essa interação na atmosfera pode alterar o acúmulo desses gases causadores do efeito estufa.

As negociações internacionais estão centradas no dióxido de carbono, o principal causador das mudanças climáticas, tanto pela quantidade quanto pelo acúmulo no passado desde a Revolução Industrial. A principal descoberta agora foi que o gás metano tem um maior impacto no aquecimento do planeta do que se considerava. Fica clara também a complexa relação entre o combate à poluição do ar e seu efeito no clima. Como alguns aerossóis poluidores, como os sulfatos (compostos que contêm óxido de enxofre), contribuem para esfriar o planeta, sua eliminação do ar tenderia, ironicamente, a aquecer a Terra.

A simulação feita em computador pela equipe de Drew Shindell, do Instituto Goddard de Estudos Espaciais da Nasa, sugere que, embora a interação possa alterar mais a quantidade de aerossóis do que de gases, o efeito de aquecimento do metano aumentaria em um terço.

"Se o metano aumentar no futuro, teremos mais aquecimento do que foi projetado. E se ele diminuir, teremos menos aquecimento do que projetado", disse Shindell à **Folha**.

Fuligens e fuligens

Já o irônico dado de que, quanto mais limpo o ar, mais aquecimento haverá, "é uma questão mais complicada", diz ele. "Depende muito de como o ar será limpo e vai variar de região para região e ao longo do tempo também."

Um exemplo são os veículos movidos a diesel. "A transição de combustíveis ricos em enxofre usados em muitos países em desenvolvimento para combustíveis com baixo teor de enxofre vai levar a ar mais limpo, mas a mais aquecimento. Contudo, os filtros de partículas só podem ser aplicados a veículos usando combustíveis com baixo enxofre, e esses resultam em ar limpo e esfriamento, pois captam a fuligem, que é um agente de aquecimento", afirma Shindell.

Quanto ao metano, o pesquisador da Nasa aposta que o "GWP" -sigla em inglês para "potencial de aquecimento global", termo adotado pelo Protocolo de Kyoto- deverá ser recalculado para levar em conta a interação gás-aerossol. "Nós fizemos isso no nosso artigo. Outros, esperamos, farão cálculos semelhantes logo. Do contrário, estaremos fazendo escolhas ineficientes na redução das nossas emissões de gases-estufa", afirma Shindell.

O Ministério do Meio Ambiente quer que todo agricultor seja um amigo do meio ambiente e do Código Florestal, criado justamente para garantir o presente e o futuro da agricultura

05/11/2009

O Ministério do Meio Ambiente quer que todo agricultor seja um amigo do meio ambiente e do Código Florestal, criado justamente para garantir o presente e o futuro da agricultura. Para tanto, queremos:

Simplificar a averbação da reserva legal

Fazer averbação da reserva legal tem de ser fácil. O procedimento é rápido, desburocratizado e, para o agricultor familiar é simples, constituindo em apenas um ato autodeclaratório e, mais importante, gratuito.

O primeiro passo é fazer um desenho simplificado da propriedade rural indicando onde ele quer a reserva legal. Em seguida, este desenho deve ser entregue ao órgão ambiental responsável, que poderá fazer a certificação (georreferenciamento) da área por meio de ferramenta digital, gratuitamente. Por fim, com a documentação gerada por esse processo simplificado, o proprietário poderá fazer a averbação no cartório.

Culturas consolidadas poderão ser mantidas em Áreas de Proteção Permanente (APPs)

Tramita no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) proposta de resolução que reconhece ser de interesse social a preservação de culturas perenes como macieiras, videiras e cafezais. Visa a permissão das culturas perenes nas encostas com inclinação de 25 a 45 graus nas áreas já utilizadas, cultivos nas áreas de vazante e pastoreio extensivo em campos naturais; não sendo permitidos, porém, novos desmatamentos.

Utilização de APPs como Reserva Legal

Alteração no texto legal prevendo a ampliação dessa possibilidade para as propriedades da agricultura familiar. Atualmente, esse procedimento já é aceito na Amazônia numa proporção de 100%. Nos outros biomas, há que se levar em consideração determinados percentuais. A proposta é que a regra, válida na Amazônia, também se aplique nas propriedades de agricultores familiares, em todos os outros biomas.

Pagamento por serviços ambientais e uso econômico da reserva legal

Crítérios foram definidos em Instrução Normativa (IN) do Ministério do Meio Ambiente, determinando que o agricultor poderá fazer o manejo da vegetação de sua reserva legal. Só é proibido suprimir com corte raso a vegetação da reserva legal, mas ele pode fazer o manejo e ganhar dinheiro com essa atividade. A IN dá ao agricultor a orientação técnica para realizar o manejo.

Sistema de Cotas

O grande agricultor, para se regularizar, pode comprar uma cota de reserva florestal de outro agricultor, e o pequeno produtor rural pode ganhar dinheiro vendendo

uma cota da área que preservou. A proposta de cotas foi instituída na base de um hectare por cota. O exemplo é o seguinte: se o agricultor tem 10 hectares de excedente de reserva legal, pode transformar em 10 cotas de reserva florestal e vendê-las. Outro agricultor pode regularizar seu passivo ambiental comprando a cota de quem preservou. Dessa maneira, ninguém é obrigado a parar de produzir em uma área para manutenção da reserva legal, bastando comprar uma cota de quem preservou. Essa regra só vale para propriedades localizadas no mesmo bioma e na mesma bacia hidrográfica.

Programa Federal de Regularização Ambiental

O agricultor poderá aderir ao Programa, no prazo de três anos, mediante assinatura de termo de compromisso de regularização ambiental. Estabelece ampla agenda de informação - Educação Ambiental. A adesão é simplificada para os Agricultores Familiares e proprietários de áreas de até 150 hectares. Cria o Cadastro Ambiental Rural (CAR) no MMA e programas de apoio à regularização ambiental para Agricultores Familiares e Povos e Comunidades Tradicionais, tais como Assistência Técnica, Distribuição de Mudanças e Sementes e Capacitação.

Prazo para reflorestar sera de 22 anos - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2009

Proprietários rurais de áreas desmatadas ilegalmente terão até 22 anos de prazo para recompor a vegetação, ou seja, até 2031. Além disso, a partir de 11 de dezembro todos os proprietários terão três anos para comparecer a algum órgão ambiental nos Estados para registrar a área de preservação do imóvel – 80% na Amazônia e 20% nos outros biomas. Caso tenham sido notificados, eles deverão fazer a regularização em 6 meses.

Os novos prazos fazem parte do pacote ambiental, que deve ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na segunda-feira, de acordo com informações do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Lula assinará decretos e uma medida provisória com as mudanças, após uma reunião, em São Paulo, com os ministros Minc, Dilma Rousseff (Casa Civil) e Reinhold Stephanes (Agricultura).

Também farão parte do pacote a legalização de todos os plantios tradicionais em morros e encostas, como café, mate, maçã, perá e uva, e a possibilidade de que imóveis de até 150 hectares possam usar as áreas de proteção permanente (APPs), como rios, para compor reserva legal. “Desse modo estamos resolvendo a situação de 95% das propriedades rurais”, disse Minc. Os dados apresentados pelo Meio Ambiente como parte do pacote ambiental foram acordados por Minc, Casa Civil e Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Ministério da Agricultura ainda quer aumentar o tamanho da propriedade candidata a usar as APPs na composição da reserva legal.

Mas não há consenso quanto a essa proposta, que poderia estender o benefício para propriedades de até 800 hectares.

Minc disse que depois da assinatura do pacote nenhum proprietário deverá ser multado por não ter feito a averbação exigida pelo Decreto 6.514, de julho de 2008. Por ele, os fazendeiros já notificados e multados teriam quatro meses para buscar a averbação. Agora, o prazo será de seis meses, com a diferença de que as multas ficarão

suspensas serão cobradas somente se o dono da propriedade não fizer a averbação.

O prazo de 30 anos para a recomposição da reserva legal foi dado pela Medida Provisória 2.166, de 2001, editada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, quando houve a reforma do Código Florestal (4.771/65). O que o pacote do atual governo vai fazer é reafirmar os prazos, dar seis meses para quem foi notificado fazer a averbação e oferecer aos que ainda não refizeram a reserva legal nem foram notificados três anos para legalizem. O pacote abre ao agricultor facilidades para ele compor a reserva legal. Poderá, por exemplo, comprar uma cota de outro, que assim ganhará dinheiro vendendo o direito de usar das árvores que não abateu. Cada hectare corresponderá a uma cota. Se o agricultor tem 10 hectares preservados além de sua reserva legal, poderá ofertar 10 cotas no mercado. O valor será negociado entre os interessados, sem a interferência dos órgãos ambientais. O fazendeiro poderá também buscar áreas em outro Estado, desde que na mesma bacia hidrográfica e bioma.

Hoje o Código Florestal veta a medida. Ele poderá optar por bancar áreas de parques municipais, estaduais e federais, tornando-se assim o seu mantenedor.

Em documento apresentado ontem, o secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Xico Graziano, aborda a polêmica em torno da atualização do Código Florestal e propõe um amortizatório de cinco anos no desmatamento.

Para ele, existem radicais dos dois lados – ambientalistas e ruralistas. “Importante, mesmo será trazer o agricultor para o lado da ecologia”, afirma.

● COLABOROU AFRA BALAZINA

Países ricos falam em adiar para 2010 Decisão sobre meta - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2009

Quanto mais próximo da cúpula de Copenhague, mais distante o mundo parece estar de um acordo sobre como lidar com a questão das mudanças climáticas.

Vários países desenvolvidos já falam em adiar a decisão para 2010. “Temos de ser flexíveis.

Não podemos dizer que Copenhague é o ponto final”, declarou ontem o negociador chefe da União Europeia, Artur Runge-Metzger. “A luta contra o aquecimento global não acaba em Copenhague.”

A expectativa é que o encontro na Dinamarca, em dezembro, produzirá apenas um acordo político, sem metas compulsórias de redução de emissões – algo que seria definido mais adiante, em outra reunião realizada até um ano depois.

Em meio às discussões sobre o que ocorrerá de fato em Copenhague, o secretário executivo da Convenção do Clima das Nações Unidas, Yvo de Boer, ressaltou que a agenda de negociações prevê que as decisões sejam tomadas, sim, no próximo mês. “Copenhague não é apenas mais um passo em uma longa jornada”, disse. “Se não tivermos clareza sobre as metas dos países desenvolvidos, então Copenhague terá fracassado.”

Em Barcelona, onde diplomatas climáticos estão reunidos para a última rodada preparatória antes de Copenhague, as negociações estão estagnadas.

Apesar de pequenos avanços em temas secundários, faltam as peças principais do jogo: as metas de redução de emissões dos países desenvolvidos

para o segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto, que começa em 2013.

Nenhum dos grandes emissores quer se comprometer com um número antes de saber qual será a participação dos Estados Unidos.

Isso só será possível após a votação dos projetos de lei que tramitam no Congresso americano, o que não deve ocorrer antes de 2010. Ontem, a Comissão de Meio Ambiente do Senado dos EUA aprovou corte de emissões de 20% até 2020, em relação aos níveis de 2005. Outro projeto que tramita no Congresso prevê uma redução ainda menor, de 17%.

“Não podemos condicionar a luta contra o aquecimento global às vontades do Congresso americano, que tem fortes ligações com a indústria de combustíveis fósseis”, afirmou o coordenador político do Greenpeace, Martin Kaiser. “Agora é hora de avançar, não de recuar”, disse o diretor da Rede de Ação Climática na Europa, Matthias Duwe.

Para o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, chefe da delegação brasileira em Barcelona, “é importante não perder a oportunidade de Copenhague”. “Não queremos um acordo político, mas sim um acordo real, com metas quantificadas para os países desenvolvidos.

Por reservas, Minc aceita tirar multa de ruralistas – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 06/11/2009

Na reunião que terá na segunda com o presidente Lula e Reinhold Stephanes (Agricultura) para definir mudanças na legislação ambiental, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) levará uma proposta que livra proprietários rurais de multa diária acumulada entre o flagrante da fiscalização e a averbação com a reserva legal. A proposta será colocada na mesa de Lula, diante da eventual sinalização do presidente de atender à pressão dos ruralistas para prorrogar a entrada em vigor, prevista para 11 de dezembro, do decreto que obriga os produtores rurais a registrarem um plano de recuperação da reserva legal (parte de cada terreno destinada à preservação florestal). Esse decreto diz o seguinte: a partir de 11 de dezembro, caso o produtor seja autuado pela fiscalização, terá um prazo de 120 dias para procurar o órgão ambiental do Estado e apresentar um termo de compromisso sobre a reserva legal [averbação]. Caso contrário, será cobrada multa diária acumulada entre a autuação e a regularização -aqueles que cumprirem as exigências dentro do prazo terão as multas canceladas. Para preservar o decreto, Minc encaminhou na semana passada à Presidência a proposta de criação do programa Mais Ambiente. Ao aderir a ele, o produtor não terá mais 120 dias, e sim 180 dias de prazo para resolver a burocracia. Por ora, o programa mantém a previsão de cobrança de multa diária a partir do flagrante. Mas o que Minc tem em mãos, para usar somente em último caso, é a proposta de excluir da minuta de decreto do Mais Ambiente a cobrança dessa multa acumulada.

Os ruralistas temem que esse ponto do decreto colocará milhões de proprietários na ilegalidade. Stephanes avalia que pequenos e médios produtores que, segundo ele, desmataram legalmente para o avanço de suas lavouras anos atrás, não podem agora ser penalizados pela legislação ambiental.

Cifra é necessária para combater desmatamento. Fontes de financiamento não são claras

Catarina Alencastro

BARCELONA

O governo estima que gastará R\$ 99,9 bilhões para reduzir o desmatamento e diminuir as emissões de gases do efeito estufa. O valor faz parte da proposta que os ministérios apresentaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na reunião realizada na última terça-feira. A ideia é alocar o dinheiro em projetos que começariam em 2010 e seguiriam até 2020. Os custos são destinados a garantir a promessa de redução de 80% do desmatamento — carro-chefe da proposta que o Brasil levará ao encontro de cúpula em Copenhague. Mas o plano prevê ações em outras áreas, como energia, siderurgia e agropecuária.

A ação mais cara é a que se encontra sob a rubrica de “pagamento por serviços ambientais”, que consumiria R\$ 33 bilhões em dez anos. Em seguida vem a regularização fundiária de unidades de conservação, com investimentos de R\$ 30 bilhões até 2020. Os dados apresentados ao presidente são fruto de uma compilação de projeções feitas por sete ministérios e outros quatro órgãos da administração federal.

As fontes de financiamento, porém, não são claras.

O governo trabalha com a estimativa de que o país emitiu no ano passado cerca de 3 bilhões de toneladas de CO₂, sendo que o desmatamento gerou a maior parcela das emissões: 2 bilhões. Em seguida vem o setor energético, com algo próximo a 600 milhões de toneladas, e a agropecuária, com cerca de 400 milhões de toneladas de CO₂ emitidas.

Caso consiga reduzir em 80% o desmatamento da Amazônia até 2020, o país emitirá 564 milhões de toneladas de CO₂ a menos. Só este compromisso já equivaleria à mais da metade do que os EUA vão se comprometer a cortar, caso o Congresso americano aprove a Lei do Clima.

Lula diz que não imporá metas

Mas o esforço financeiro não será pequeno. Só de investimento no Plano Nacional de Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) deverão ser de R\$ 4,5 bilhões até 2020. Os ministros sugerem também a criação de planos estaduais de combate ao desmatamento, o que custaria R\$ 13,2 bilhões. Outros R\$ 6,2 bilhões teriam de ir para novas unidades de conservação a serem criadas e para a gestão das que já existem. Finalmente, investimentos da ordem de R\$ 13 bilhões para monitoramento (satélites), pesquisa e instalação de centros de tecnologia na região. O Cerrado, que já perdeu quase 50% de sua cobertura original, também contará com uma meta de redução de desmatamento: 20% até 2020.

Para a agropecuária, o governo propõe três ações: a integração da lavoura com a pecuária, a recuperação de pastos degradados e o plantio direto. pastos degradados e o plantio direto.

O país deixaria de emitir 102,6 milhões de toneladas de CO₂. O custo seria de R\$ 52,3 bilhões até 2020.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o Brasil não vai para Copenhague para impor condições, mas que apresentará metas “com a disposição de construir um consenso”.

O secretário-geral da Convenção de Clima da ONU, Yvo de Boer, considera fundamental que os países emergentes explicitem claramente os esforços que vão fazer

para limitar suas emissões. Ele disse que espera ver quantificado, no evento, a ambição brasileira: — O Brasil já tem uma estratégia em andamento, e grande parte dessa estratégia já pode ser quantificada.

Então espero que de fato seja possível finalizar um pacote e um número antes de Copenhague. Os países em desenvolvimento saírem com metas ambiciosas é algo crítico para assegurar a participação ambiciosa dos países industrializados e vice-versa.

Mais um ano para um acordo climático

Delegados em Barcelona acham pouco provável um documento em Copenhague BARCELONA. Um tratado global da ONU sobre clima pode levar um ano além do prazo limite, o fim deste ano, para ser alcançado, segundo informaram ontem delegados envolvidos nas negociações climáticas para a reunião de Copenhague, em dezembro. O objetivo da cúpula é estabelecer um acordo global de redução de emissões de gases do efeito estufa que substitua o Protocolo de Kioto, que expira em 2012.

Representantes de 175 países reunidos em Barcelona, no encontro da ONU — o último antes do esperado acordo de dezembro, em Copenhague —, se mostraram céticos em relação à finalização de um texto que estipule metas a serem obrigatoriamente cumpridas pelos países.

Líderes de várias nações têm dito nos últimos dias que a conferência de Copenhague deve chegar a um acordo de comprometimento político, mas que o tempo é muito curto para se alcançar um entendimento sobre um documento com força de lei. Os delegados debateram o tempo extra que seria necessário para se firmar um acordo deste tipo. O consenso é de que um ano extra seria um tempo razoável para a negociação.

— Há ainda muito trabalho a ser feito — disse Artur Runge-Metzger, diretor da delegação da Comissão Europeia, admitindo que mais tempo será necessário para a elaboração de um acordo mais abrangente. — O endurecimento do texto, para que tivesse caráter de obrigatoriedade legal, deveria ter sido feito bem mais cedo, há três meses, seis meses.

Legislação americana está emperrada no Senado As negociações para a definição de um novo pacto sobre o clima começaram em Bali, na Indonésia, em dezembro de 2007, quando ficou estabelecido o prazo de dois anos para a sua conclusão.

Uma das hipóteses a serem discutidas seria a ampliação do prazo de vigência do Protocolo de Kioto.

Segundo John Ashe, que coordena essas negociações, se um acordo não for alcançado em dezembro — posição que ele defende —, os negociadores deveriam se concentrar em consolidar as questões em pauta para o encontro seguinte, em Bonn, na Alemanha, provavelmente em maio.

— Já fizemos isso antes e podemos fazer de novo — afirmou.

Para outros delegados, no entanto, um acordo desse porte poderia levar ainda mais tempo para ser fechado, principalmente porque a legislação dos EUA para a redução das emissões de CO₂ não será aprovada este ano. Os EUA são os maiores emissores históricos de gases-estufa. Se eles não fizerem parte do acordo e não se comprometerem a cortes razoáveis, dificilmente haverá qualquer documento factível.

Ontem, um comitê do Senado americano votou a favor do projeto dos democratas sobre o clima, fazendo a legislação avançar um pouco, mas ainda há um longo caminho até a aprovação final.

O projeto de lei apresentado pelos democratas propõe um corte de 20% nas emissões de gases do efeito estufa das indústrias até 2020, tendo como referência os números de 2005. Os valores são pouco ambiciosos para a maioria dos especialistas.

Cientistas já afirmaram que, para limitar a elevação das temperaturas globais a 2 graus Celsius — o limite considerado aceitável para o planeta não vivenciar alterações climáticas catastróficas —, as nações desenvolvidas deveriam cortar suas emissões em 40%.

Mesmo assim, o projeto americano conta com forte oposição dos republicanos, que chegaram a organizar um boicote à legislação.

O senador John Kerry lidera uma iniciativa, com alguns republicanos, para a elaboração de um texto conjunto que provavelmente não irá à votação no Senado antes do ano que vem, na melhor das hipóteses

Produtores e Embrapa criam rede para pesquisar áreas protegidas - Afra Balazina e Luciana Constantino – Estado de São Paulo – Vida & - 08/11/2009

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Embrapa se unirão em um projeto que vai criar uma rede de experimentação e pesquisa nos biomas brasileiros.

A proposta é desenvolver um estudo prático de como pode ser feita a restauração e o uso sustentável de áreas de preservação permanente (APPs), como topos de morros, encostas e margens de rios.

Uma das intenções do projeto é criar uma rede nacional de manejo de APPs – regiões ambientalmente importantes e que, pela legislação atual, não podem ter a vegetação alterada.

O corte só pode ser autorizado em caso de utilidade pública, mas, a determinação da lei, na prática, nem sempre é respeitada.

O próprio ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, costuma mencionar que a uva do Rio Grande do Sul, as frutas de Santa Catarina e metade do café de Minas Gerais são produzidos em APPs.

“A questão ambiental hoje é inegável. A produção precisa ser sustentável. Queremos usar a ciência para sermos protagonistas nesse processo”, afirmou ao **Estado** a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da CNA.

A parceria entre a entidade e a Embrapa se dá num momento em que ocorre no Congresso o governo a discussão acalorada da reforma do Código Florestal, de 1965.

Organizações não governamentais ambientalistas, como Greenpeace e WWF, acusam ruralistas de tentarem derrubar o código, com a omissão do governo. Alegam que há uma tentativa de aprovar um projeto “que anistia desmatamentos ilegais e diminui o nível de proteção às florestas ainda remanescentes”.

Já os ruralistas dizem que o código, da forma como está hoje, impõe muitas restrições sobre o uso da terra e prejudica produtores. O pesquisador João Bosco Gomes, da Embrapa Florestas, ressalta que o projeto Biomas não “está falando de lei” e não tem o objetivo de reduzir ou aumentar APPs. “Em muitos casos, a APP continuará intacta.

Mas, se houver uso, a atividade será muito branda.” A justificativa do projeto destaca que as APPs e entornos são “porções do território que devem sustentar serviços ambientais para a proteção da paisagem (...), o que não impede de auxiliar a sustentação social e econômica da propriedade rural”.

PARTICULARIDADES

Entre os resultados esperados do projeto Biomasa está de estabelecer a largura de APPs, principalmente fluviais, considerando as particularidades ambientais de cada local – como o tipo de solo, o clima, a flora e a fauna.

“A maior concentração de áreas experimentais do projeto será nas APPs fluviais e entornos. Os

limites dos entornos serão analisados caso a caso”, diz Bosco.

O programa prevê a instalação de módulos ou unidades experimentais em um universo de 3 mil a 7,5 mil propriedades rurais por todo o País. A área total envolvida será entre 6 mil e 15 mil hectares. Para ser viável, a rede de experimentação deverá ter parceiros dentro de cada bioma – da própria Embrapa, de universidades e de institutos de pesquisa locais. Bosco esclarece que a rede de experimentação prevê a restauração ou enriquecimento de APPs degradadas “apenas com espécies nativas”.

Ele explica que parte das áreas experimentais em APPs pode ter espécies com potencial econômico não madeireiro, como melíferas (que atraem abelhas) e farmacológicas. Já povoamentos mistos de espécies exóticas nativas serão testados nos entornos das APPs.

Os modelos incluirão áreas preservadas e outras alteradas, com diferentes níveis de degradação. O custo previsto para a realização do projeto Biomasa é de R\$ 20 milhões ao longo de nove anos, recurso vindo da CNA. O investimento inicial será de R\$ 3 milhões. O trabalho será dividido em cinco fases.

PLANTAR FLORESTA

Um dos objetivos das experimentações é trabalhar o plantio de florestas. Hoje, as florestas plantadas no Brasil correspondem a 1% da área total de matas no País. No número fica bem abaixo dos Estados Unidos (14,1%), da Índia (50,8), da China (27,6) e do Japão (44,4%).

O plantio de florestas é visto como uma alternativa para diversificar a produção na propriedade rural e gerar renda, fixar mão de obra no campo e trazer melhorias ambientais.

“No País, as pessoas não relacionam as árvores com geração de renda. É uma questão cultural”, afirma o pesquisador da Embrapa. A proposta ressalta que hoje, além de a área plantada com florestas ser pequena, os plantios estão concentrados nas grandes empresas especializadas, dificultando a inserção dos proprietários rurais tradicionais da agropecuária.

Madeira do Pará tem origem 89% ilegal – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo
– Ciência – 08/11/2009

Pesquisa inédita do Imazon empregou imagens de satélite para mapear pela primeira vez extração madeireira no Estado

Sistema estadual trazia uma estimativa de só 10% de irregularidade; exploração de madeira paraense é 45% do total da Amazônia

Quase 90% da área que sofre exploração madeireira no Pará está sendo explorada sem autorização legal, revela um estudo do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) obtido pela **Folha**. É a primeira vez que se faz uma estimativa direta da retirada de madeira ilegal na Amazônia. Até hoje ninguém sabia direito qual é a quantidade de madeira clandestina na região. O número mais citado, impreciso, fala em 50%. Mapear a extração ilegal é importante, porque em muitas áreas da Amazônia a atividade madeireira criminosa é o passo inicial da derrubada total da floresta. Os dados usados pelo Imazon agora, vindos de imagens de satélite de 2007 e 2008, indicam que até a atividade madeireira legalizada tem irregularidades -como o registro de toras supostamente oriundas de áreas já desmatadas por completo- em 37% dos casos. A ONG ainda pretende cruzar o mapeamento com os dados de volume total de madeira em cada região do Estado para estimar o volume clandestino. "Fica claro que o Estado não tem controle fiscal suficiente da extração", diz o engenheiro florestal André Monteiro, co-autor do estudo. "Ele não consegue fazer o monitoramento e acaba trabalhando só com base em denúncias. Também há indício de gente registrando dados de forma errada, fazendo a coisa de modo mal intencionado. Acharmos que esta é uma ferramenta importante para auxiliar o monitoramento."

Rombos

As imagens de satélite ajudam os pesquisadores a fazer uma estimativa de quão fragmentado está o dossel, ou seja, a fatia mais alta da mata, única parte visível dela a partir do espaço no caso de florestas fechadas como a amazônica. A proporção de buracos no dossel da mata indica se a derrubada está ocorrendo de acordo com um plano de manejo florestal aprovado pela Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará). Tais planos de manejo garantem, em tese, que a madeira seja extraída em ritmo moderado, escolhendo exemplares maduros de árvore e minimizando o dano a plantas que não vão ser usadas comercialmente. Não se pode falar em exploração sustentável sem plano de manejo.

Contas que não fecham

A primeira conclusão dos pesquisadores, que acessaram os dados da Sema sobre a extração de madeira devidamente atrelada a esses planos, é que 89% da área em que a derrubada foi detectada via satélite não corresponde aos locais em que a atividade madeireira foi aprovada pelo Estado. São quase 375 mil hectares, dos quais 73% equivalem a áreas privadas, devolutas ou sob disputa. Mesmo nos casos em que a Sema registrou a exploração legalizada, porém, a pesquisa detectou discrepâncias entre o que estava nos planos de manejo e o que aparecia no satélite.

No período 2007-2008, havia 259 planos operacionais no Estado, dos quais 131 puderam ser avaliados via satélite (nem sempre isso é possível, por causa de fatores como a forte cobertura de nuvens). Das Autefs (Autorizações de Exploração Florestal) emitidas então, 63% casaram com as imagens, enquanto as demais apresentaram uma ou mais "inconsistências", como define o trabalho.

Entre as práticas mais suspeitas está a emissão de Autefs para áreas já total ou parcialmente desmatadas. O conceito por trás da tática é simples, diz Monteiro: "esquentar" a exploração predatória nessas áreas. "A questão é que, no plano de manejo, você tem um limite de 30 metros cúbicos de madeira por hectare. Se um trecho já desmatado é incluído no total, a relação entre volume de madeira e área diminui, o que permite a extração de mais madeira", afirma o pesquisador.

Assim, numa fazenda que seja grande mas só tenha um hectare de floresta em pé, se o proprietário declara ter dois hectares, pode tirar o dobro de madeira que lhe é permitido sem deixar pistas em documentos. Só com imagens de satélite é possível flagrar o golpe.

O Imazon pretende realizar o levantamento todos os anos daqui para a frente, incluindo também Mato Grosso.

Sema diz que não fez pressão por mudança – Folha de São Paulo – Ciência – 08/11/2009

A coordenadora jurídica da Sema, Estela Neves de Souza, afirmou à **Folha** que não houve pressão do governo do Pará para que o Imazon modificasse seu relatório sobre o desmatamento ilegal no Estado. Para Souza, os pesquisadores foram apenas prudentes ao alterar o texto do estudo. "É um tema muito complicado, que nós tentamos esclarecer da melhor maneira possível. A alteração na verdade mostra até cautela por parte do Imazon, e aumenta a credibilidade do estudo deles", afirma. Souza afirma que os dados de exploração madeireira de 2007 presentes no Sisflora, o sistema que acompanha o volume de madeira extraído no Estado, tinham vindo originalmente do sistema de autorizações em papel do Ibama, que ainda vigorava. Ela preferiu não se pronunciar sobre os demais resultados. "A Sema ainda está aguardando a apresentação da versão final", disse. A **Folha** procurou o secretário de Meio Ambiente do Pará, Aníbal Picanço, mas ele não estava disponível para falar. **(RJJ)**

Trabalho original foi alterado após governo criticar dados – Folha de São Paulo – Ciência – 08/11/2009

A versão da pesquisa do Imazon obtida pela **Folha** não é a original. A pesquisa foi revisada ao longo das últimas semanas, após conversas entre os pesquisadores da ONG e o governo paraense. Depois do debate com representantes da Sema, não houve alterações nas principais conclusões do relatório sobre as áreas desmatadas sem autorização, mas um parágrafo sobre as estimativas do próprio governo do Pará acerca do problema foi removido. O trecho retirado dizia que, de acordo com o Sisflora, sistema estadual que mede a produção de madeira em metros cúbicos, "Noventa por cento dessa produção originou-se de fonte legal (manejo florestal) e 10% de fonte desconhecida (exploração não

autorizada)". O número inverte as proporções aproximadas nas conclusões do Imazon (89% de extração ilegal e 11% autorizada). Durante a conversa com a Sema, os técnicos do governo paraense argumentaram que a discrepância se devia à falta de integração informatizada entre dois de seus próprios sistemas de controle florestal. O Sisflora, que registra o fluxo de madeira propriamente dito, não era ligado ao Simlam, que emite licenças de plano de manejo. Além disso, durante parte do período analisado, o sistema utilizado para acompanhar a movimentação de madeira ainda era o do Ibama, feito em papel e passado manualmente para o formato eletrônico, o que facilitava irregularidades, disseram os membros da Sema. "Com base nessa argumentação deles, nós decidimos alterar aquela passagem do relatório", afirma Monteiro. Com a integração entre Sisflora e Simlam já operacional, a expectativa é que problemas metodológicos diminuam, avalia o engenheiro florestal. (RJL)

China avança em energias renováveis – Raul Juste Lores – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/11/2009

Montadora BYD lança carro elétrico antes das rivais japonesas e americanas, e país já lidera em produção de painéis solares

Grandes projetos ambientais revelam ambição chinesa de liderar o desenvolvimento de tecnologias limpas, usando subsídios bilionários

Uma desconhecida montadora chinesa conseguiu lançar um carro elétrico dois anos antes que grandes montadoras japonesas e americanas. A chinesa BYD lançou no ano passado um carro que pode andar 100 km usando apenas energia elétrica e lança no início de 2010 um modelo que prescinde de gasolina. Atraindo investidores como Warren Buffet, a empresa quintuplicou seu valor na Bolsa de Hong Kong em 2009 e fez de seu fundador, Wang Chuanfu, 43, o homem mais rico da China.

A ascensão da BYD demonstra a atual grande ambição do capitalismo chinês em liderar o negócio das energias renováveis -parte do pacote de estímulo de US\$ 580 bilhões lançado no ano passado prioriza subsídios a tais iniciativas. A preocupação ambiental tem motivos práticos, pois 16 das 20 cidades mais poluídas do mundo estão no país, que ainda depende muito do carvão e da importação de petróleo. As duas maiores produtoras de painéis para energia solar no mundo estão na China, e grandes usinas eólicas para produzir energia a partir do vento estão em construção.

Baterias

Novata automobilística, o primeiro carro da BYD foi lançado em 2005. Mas a empresa é líder mundial na produção de baterias recarregáveis para celulares, laptops e iPods. É a maior fornecedora de baterias para Motorola, Philips, Nokia, Samsung, GE e Apple, entre outras gigantes. Seu primeiro carro elétrico, F3DM, pode percorrer 100 km sem depender de gasolina. Quando sua bateria acaba, o motor que utiliza gasolina pode ser acionado. O veículo pode ser carregado em tomadas comuns de 220 volts. Na propaganda da empresa, o

proprietário deixa o carro carregando, como se fosse um celular, antes de dormir, e pode circular com ele no dia seguinte. Estações de carregamento rápido podem carregá-lo em 15 minutos.

A GM anuncia para o final do ano que vem um carro parecido, o Volt, que custará cerca de US\$ 40 mil, quase o dobro do preço do modelo chinês.

Obstáculos

Apesar do frisson que o carro elétrico provoca na China, há muitos obstáculos ainda para a sua popularização. A US\$ 21,7 mil a unidade, o carro elétrico ainda custa o dobro do valor de um carro convencional do mesmo tamanho. A empresa faz lobby para o governo patrocinar uma rede de estações industriais nas quais seja possível carregar a bateria. Para o diretor de vendas da BYD, Henry Li, será necessário mais apoio oficial para a economia de escala. "Conseguimos dianteira em uma tecnologia que o mundo todo busca, mas são necessários subsídios para crescer no mercado chinês e para estabelecer uma rede", disse Li à **Folha**. Assim como os painéis solares da chinesa Suntech, 90% deles destinados a mercados de países desenvolvidos, a BYD poderia encontrar saída nos mercados dos países desenvolvidos, onde a consciência ambiental está na moda. Mas não faltam obstáculos. "A BYD terá que enfrentar exigências de segurança e de distribuição de autopeças, construir uma marca forte e vencer o preconceito contra o "made in China" no mundo", enumera Tian Yongqiu, diretor da consultoria China Automotive Review. Por enquanto, o que mantém a empresa lucrando são os carros convencionais F3 e F0, além do mercado de baterias. A BYD deve ultrapassar os 400 mil carros vendidos em 2009 -em sua maioria, carros 1.5 e 2.0 convencionais, com valores entre 80 mil e 90 mil yuans (entre R\$ 20 mil e R\$ 22,5 mil). No ano, 8.000 veículos foram exportados para Rússia, Ucrânia, Egito, Peru e Chile. Apenas cem carros elétricos foram vendidos. A BYD negocia com 15 prefeituras chinesas a venda de carros elétricos com subsídios do governo.

Engenheiros recebem R\$ 1.000 mais subsídios – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/11/2009

DO ENVIADO A SHENZHEN

Com faturamento anual de US\$ 4 bilhões, a empresa que quer liderar a revolução dos carros elétricos no mundo quase não utiliza robôs. Em seu lugar, milhares de funcionários em uniformes azuis encaixam manualmente as minúsculas peças dos automóveis.

Da montagem ao controle de qualidade, tudo é feito por humanos, em um país de mão de obra abundante.

A **Folha** teve uma rara autorização para visitar a fábrica principal da BYD, em Shenzhen. Ali, são produzidos carros convencionais e elétricos, além de baterias para celulares e para notebooks.

Fotos não foram permitidas no interior da fábrica. A empresa tem 11 fábricas e 130 mil funcionários (a Vale tem 46 mil no Brasil); 11 mil deles são engenheiros. A maioria é recrutada nas próprias universidades chinesas. Engenheiros iniciantes

ganham cerca de 4.000 yuans (cerca de R\$ 1.000), mais hospedagem e alimentação subsidiadas nos dormitórios e refeitórios ao redor da empresa. Em qualquer outra grande montadora em países desenvolvidos, os salários são, em média, sete vezes superiores. Os operários menos graduados das linhas de montagem recebem, em média, 1.900 yuans de salário (cerca de R\$ 475). Há prêmios anuais de inovação, que variam entre 1.000 e 100 mil yuans (R\$ 250 a R\$ 25 mil). Quando uma nova patente é aprovada, o responsável recebe um prêmio em dinheiro.

Ao redor da fábrica visitada pela **Folha**, há 21 prédios de 18 andares com apartamentos individuais de 28m² para os funcionários. A maioria trabalha de segunda a sábado. Desde 2003, a empresa montou quatro grandes centros de pesquisa e desenvolvimento, com mais de 5.000 engenheiros e técnicos. O mais recente deles é o centro de pesquisas para desenvolver as energias solar e eólica. "Estamos estudando o armazenamento e a transmissão dessas energias para dar mais estabilidade. Afinal, nem sempre venta ou faz sol", brinca o diretor de vendas da BYD, Henry Li, que ciceroneia o repórter da **Folha**. Aos 39 anos, ele está há 11 na empresa. Quase toda a diretoria é mais jovem que o fundador, Wang Chuanfu, de 43. Em 2006, Wang deu a maior parte das ações aos demais engenheiros que participaram da criação da empresa e ficou com 28%. (**RJL**)

O Brasil real e Copenhague - Kátia Abreu – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/11/2009

Alguém disse certa vez, muita propriedade, que a Guerra é um assunto sério demais para ficar a cargo apenas dos militares.

O que isso certamente significa: a guerra é um processo não só complexo, mas abrangente, gerando consequências que afetam a vida econômica, social e política das nações. Querer reduzi-la aos aspectos militares é uma perigosa simplificação.

Penso que o mesmo raciocínio se aplicaria hoje às tormentosas e polêmicas questões da defesa do meio ambiente. Também aqui me parece justo dizer que essas questões são sérias demais para serem deixadas a cargo apenas dos ambientalistas e suas organizações particulares ou governamentais.

Todos temos consciência de que o crescimento demográfico e o aumento generalizado da renda e do consumo das populações dos países pobres e dos emergentes, além dos hábitos de consumo extravagantes das classes afluentes em todo o mundo, estão a exercer pressão perigosa ou até crítica sobre os recursos naturais. Há também consciência de que é preciso abrandar essa pressão e reverter as tendências destrutivas das últimas décadas.

O Protocolo de Kyoto foi até agora pouco mais que um conjunto de generosas intenções e a nova Conferência de Copenhague parece prestes a ser vítima dos mesmos erros. A decisão de cortar ou reduzir emissões de carbono não é escolha trivial.

Ao contrário, trata-se de dolorosa opção econômica que implica a substituição de energia abundante e barata por fontes alternativas muito mais caras e tecnologicamente ainda inseguras e incipientes.

É inegável que uma forma de funcionamento da economia está sendo posta em

questão e o preço da mudança recairá sobre todos, ricos, pobres e miseráveis.

Trata-se, ainda, em alguns dos arranjos aventados, da contenção da expansão da produção de alimentos, justamente no momento em que a maior parte da população do mundo começa a ter pela primeira vez, desde o aparecimento do homem sobre a Terra, a oportunidade de se alimentar mais, melhor e com mais prazer.

São questões que precisam do equilíbrio, da abrangência de perspectivas e da capacidade de compromisso que só a política e as instituições da democracia representativa podem fornecer. Acontece que no âmbito do governo, sem nenhuma participação do Congresso, ou de outras instâncias, o Ministério do Meio Ambiente anuncia a redução de 40% de nossas emissões de carbono, afastando-se das cautelosas posições de nossos pares emergentes, como China e Índia, e ganhando em audácia até dos países ricos mais ecologicamente corretos.

É na esteira dessa frivolidade, pois é frivolidade ignorar o que isso significa em termos do interesse nacional, que o ministro, com os olhos voltados para Copenhague e desviados de nossa terra e de nosso povo, quer resolver a seu modo a grave questão que ameaça a nossa agricultura: a recomposição de cobertura original em parte substancial das áreas hoje em exploração produtiva.

Trata-se de exigência legal que não tem similar em nenhum país relevante do mundo e poderá causar redução de 20% a 30% da produção no campo.

Além de injusta, uma vez que onera apenas um segmento econômico, em nome de um benefício que é coletivo, a lei é irrealista por lançar na ilegalidade milhões de produtores de alimentos, tornando-os criminosos ambientais.

Não queremos, no entanto, desobedecer à lei. Queremos, pelos processos previstos na nossa ordem constitucional, mudar a lei. Propomos abertamente a mudança do Código Florestal para dispensar os produtores da obrigação de recompor as áreas que exploram, com a exceção das áreas de proteção permanente – geralmente margens de cursos d'água – e outras áreas sensíveis.

Há quem chame isso de anistia.

E nos acusa e condena por isso. Não há mal em que se chame essa providência tão razoável de anistia, porquanto nela estão incluídos uma grande maioria que agiu ao amparo da lei e outros que agiram com a condescendência geral do Estado. Anistia, o esquecimento ou o perdão por atos contrários à lei positiva, é praticada pelas sociedades desde os tempos mais remotos. Recorre-se à anistia sempre que o perdão é mais útil ou conveniente do que a punição.

As anistias quase nunca são um erro.

São privilégio de sociedades maduras, civilizadas e que têm consciência de seus verdadeiros interesses. Portanto, se uma nova lei legalizar as áreas de produção rural, o que se deve perguntar é se essa é a melhor solução do ponto de vista do interesse coletivo. Ou se, ao contrário, seria melhor punir produtores de alimentos que se encontram desenquadrados em face da norma em vigor, mas que, de resto, são cidadãos corretos, produtivos e cumpridores da lei. Bons brasileiros, em suma.

O que estamos propondo não é um perdão puro e simples ou uma licença para desmatar.

O que propomos é a consolidação das áreas de produção há longo tempo exploradas e incorporadas ao capital produtivo da Nação e, ao mesmo tempo, a reafirmação das normas de conservação e proteção florestal que vigorarão plenamente daqui para a frente, com o apoio de todos os agentes interessados. Isso é conservação com os olhos voltados para o futuro. O contrário disso é voltar o relógio da História e tentar recriar um ambiente natural que já não existe. O Brasil real não é uma paisagem

cenográfica.

Usar o pretexto de Copenhague para evitar uma solução correta e razoável para esse contencioso é mais do que umerro. É uma triste demonstração de complexo de inferioridade, próprio de culturas colonizadas.

Temos de resolver nossos conflitos com base em nossos interesses e nossas condições próprias, não para fazer boa figura em Copenhague.

Acordos internacionais, infelizmente, por mais vistosos que sejam, não resolvem problemas. Políticas internas adequadas e que gozem do necessário consenso em cada país é que podem fazê-lo. ●

Japão lança plano para coletar energia solar em órbita – Folha de São Paulo – Ciência – 09/11/2009

A Jaxa, agência espacial japonesa, selecionou um grupo de empresas e pesquisadores para dar início a um projeto ambicioso: coletar energia solar em órbita da Terra e enviá-la ao planeta. O plano, agendado para se tornar operacional em 2030, se baseia no fato de que a energia oriunda do Sol é pelo menos cinco vezes mais abundante no espaço. Os cálculos da Jaxa indicam que seria possível obter energia solar a um sexto do preço atual dessa fonte energética, caso a ideia funcione. A ideia é "retransmitir" a energia obtida em órbita na forma de lasers, que seriam captados por antenas parabólicas em alto-mar, por exemplo.

Brasil rejeita pressão para pagar por clima – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Ciência – 09/11/2009

Os países emergentes, com o Brasil à frente, rejeitaram forte pressão de Estados Unidos e Reino Unido para que aceitassem financiar, eles também, a adaptação que o mundo terá de fazer para enfrentar os desafios da mudança climática. Foram dez horas consecutivos de negociações tensas, durante a reunião de ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais do G20, no Hotel Fairmont de Saint Andrews, na Escócia. O tema do encontro era, na verdade, a nova moldura para o crescimento "sustentado e equilibrado" do planeta, mas a questão climática consumiu as forças dos negociadores.

Os Estados Unidos e o Reino Unido chegaram para a reunião com uma proposta de anexo do documento final que previa um conjunto de propostas para financiar a adaptação à mudança climática, a começar de qual cada lado julgava devesse ser o montante de recursos alocado para essa finalidade. O pacote previa ainda equilibrar os recursos públicos com os privados e a criação de um "Fundo Climático", a ser gerido pelo Banco Mundial, para o qual os países emergentes

seriam obrigados a contribuir.

Lembrança do Rio

O Brasil, a China e a Índia se opuseram principalmente a essa proposta, alegando que a Convenção do Clima, o tratado assinado durante a cúpula do Rio de Janeiro, em 1992, prevê que só os países desenvolvidos entrem com recursos (pelo menos os públicos) para limpar o planeta ou tentar adaptá-lo à mudança climática. A convenção estabeleceu um princípio chamado de responsabilidade comum mas diferenciada, que, na prática, significa que quem tem maior responsabilidade pelo desastre ambiental (e são os países ricos) arca com os custos de consertar o estrago. Aceitar a proposta americana e britânica seria "apunhalar pelas costas os nossos negociadores", ouviu a **Folha** da delegação brasileira, justamente em alusão ao fato de que se estaria abandonando o critério de responsabilidade comum mas diferenciada, que é a base de todo o trabalho dos negociadores da questão climática. O impasse levou não só ao abandono do anexo levado por Washington e Londres mas também a uma menção absolutamente anódina sobre financiamento da mudança climática, sem qualquer número, no comunicado final do encontro de Saint Andrews. O texto diz o óbvio: "Nós discutimos as opções de financiamento da mudança climática e reconhecemos a necessidade de aumentar significativa e urgentemente a escala e a previsibilidade do financiamento para implementar um ambicioso acordo internacional". O texto anuncia ainda que os ministros se comprometem a continuar analisando o tema para tentar chegar à reunião de Copenhague, em dezembro, com algum esquema aprovado.

Parece uma pretensão pouco realista, ante o impasse na vital questão do financiamento. Mas a delegação brasileira ainda acredita que seja possível alguma saída, porque a discussão entre os ministros da Fazenda ficou limitada ao financiamento, enquanto, em Copenhague, haverá todo um leque de assuntos que podem, eventualmente, permitir uma barganha.

Reunião discute acesso aos recursos da biodiversidade e repartição de benefícios – Sítio eletrônico do MMA - 09/11/2009

Ana Flora/SBF

A secretária de Biodiversidade e Florestas, Maria Cecília Wey de Brito, participa da segunda reunião do Grupo de Trabalho Aberto sobre Acesso e Repartição de Benefícios, que começou nesta segunda-feira (9/11) e vai até o dia 15 de novembro, em Montreal, Canadá.

O objetivo é discutir os documentos relacionados ao acesso a conhecimentos tradicionais associados e negociar os encaminhamentos para a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 10-CDB), a ser realizada em outubro de 2010, em Nagoya, no Japão, quando deverá ser adotado o Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios pelos países signatários.

Em 2008, durante a COP 9 na Alemanha, foi estabelecido o caminho para que o Regime Internacional seja uma realidade em 2010, o que inclui reuniões do Grupo de

Trabalho Aberto sobre Acesso e Repartição de Benefícios para construção de seu texto operativo. A primeira reunião ocorreu em abril deste ano, em Paris, França.

Durante o final de semana (7 e 8/11), a secretária ainda participou das reuniões consultivas com o Grupo de Países Megadiversos e afins e Países da América Latina e Caribe - Grulac, também em Montreal, cuja presidência é do Brasil até a COP10-CDB.

Após ter assumido a presidência, o Brasil, como defensor da conservação da biodiversidade e da utilização sustentável dos recursos naturais, ganhou papel relevante nas negociações dos artigos da CDB que tratam dos conhecimentos tradicionais, usos costumeiros dos recursos naturais e do acesso aos recursos genéticos.

No Brasil o assunto está regulamentado pela Medida Provisória 2.186-16/2001, que estabeleceu o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) como autoridade nacional competente para regulamentar o acesso a recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados, bem como a repartição de benefícios oriundos desses acessos.

A falta de acordo para o clima e a retranca do Brasil – Valor Econômico – Opinião - 06/11/2009

São remotas as chances de acordo na Conferência do Clima em Copenhague. O secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-moon, praticamente jogou para frente o calendário das negociações, ao pedir realismo e indicar que há diferenças sérias demais para que possam ser resolvidas até dezembro. O negociador-chefe da Comissão Europeia, Artur Runge-Metzger, foi na mesma linha, deixando a esperança protocolar de um entendimento para o último dia da conferência, 18 de dezembro. Os negociadores agora colocam suas fichas em um acordo-quadro político para as ações contra o aquecimento global. Ele daria o norte para que as questões técnicas e financeira se ordenassem a esse compromisso e fossem fechadas no primeiro semestre de 2010.

O ânimo brasileiro de se comprometer com metas para a redução das emissões parece ter seguido o mesmo diapasão do desenrolar das discussões preparatórias. Na Assembleia Geral da ONU, o presidente Lula se prometeu reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020 e, na ocasião, isso parecia ser um avanço importante em meio a uma série de sinais encorajadores. A China havia saído de sua posição negativista e sinalizado com corte da intensidade de carbono por unidade do produto e a Índia flertava com algum tipo de concessão. O otimismo desvaneceu.

Após uma reunião entre o presidente Lula e vários ministros, a perspectiva de apresentar algo a mais além da redução do desmatamento, proposta pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, perdeu força. Ela cedeu lugar ao realismo diplomático, que prefere, como em negociações internacionais corriqueiras, que todos os participantes mostrem suas intenções para que o Brasil não se comprometa unilateralmente com objetivos maiores que os necessários. Essa posição parece casar melhor com o recuo nos ânimos dos principais atores da Conferência do Clima. Com as chances de um acordo à vista, a atitude brasileira poderia ser mais ousada. Agora, acha isso inconveniente.

Todos os compromissos potenciais em torno de Copenhague continuam desamarrados. Os EUA não poderão ir muito longe em qualquer acordo, porque o

Senado não votou a lei ambiental do presidente Barack Obama, e não o fará antes da conferência. E, na melhor das hipóteses, o segundo maior emissor de gases-estufa do planeta, pela legislação em discussão, se comprometerá a cortar no máximo 20% das emissões de carbono. Os EUA chegarão assim em 2020 sem cortar nada em relação ao que emitia em 1990, a data-base para as reduções acertadas no Protocolo de Kyoto, que os EUA não ratificaram. UE e Japão aceitaram reduções de 20% e 25% respectivamente, mas gostariam de ver promessas maiores dos países emergentes que contam, como China, Índia e Brasil. Eles precisariam apresentar metas "mensuráveis" compatíveis.

O recuo brasileiro, segundo se infere das declarações do presidente Lula, é uma forma de buscar acordos com Índia e China para pressionar os países desenvolvidos a elevar seus compromissos, que não se restringem ao corte das emissões, mas também à transferência de tecnologia e de recursos para que os demais países possam mitigar os efeitos do aquecimento e agir para contê-los.

O Brasil tem chances de fazer a diferença, porque tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, corrompida pelo selvagem desmatamento. O governo Lula dá prioridade ao crescimento e vários ministros não receberam com bons olhos propostas factíveis e importantes do Meio Ambiente, como a redução adicional de 20% das emissões por meio da recuperação de 10% das áreas de pastagem degradadas, integração de lavoura-pecuária, plantio direto em 40 milhões de hectares, entre outras. Há no ar a chance de que o país cresça 6% ao ano daqui para a frente e as metas de corte de CO2 seriam um estorvo, além de ferir suscetibilidades da bancada ruralista em ano eleitoral. Para efeitos práticos, as metas domésticas são igualmente vitais, pois indicam que o Brasil toma as atitudes necessárias para melhorar o futuro de seus cidadãos e, com isso, também do planeta. O recuo no plano internacional externo parece ser, agora, a outra face do recuo interno. Com ou sem Copenhague, o governo pode fazer mais e melhor do que tem feito.

Acordo climático opõe ricos a pobres - Daniela Chiaretti – Valor econômico – Internacional - 09/11/2009

Quando a crise econômica eclodiu, as negociações do acordo climático internacional também foram abaladas. "Sentimos que seria um forte complicador para as economias industrializadas", dizia um negociador do G-77, o grupo dos países em desenvolvimento, no final da rodada Barcelona, a última antes da conferência de Copenhague. "Só que a crise está diminuindo, mas a falta de disposição que sentimos dos ricos continua."

A rodada de Barcelona terminou melancólica. O abismo entre ricos e pobres só se agravou. Um experiente delegado brasileiro balançava a cabeça na sexta à noite: "Em todos estes anos, nunca vi um confronto Norte-Sul tão forte."

A cúpula do clima de Copenhague se prenuncia pouco auspiciosa. Os ministros das Finanças do G-20, reunidos na Escócia neste fim de semana, não chegaram a um acordo. No fim de outubro, o ministro das Finanças da Polônia, Jan Rostowski resumiu a confusão dizendo que os países pobres da Europa não aceitam ter que ajudar seus pares ricos a "ajudar os países pobres do resto do mundo".

Por enquanto, Copenhague pode aprovar recursos "fast-track" de US\$ 10 bilhões para que os menos desenvolvidos possam desenhar seus planos de ação para reduzir emissões e se adaptar às mudanças. Mas, mesmo aqui, não está claro quem destina os recursos e como. Esse valor é só 10% do que a própria União Europeia admite ser necessário, entre 2013 e 2020, para mitigar o efeito do aquecimento.

Os países desenvolvidos, que, segundo cientistas, deveriam cortar suas emissão até 2020 em 25% a 40%, pararam em algo próximo a 16%, como conjunto, nas contas do G-77. O bloco dos em desenvolvimento quer 40% de corte. Os ricos têm falado cada vez mais que os emergentes também deveriam ter números - numa tentativa de descolar China, Índia, Brasil e México dos países mais pobres do bloco.

Os EUA correm em raia própria. A promessa de corte de 17% até 2020, com base em 2005, é comparável à promessa europeia de cortar 20%, com base em 1990. Mas a Europa quer que os EUA ampliam sua participação no esforço global. A estratégia do governo Obama tem sido ter uma meta doméstica, aprovada pelo Congresso, antes de dar cartas internacionais. Mas os EUA também querem no acordo algo que não está sobre a mesa: que cada país contribua sem obrigações internacionais. Para negociadores brasileiros, essa fórmula resulta num acordo fraco demais.

Há um mês de Copenhague, o cenário incerto. A conferência pode terminar com um acordo político, a chamada opção "melhor que nada". A ideia não é aceita pelo G-77, que não quer um "acordo fraco". "O Brasil só trabalha com um cenário, não temos plano B", diz Luis Figueiredo Machado, o chefe dos negociadores brasileiros, que defende o acordo com metas para os ricos, recursos que venham deles e planos de ação de desvio na curva de emissão dos emergentes.

Antes de Copenhague, um encontro bilateral China-EUA pode destravar o nó. A bola está com os líderes globais. Cerca de 40 falam em ir a Copenhague, mas só o britânico Gordon Brown confirmou.

Uma agenda ambientalista deve prevalecer em 2010 - Paulo R. Haddad – Valor Econômico – Opinião - 09/11/2009

De olho nas eleições de 2010, os programas de governo devem falar mais de desenvolvimento sustentável

A partir do início do próximo ano, quando os partidos políticos começarem a apresentar os seus programas de governo para as eleições de 2010, algumas questões irão sensibilizar o eleitorado mais do que outras. Não me parece que o tema da estabilidade econômica seja um deles. O Brasil já aprendeu como conduzir eficazmente as políticas econômicas de curto prazo de tal forma que haja um equilíbrio entre os objetivos das taxas de inflação, de crescimento econômico e de desemprego. Da mesma forma, as políticas sociais compensatórias cuidaram bem de reduzir e acomodar politicamente as nossas dramáticas desigualdades e assimetrias sociais, dentro das restrições impostas pela responsabilidade fiscal dos três níveis de governo.

É evidente que, nos limites das políticas públicas, é sempre possível conquistar novos e melhores resultados na margem. Um sistema educacional de melhor qualidade, maior controle sobre a eficiência das políticas sociais compensatórias ou o aperfeiçoamento do sistema de metas de inflação podem trazer progresso econômico e social para o país ao longo do próximo lustro, mas sem constituir um núcleo forte para a

estruturação de um novo programa de governo. Na verdade, o debate econômico está atualmente carregado de uma overdose de macroeconomia de curto prazo e há uma desconfiança de que as políticas sociais compensatórias estariam levando os seus beneficiários a uma situação de conformismo e de histerese socioeconômica.

Considero que as questões fundamentais para compor uma agenda de um novo mandato presidencial recairão sobre a temática de um processo de desenvolvimento sustentável para o Brasil e suas regiões. Essa temática inclui as questões das mudanças climáticas, da matriz energética, da conservação e preservação de nossos biomas, do desmatamento da Amazônia, da gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, da poluição ambiental das metrópoles, etc.

Basta observar o crescente espaço que essas questões vem ocupando nos meios de comunicação para perceber o quanto a opinião pública vem se conscientizando e se sensibilizando sobre a necessidade de outro padrão de desenvolvimento no Brasil.

Contudo, a estruturação dessa agenda pressupõe a articulação inteligente e operacional de três objetivos de desenvolvimento: crescimento econômico sustentado e competitivo globalmente, melhorias acentuadas na distribuição de renda e da riqueza, preservação e conservação dos ecossistemas por meio das regras básicas de sustentabilidade ambiental. A operacionalização dessa articulação tripartite exige algumas pré-condições que serão inovadoras no processo de planejamento de médio e de longo prazo no país. Algumas observações preliminares sobre como operacionalizar esse eventual programa podem ser avançadas.

Em primeiro lugar, é preciso construir a macroeconomia da sustentabilidade, a fim de que não se reproduza o atual padrão de políticas públicas, no qual os problemas do desenvolvimento sustentável caminham em paralelo e descasados das políticas econômicas de curto prazo. Para isso, é preciso que se incorporem instrumentos econômicos e financeiros nas políticas ambientais (na União Europeia eles são mais de 130), adaptar o sistema tributário (ecocrédito municipal, ICMS ecológico, crédito presumido de IPI para a indústria de reciclagem, etc.) e o sistema financeiro (o Protocolo Verde) para que produtores e consumidores adotem um comportamento ecologicamente amigável e, principalmente, reorientar a estrutura dos gastos públicos na direção de infraestruturas de baixo carbono, de segurança energética, etc.

Na linha de se construir uma agenda da macroeconomia da sustentabilidade, pode-se pensar até mesmo numa experiência de Orçamento de Base Zero, de metodologia reconhecida em diversos países mais desenvolvidos por organizações públicas e privadas. A reprogramação dos recursos públicos que já estão sendo normalmente aplicados, pelos três níveis de governo, é uma das alternativas de financiamento do desenvolvimento sustentável, mais importante do que as tentativas de vincular receitas ou de gerar fundos adicionais.

De acordo com a conhecida metodologia do Orçamento de Base Zero, nenhum órgão da Administração Direta ou Indireta dispõe, inicialmente, de cotas preestabelecidas ou corrigidas segundo regras uniformes. Na verdade, tem de haver uma sólida justificativa para cada programa, sub-programa, projeto ou atividade a ser incluído no orçamento, a fim de se ter acesso aos recursos fiscais. A partir do conjunto de demandas multifacetadas, estrutura-se o novo orçamento, tendo como referência estratégias de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, promove-se consistentemente o casamento dos orçamentos com as estratégias de desenvolvimento e, eventualmente, poderá se concluir pela redução da carga tributária na base de 1% do PIB por ano de mandato.

No nível das políticas de desenvolvimento produtivo (PDPs) é preciso considerar que já se dispõe de inovações tecnológicas, informação e conhecimento para lidar adequadamente com os problemas ambientais, de maneira custo-efetivo e, em muitas áreas, de maneira muito rentável e lucrativa. E que os ganhos de produtividade dos recursos (materiais e de energia) e as possibilidades de diferenciação dos produtos para as empresas por meio de desenvolvimento sustentável serão os fatores determinantes dos novos ciclos de inovação. Diversos estudos recentes propõem que os paradigmas de melhorias simultâneas no meio ambiente e na competitividade podem emergir, desde que se observe que há inúmeros recursos potenciais não mobilizados para a melhoria da produtividade ao longo de toda a economia.

Operacionalmente, o que se propõe é considerar, na construção de uma agenda ambientalista para 2010, o meio ambiente não apenas como um fator de produção a mais e residual, mas como o elemento pivotal que contém, provisiona e sustenta toda a economia para se construir um novo paradigma de desenvolvimento que seja, simultaneamente, economicamente eficiente, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Paulo R. Haddad é professor do IBMEC/MG. Foi ministro do Planejamento e da Fazenda no Governo Itamar Franco.

Planalto usa Amazônia para inflar Dilma - João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 10/11/2009

Para continuar mostrando a ministra Dilma Rousseff aos eleitores, além de vinculá-la à defesa do meio ambiente um mês antes da Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP-15), em Copenhague, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu transformar o anúncio do menor índice de desmatamento da Amazônia nos últimos 21 anos, amanhã, num grande acontecimento político.

Dilma, pré-candidata à Presidência, será a mestra de cerimônias do anúncio da boa notícia, marcado para as 15 horas, no Centro Cultural Banco do Brasil.

Historicamente, anúncios sobre desmatamento seguiam um script rotineiro, com os dados divulgados pelo ministro do Meio Ambiente de plantão.

Para a festa ambiental foram convidados governadores e entidades ligadas ao meio ambiente.

A senadora Marina Silva (AC), provável candidata a presidente pelo PV, não foi convidada.

Ela estará amanhã em São José dos Campos (SP).

O Ministério do Meio Ambiente trabalha com desmatamento entre 8,5 mil e 9 mil quilômetros quadrados, entre agosto de 2008 e julho de 2009, período em que os dados são consolidados ano a ano. O Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que também acompanha o desmatamento da floresta por um sistema de satélites, assim como o governo, acredita que os números deverão ficar entre 9 mil e 10 mil quilômetros quadrados.

O menor índice foi registrado em 1991, com 11,3 mil quilômetros quadrados. Nos últimos três anos, o desmatamento ficou entre 11 mil e 12 mil quilômetros quadrados.

No anúncio, Lula e Dilma falarão ainda dos resultados da Operação Arco Verde, um programa do governo federal anunciado com grande estardalhaço em junho. Foi

num discurso em Alta Floresta, norte de Mato Grosso, no lançamento do programa, que Lula atacou os organismos fiscalizadores, dizendo que atrasavam o País, e afirmou que os pioneiros que haviam seguido para a Amazônia e desmatado dentro dos programas oferecidos por governos anteriores jamais poderiam ser chamados de bandidos.“

Nuncavamos nos esquecer que na década de 70, quando foi feita uma reforma agrária, muita gente foi induzida a vender as pequenas propriedades que tinha e se embrenhar por este Brasil afora para construir cidades como Alta Floresta”, disse Lula.

Ao mesmo tempo, diz o presidente consciente do momento atual, em que há grande preocupação com o clima, o presidente ensinou que hoje a vantagem é não desmatar. “Temos de dizer para as pessoas que, se houve um momento em que a gente podia desmatar, agora desmatar joga contra a gente. Vai nos prejudicar no futuro, porque o empréstimo internacional não sai.”

COMANDANTE

Lula anunciará, na cerimônia de amanhã, que Dilma será a comandante da equipe brasileira em Copenhague.

E que vai levar as novidades do País para ajudar a combater o aquecimento global e a emissão de gases de efeito estufa.

O Brasil terá, de acordo com o presidente, a proposta mais ousada entre todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento. Será algo em torno de um esforço voluntário de 38% a 42% na redução dos gases de efeito estufa até 2020 (*leiamais em Vida &*).

“O Brasil será também o único país do mundo a apresentar a novidade de ter formado um fundo de combate ao aquecimento global sustentado nos combustíveis fósseis”, disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que perdeu o lugar antes do atual ocupante do cargo nos anúncios de redução nos índices de desmatamento.

Ele afirmou que não se importa com isso. “A ministra Dilma Rousseff é a mais importante dos ministros do presidente Lula. Não tem problema ela anunciar a queda no desmatamento nem comandar a equipe em Copenhague”, disse. ●

Ministra vira a ‘estrela’ em site da Presidência - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional - 10/11/2009

O site do Palácio do Planalto bateu recorde em outubro de divulgação de fotografias da chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, desde que a ministra assumiu o cargo em junho de 2005.

Com 34 imagens durante o mês, a pré-candidata do PT à Presidência virou a estrela do site.

O total de imagens de Dilma supera com folga as fotos dos colegas de governo. O responsável pela pasta da Fazenda, Guido Mantega, não teve uma única foto em todo o mês de outubro.

Só neste ano, o site www.info.planalto.gov.br divulgou 180 fotos de Dilma, quantidade superior ao total de 178 imagens de Mantega disponibilizadas nos últimos seis anos. Nemo ex-ministro José Dirceu teve tanta exposição: foram 82 fotos em dois anos e meio no comando da Casa Civil, de janeiro de 2003 a julho de 2005.

Nas últimas semanas, o site que divulga atividades do presidente Luiz Inácio Lula

da Silva tem revelado uma Dilma mais descontraída e sorridente. A ministra aparece, por exemplo, pescando no Rio São Francisco, ao lado do presidente da França,

Nicolas Sarkozy, beijando a bandeira da escola de samba Mangueira e cumprimentando pessoas nas viagens pelo Brasil.

Mesmo com afastamentos para tratamento de doença, Dilma deve bater poucos dias o total de fotos divulgadas no ano passado. De janeiro a dezembro de 2008, o site divulgou 187 imagens da ministra. Em 2007 e 2006, quando ainda não tinha o nome ligado à sucessão presidencial, ela apareceu em 93 e 76 fotos, respectivamente.

Não faltam imagens da ministra da Casa Civil ao lado de Lula. As fotos mostram sempre a ministra em conversas de pé de ouvido com o presidente. Em outras, ela aparece em mesas de reuniões e palanques montados para Lula nas viagens do presidente pelo Brasil.

Nas imagens de 2006 a 2008, Dilma aparece como a técnica do governo, sempre como coadjuvante das ações e solenidades do Planalto.

Neste ano, as fotografias da ministra também diferem pela mudança no visual. Dilma tirou os óculos de armações grossas, mudou o corte de cabelo e o figurino. Agora, está mais presente em eventos populares e apresentações de artistas, sempre com olhos atentos e de admiração.

O site passou a exibir Dilma como protagonista. Em 2009, ela apareceu sozinha ou sem a presença do presidente Lula em 30 fotografias.

No ano passado, foram apenas sete imagens dela sem o presidente. Em 2007 e 2006, ela não teve imagens desse tipo divulgadas pelo site da Presidência. ●

Enfrentar as mudanças climáticas – José Serra – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 10/11/2009

PROMULGUEI ontem uma lei que estabelece a Política Estadual de Mudanças Climáticas. Já passava da hora. Nações, governos e sociedade precisam acelerar suas agendas visando enfrentar esse enorme desafio jamais enfrentado pela humanidade: o aquecimento global. São Paulo assume vários compromissos até 2020, incluindo a meta de redução de 20% das emissões de gases de efeito estufa (GEEs), tomando como base o ano de 2005. Haverá redução de 24 milhões de toneladas de CO₂. Nada será fácil. A próxima década exigirá uma difícil transição rumo à nova economia verde. As próximas gerações merecem qualidade de vida. O derretimento acelerado das geleiras encurta as margens de dúvida. O fenômeno das mudanças de clima, causado pela ação antrópica, afeta todo o planeta. Embora os países desenvolvidos tenham sido os que mais contribuíram para essa situação, pouco adianta ficar discutindo sobre a culpa passada pelo desastre ambiental que se evidencia no presente. Ninguém pode escapar. A decisão de assumir metas quantitativas de redução dos GEEs demonstra firmeza da política ambiental paulista. Precisamos construir um novo padrão de produção e consumo, com bases sustentáveis. Não há antagonismo necessário entre proteger o meio ambiente e promover o crescimento econômico. Enormes oportunidades de investimentos se abrem em setores emergentes, no

aperfeiçoamento tecnológico, nas energias renováveis, no transporte não rodoviário, na reciclagem, na agricultura sustentável. Em cada ramo da economia paulista há uma agenda promissora e competitiva. Milhares de postos de trabalho deverão ser gerados na fabricação de equipamentos, na melhoria de processos produtivos, nas obras de infraestrutura, nos modais de transporte, nos serviços alternativos. Tais modificações, porém, por afetar o modo de produção, exigem ativismo do Estado, estimulando e empurrando a agenda de transformações. A Nossa Caixa Desenvolvimento está sendo preparada para tal finalidade, ajudando a financiar as melhorias tecnológicas. A Fapesp já aloca recursos vultosos na pesquisa científica. O IPT se voltará às novas tecnologias que reduzem a quantidade de energia não renovável por unidade de produto. Políticas fiscais e tributárias serão utilizadas para reduzir custos dos setores ambientalmente corretos. No transporte urbano, o governo estadual implementa um inusitado programa de metrô e trem metropolitano. O rodoanel, ao reduzir congestionamentos e permitir que a ligação entre as estradas se dê ao largo das áreas mais urbanizadas, representa um caso exemplar de obra gigantesca, com preservação do meio ambiente. Um Estado ativo não teme a agenda ambiental. Na maior parte do país, as emissões se originam no desmatamento. Em São Paulo, sua fonte principal é a energia fóssil, consumida no transporte de carga e na indústria. Só o transporte é responsável por 29% das emissões de CO₂ do Estado. O uso de biomassa para a produção energética e a expansão do uso de energia eólica, solar e hidroelétrica oferecem vastas oportunidades a explorar. São impressionantes os ganhos possíveis: por exemplo, cerca de 90% do transporte de mercadorias se faz em caminhões, com quase 50% das viagens sem carga. É consumo "inútil" de energia, desgaste da infraestrutura, perda de tempo. As políticas ambientais iniciadas na década de 1970 estavam focadas nos danos à saúde causados pela poluição das chaminés e na garantia de recursos naturais ofertados para a exploração econômica. Mais tarde, a biodiversidade também passou a ser o foco da atenção de toda a sociedade. Contribuiu para tanto a mobilização de entidades ambientalistas e o maior conhecimento científico adquirido pela academia. A Cetesb cumpriu papel fundamental nesse trabalho de controle ambiental. Agora, ainda nem vencida essa fase inicial, surge a necessidade de enfrentar o drama maior das mudanças climáticas. A nova lei paulista compromete o governo e orienta a sociedade sobre as formas de abrandar o lançamento de gases-estufa. Traça linhas claras e objetivas de enfrentamento do problema e estabelece um calendário para seu cumprimento. Todos parecem concordar, em tese, com o desenvolvimento sustentável. Mas, na prática, poucos sabem executá-lo. São Paulo vai enfrentar essa transformação. A redução das queimadas de cana-de-açúcar e a recuperação das matas ciliares na agricultura (396 mil hectares cadastrados na SMA) comprovam que é possível compatibilizar a produção com a preservação ambiental. Cerca de 700 mil hectares de cana deixaram de ser queimados desde a vigência do protocolo agroambiental assinado com o setor sucroalcooleiro. Isso significou uma redução de 8,2 milhões de toneladas de CO₂ lançada na atmosfera. É preciso ter coragem e determinação na política ambiental: ou se encara de frente a problemática ambiental ou o futuro da civilização estará comprometido. Quanto mais o

Brasil ousar, maior será o poder de pressão da comunidade internacional sobre os países que resistem à mudança.

JOSÉ SERRA, 67, economista, é o governador de São Paulo. Foi senador pelo PSDB-SP (1995-2002) e ministro do Planejamento e da Saúde (governo Fernando Henrique Cardoso) e prefeito de São Paulo (2005-2006).

Governo cede e leva proposta "voluntária" de emissão à ONU – Fernando Barros de Mello – Folha de São Paulo – Brasil – 10/11/2009

Classificando de um "objetivo voluntário" e não de meta obrigatória, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) admitiu ontem que o governo deve levar um número de corte das emissões dos gases-estufa à conferência da ONU sobre mudanças climáticas, a ser realizada em dezembro em Copenhague. O valor pode ficar em cerca de 40% de redução até 2020. O anúncio oficial está previsto para o fim desta semana. "Não estamos distantes disso: pode ser 38%, 42%", disse a ministra após reunião no gabinete da Presidência em São Paulo. Além de Dilma e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participaram do encontro os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente), Reinhold Stephanes (Agricultura) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), assim como representantes do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, coordenado por Luiz Pinguelli Rosa, professor da Coppe-URFJ. "Ninguém desmaiou quando eu projetei 40%. Antes desmaiava. Os 40% estão assimilados como uma possibilidade. Agora, o governo quer uma justificativa técnica", disse Pinguelli Rosa, segundo quem 20% serão por conta da queda do desmatamento na Amazônia e o resto viria da queda de desmatamento do cerrado brasileiro, racionalização de transporte e outras medidas. "Se é meta ou objetivo não interessa, o que interessa é um número", completou o professor. Na semana passada, o governo havia sinalizado que poderia não apresentar um número de redução. A ONU cobrou uma meta clara do Brasil. Ontem pela manhã, em seu programa de rádio "Café com o Presidente", Lula disse que o país "está disposto a estabelecer um acordo com outros países para que a gente mostre para a humanidade a nossa disposição de diminuir as emissões de gases de efeito estufa".

Para Dilma, o governo não pode "achar" que é possível atingir uma meta, mas tem de realizar estudos para prever um número "factível". A ministra cobrou ainda que países desenvolvidos tenham responsabilidade direta pela redução da emissão de gases no mundo.

"A postura do Brasil é que os países em desenvolvimento assumam uma posição forte", disse Dilma. Ela explicou que, pelas regras atuais, apenas os países do anexo 1 (países industrializados) têm a obrigação de apresentar metas.

Prazos

Também foram discutidas a regulamentação e modificações no Código Florestal, de 1965, e o decreto presidencial que, a partir de 11 de dezembro, prevê multa a

proprietários rurais que não formalizarem um compromisso com a reserva legal (área de floresta).

Não há consenso sobre a entrada em vigor do decreto (ruralistas querem prorrogá-lo por até três anos). A ministra disse que Lula anunciará uma decisão nos próximos dias. Dilma também elogiou o plano de redução de emissões de 20% anunciado ontem pelo governador de São Paulo, José Serra (PSDB) -seu provável adversário na campanha presidencial de 2010-, mas disse que os cálculos seguem metodologias e bases diferentes e, por esse motivo, não é possível fazer comparações. Segundo ela, os valores são distantes e os cortes federais serão maiores. Mesmo assim, Dilma afirmou esperar que os governos dos Estados tomem iniciativas desse tipo e se comprometam com questões ambientais.

Ministro destaca políticas do governo para enfrentamento das mudanças climáticas - Maiesse Gramacho – Sitio eletrônico do MMA - 10/11/2009

O Brasil não vai interromper seu desenvolvimento ao adotar medidas para conter mudanças no clima, como a emissão de gases-estufa, principais causadores do aquecimento no planeta. A avaliação foi feita pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em palestra realizada na manhã desta terça-feira, 10 de novembro, durante o Seminário Políticas Públicas e Mudanças Climáticas, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília.

De acordo com o ministro, "o Brasil é um dos poucos países que podem produzir mais e emitir menos", graças aos recursos naturais que possui e às alternativas sustentáveis que podem ser originadas deles. Segundo Minc, as metas de redução nas emissões de gases-estufa que devem ser levadas a Copenhague, em dezembro, na Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), não comprometerão o crescimento do país.

Carlos Minc destacou a reunião ocorrida ontem, em São Paulo, entre o presidente Lula e ministros das pastas envolvidas na elaboração da proposta brasileira para a COP-15. "Ficou definido que o Brasil levará uma meta muito forte, de redução de 40% nas estimativas de emissões previstas para 2020", contou.

O ministro explicou que 20% são referentes à queda no desmatamento da Amazônia e a outra metade será proveniente de iniciativas que deverão ser implementadas em setores como a agricultura, por exemplo. "Ações como integração entre pecuária e lavoura, plantio direto e recuperação de áreas degradadas podem ajudar significativamente na redução das emissões de gás carbônico pelo setor da agricultura", disse.

Sobre o desmatamento na Floresta Amazônica, Minc disse que, nos próximos dias, o presidente Lula vai anunciar dados que vão comprovar o menor desmatamento dos últimos 20 anos. "Os números que serão anunciados mostram que estamos no caminho certo."

AVANÇO - Para Minc, a posição do Brasil em relação a questões ambientais e do clima "evoluíram muito", e isso se deve ao fato de o país ter um inventário sobre as emissões, com as responsabilidades de cada setor, e de as políticas de meio ambiente e clima já permearem as políticas econômica e de desenvolvimento do país.

O ministro também lembrou do Fundo Clima, aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados. "O Brasil vai chegar a Copenhague como o único país que tem um fundo para financiar ações contra mudanças climáticas com recursos da exploração do petróleo, que é o combustível fóssil que mais emite CO²".

O ministro elogiou a iniciativa do TCU, em realizar seminário sobre o tema das mudanças climáticas. Para ele, todos os órgãos públicos deveriam seguir o exemplo, e se envolver nesse debate. Além de Carlos Minc, estiveram na cerimônia de abertura do encontro o presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar, e o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende. O seminário segue até esta quarta-feira, 11, no TCU, sob coordenação do ministro Aroldo Cedraz.

Desmate melhora economia, mas não eleva índices sociais – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 11/11/2009

Cruzamento de dados mostra colapso de educação e saúde na Amazônia Legal

Nos 50 municípios que mais desmataram, crescimento de emprego e renda foi 35% maior que média regional, e índice de saúde, 63% menor

O avanço do desmatamento na Amazônia Legal provoca uma disparada econômica dos municípios, mas não melhora os indicadores sociais. Nas localidades que mais desmatam, os índices de emprego e renda aparecem acima da média da região, enquanto os dados de educação e saúde engatinham. Esse quadro aparece no cruzamento, realizado pela **Folha**, entre dados de desmatamento, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), e o Índice de Desenvolvimento Municipal criado pela Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro). Ambos têm como recorte o período de 2000 a 2006 (quando há dados disponíveis nessas fontes). No caso do desmate, foram usados dois recortes no levantamento: os 50 municípios que mais desmataram em extensão e os 50 que mais desmataram em termos proporcionais (em relação à própria superfície). Um exemplo da discrepância é que, no índice de emprego e renda, os 50 municípios da Amazônia Legal que mais desmataram em extensão entre 2000 e 2006 avançaram 35% acima da média regional. Já no indicador de saúde, os mesmos 50 municípios cresceram 63% abaixo da média da Amazônia Legal (Região Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão).

A disparidade é ainda maior quando a média da região é comparada com os 50 municípios que mais desmataram em relação às suas superfícies. Entre 2000 e 2006, o índice de emprego e renda dessas localidades subiu 81% acima da região, enquanto seu indicador social (educação e saúde) cresceu 36% abaixo da média local. Líder em desmatamento, São Félix do Xingu (PA) viu seu índice de emprego e renda crescer 9% acima da média da região, mas o de saúde ficou 17% abaixo. Segundo colocado na extensão do desmatamento, Paragominas (PA) tem perfil semelhante: índice de emprego e renda 14% acima da média, e o de saúde 83% abaixo. Para especialistas e representantes de entidades ouvidos pela **Folha**, o desmatamento

concentra renda e gera empregos de forma passageira. Segundo eles, o anúncio de oportunidades de emprego atrai trabalhadores migrantes e, com isso, deixa em colapso os sistemas de saúde e educação. "É uma espécie de febre. No período do desmatamento tem a venda da madeira, tem emprego para formar pasto. Mas, depois que colocou os bois, ninguém ganha mais nada", afirma José Eli da Veiga, da Faculdade de Economia da USP. "Onde não respeitam a lei ambiental, dificilmente irão respeitar leis trabalhistas, podendo colocar em risco a saúde do trabalhador, com consequências sobre os índices", diz Patrick Carvalho, chefe de Estudos Econômicos da Firjan. O avanço do desmatamento não está apenas ligado à atividade madeireira clandestina. Com ele, disparam também projetos de mineração e de geração de energia. "É uma riqueza, mas concentrada. Saneamento básico, saúde pública, educação e outros direitos sociais inexistem", diz José Batista, da Pastoral da Terra. Como muitos dos empregos criados na região estão ligados ao desmatamento, cria-se um dilema entre uma atividade ilegal e a única opção de renda. No ano passado, uma operação federal no Pará contra a exploração ilegal de madeira motivou protestos da população. "A Amazônia está encalhada. Há uma luta contra o desmatamento, mas ainda não existe uma economia para substituir essa velha prática predatória e ilegal", afirma Adalberto Veríssimo, pesquisador do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

Lula rejeita os planos de Minc e de Stephanes – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 11/11/2009

Na reta final para decidir as mudanças na legislação ambiental, o presidente Lula decidiu rejeitar a proposta da Agricultura de isentar os pequenos produtores da exigência de reserva legal. Mas, num revés para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Agrário, retirou das negociações o conceito de "agricultura familiar". A partir de agora, toda a discussão sobre o Código Florestal terá como base as pequenas propriedades: áreas de até quatro módulos fiscais ou 150 hectares (vale a maior). O conceito de agricultura familiar fora incluído na proposta do Meio Ambiente por conta da participação de entidades do setor (Contag, Fefraf) nas negociações. A definição de agricultor familiar inclui o tamanho da propriedade (até quatro módulos) e informações de renda e posse do estabelecimento (tudo centralizado na família). Essas decisões foram as duas tomadas em reunião de Lula, anteontem, com os ministros Reinhold Stephanes (Agricultura) e Carlos Minc (Meio Ambiente). Foi o primeiro encontro entre eles para tratar de mudanças e ajustes no código e da entrada em vigor, em 11 de dezembro, de um decreto presidencial que obriga os proprietários rurais a assumir um compromisso formal sobre suas reservas de floresta. Em meio a isso, o Planalto articula com o Meio Ambiente e o Inpe para que o presidente, às vésperas de Copenhague, anuncie, amanhã, os dados sobre desmatamento do sistema Prodes, que, segundo Minc, deve ser o menor em 20 anos. **(ES)**

Proposta na ONU é para valer, diz governo – Folha de São Paulo – Brasil –
11/11/2009

Minc e Dilma afirmam que "objetivo voluntário" sobre redução das emissões de gases-estufa terá mesmo efeito político que meta

Governo federal anunciará proposta que levará a Copenhague até o final da semana; corte de gases ficará entre 38% e 42%

Os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Dilma Rousseff (Casa Civil) afirmaram ontem, ao participarem de diferentes eventos em Brasília e no Rio, que o Brasil assumirá um compromisso "firme" e "político sério" de redução das emissões de gases-estufa.

O governo federal, porém, ainda não divulgou qual proposta será levada à conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre mudanças climáticas em Copenhague, em dezembro. A ministra disse a definição depende de reuniões que ocorrerão nos próximos dias, entre elas, um encontro sábado marcado pelo presidente Lula no Palácio da Alvorada.

Na segunda-feira, Dilma afirmou que o país terá um "objetivo voluntário" de redução. Segundo Minc, a proposta brasileira será "como se fosse realmente uma meta". Ele confirmou que o percentual de redução das emissões ficará entre 38% e 42% e que os cortes vão ser definidos por setor. "O que é objetivo firme com números definidos se não é uma meta? São como se fossem realmente metas", afirmou o ministro, após participar de um seminário sobre políticas públicas e mudanças climáticas, organizado pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

A ministra, no Rio, tentou esclarecer: "Não estamos falando em meta. País em desenvolvimento não tem meta. O que temos é um compromisso voluntário de redução porque isso é uma questão política séria". Segundo Dilma, o Brasil fará "um gesto político" que legitima o país como "nação comprometida com sustentabilidade". "Vamos dizer: "Ó, não temos meta porque não estamos na lista [de países desenvolvidos], mas vamos reduzir em tanto e gostaríamos que os senhores reduzissem também"." "Sejam elas metas ou apenas um objetivo, isso é igualmente vinculante", afirmou a senadora e ex-ministra Marina Silva (PV-AC), também presente no seminário do TCU. Lula, ao discursar em evento em São Paulo, citou a questão ambiental e repetiu cobranças aos países desenvolvidos. "Como é que a gente vai discutir essa questão do clima com seriedade se a gente vai ter em Copenhague uma reunião e, pelo que eu estou sabendo, os grandes líderes não vão?", perguntou. "Na hora de assinar os protocolos, todo mundo assina qualquer coisa. Na hora de cumprir, pão, pão, queijo, queijo, ninguém quer abrir mão do seus hábitos e costumes."

O Planalto não confirma se Lula vai a Copenhague. Dilma vai chefiar a delegação brasileira. Entre os líderes mundiais, já confirmaram presença o primeiro-ministro do Reino Unido, Gordon Brown, a chanceler alemã, Angela Merkel, e o presidente francês, Nicolas Sarkozy. O presidente dos EUA, Barack Obama, disse que só irá a Copenhague se sua presença for o "fiel da balança".

São

Paulo

Um dia depois de elogiar o governo de São Paulo pelo lançamento de metas de redução de emissões, Dilma afirmou que a proposta do governador José Serra corresponde a apenas 10% do esforço da União. "É interessante notar que vocês acham 24 milhões de toneladas de CO2 como muito significativo quando se trata de São Paulo, e não consideram a nossa redução de 20% de emissões significativa", disse. "É 10% da nossa redução de emissão." Segundo a ministra, o governo proporá na ONU esforços para reduzir em 80% o desmatamento, o que, em suas contas, equivale a cortar 20% das emissões. "Representa 6,2 gigatoneladas [bilhões de toneladas] de emissão de CO2."

Países vulneráveis prometem esverdear suas economias – Folha de São Paulo – Ciência – 12/11/2009

Um grupo de 11 países vulneráveis aos efeitos do aquecimento global pediu ontem aos líderes mundiais que cheguem a um acordo vinculante contra emissões de gases-estufa em dezembro, na conferência de Copenhague. Bangladesh, Barbados, Butão, Gana, Quênia, Kiribati, Maldivas, Nepal, Ruanda, Tanzânia e Vietnã -grupo autointitulado V11- prometeram anteontem, no Fórum dos Países Vulneráveis, nas Maldivas, que esverdearão suas economias como parte de sua contribuição para resolver a crise do clima. Em troca, eles querem que os países desenvolvidos contribuam com 1,5% de seu PIB para financiar o combate e a adaptação ao aquecimento global nos países pobres. O líder do grupo é o presidente das Maldivas, Mohamed Nashid. Ele já organizou uma reunião ministerial submarina no mês passado para protestar contra o aumento do nível do mar, e prometeu que seu país se tornará neutro em carbono.

EUA cortariam 7% do CO2 com casas eficientes, diz pesquisa – Ricardo Miotto – Folha de São Paulo – Ciência – 12/11/2009

Para salvar o mundo, não se fie em tecnologias revolucionárias. Primeiro porque elas não surgem de uma hora para outra -e o planeta tem pressa. Segundo porque são caras. Os Estados Unidos poderiam reduzir as suas emissões de CO2 em 7% apenas aumentando a eficiência energéticas no consumo doméstico, que inclui casas e carros. Quem diz é Thomas Dietz, ecólogo da Universidade do Estado de Michigan. Pode parecer pouco, mas isso é o mesmo que todas as emissões da França. Se as residências dos EUA fossem uma nação, ela emitiria mais CO2 do que todas as outras, exceto a China. Pensando nisso, as propostas de Dietz, publicadas no mês passado no periódico "PNAS", passam por trocar modelos antigos de ar condicionado, utilizar carros menos beberrões e adotar atitudes como botar a roupa para secar ao sol. Cortar CO2 residencial não é uma ideia nova. "O plano do Reino Unido, por exemplo, tem toda uma parte relacionada às casas, ao usuário final", diz o economista José Eli da Veiga, da USP.

Emitindo

espero

Dietz e seus colegas, porém, evitam ir fundo quando surge a questão principal: como fazer com que as pessoas colaborem. Falam em "incentivos financeiros" e em "campanhas na mídia", mas evitam sugerir regulamentação governamental, leis. "Ao mesmo tempo em que não se pode subestimar os movimentos que vêm da sociedade, o governo não pode ficar esperando que cada um tome a iniciativa", diz Veiga.

Além disso, Veiga pensa que reduções de consumo em casas não podem servir como justificativa para esquecer as indústrias e outros setores. "Não pode ser só uma coisa ou outra."

Desmatamento na Amazônia cai 46% - Estado de São Paulo – Capa – 13/11/2009

O Brasil teve entre agosto de 2008 e julho de 2009 o menor índice de desmatamento na Amazônia nos últimos 21 anos: 7.008 km², segundo dados preliminares do Inpe. Em relação ao período 2007-2008, a queda foi de 45,7%. Os números foram mostrados ontem em um ceremonya festiva comandada pelo presidente Lula e pela ministra Dilma Rousseff (Casa Civil). Para o Inpe, não há como manter esse ritmo no próximo período

Brasil registra o menor índice de desmatamento dos últimos 21 anos - João

Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 13/11/2009

BRASÍLIA

O Brasil registrou o menor índice de desmatamento anual na Amazônia nos últimos 21 anos, com a marca de 7.008 km², Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os números, apresentados ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, referem-se ao período de agosto de 2008 a julho de 2009, que é o calendário oficial de monitoramento da região amazônica.

Em relação ao período anterior (2007-2008), quando se derrubou quase 13 mil km², a redução foi de 45,7%. "Esses números são bastante confiáveis e, quando houver a revisão, ficam dentro da margem de erro", disse o diretor do Inpe, Gilberto Câmara, que também participou da cerimônia. O dado anunciado ontem é uma estimativa preliminar, que será levada para a Conferência do Clima de Copenhague, no mês que vem. O número definitivo só ficará pronto em 2010, após a revisão mais detalhada das imagens de satélite.

Para Câmara, será difícil manter taxa igual ou menor no próximo período, visto que a queda deste ano foi muito acentuada.

A meta a longo prazo do País é reduzir em 80% o desmatamento da Amazônia até 2020.

Para que isso ocorra, será necessário diminuir em 42% o ritmo de derrubada da floresta a cada cinco anos, em comparação com a média dos períodos anteriores. Poessa conta, o próximo ano poderá ser desmatado o ano que vem 9,5 mil km², chegando a menos de 4 mil km² em 2020.

Todos os nove Estados da Amazônia Legal reduziram suas taxas de

desmatamento em 2009. O que registrou maior área devastada foi o Pará, com 3.687 km² de floresta ceifada, seguido a distância por Mato Grosso, com 1.047 km². Este último apresentou queda mais significativa em relação ao ano anterior: 68%.

Para Câmara, a queda deve ser a consequência que o brasileiro tem adquirido de que é necessário preservar. Já o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou que a redução resulta da repressão por parte do aparelho estatal. Ele acha que agora chegou o momento de mudar a forma de atuação, passando a oferecer alternativas econômicas para as pessoas que moram na Amazônia, com preços mínimos para produtos extrativistas como borracha, castanha, açaí e madeira certificada.

O presidente Lula concordou com Minc. “Dizem que a água de Nova York é muito boa. E é.”

Mas todos os que moram nos locais das nascentes das águas que vão para lá recebem (*dinheiro*) para não poluir”, afirmou.

“Portanto, as pessoas que moram na Tijuca, no Rio, e na Avenida Paulista, em São Paulo, que vão para os bares tomar chope de boa qualidade e falar mal da vida alheia e dizer que ninguém pode derrubar uma árvore da Amazônia, têm de pagar para ter aquela água boa que tomam. O caboclo da Amazônia quer apenas viver, depois de ter pegado o melaço.”

A redução do desmate será um trunfo para o Brasil em Copenhague, onde um dos principais temas da negociação será a inclusão do desmatamento evitado como mecanismo de combate ao aquecimento global.

NÚMEROS

Os dados divulgados ontem são do sistema Prodes, que utiliza imagens de alta resolução para calcular as taxas anuais de desmatamento.

É diferente do sistema Deter, que produz estatísticas mensais, por ser de menor resolução, usadas para direcionar a fiscalização de campo.

Na avaliação do pesquisador Carlos Nobre, do Inpe, os dados dão confiança ao país para exercer liderança nas negociações de Copenhague.

“Mesmo que parte dessa queda possa ser atribuída à crise financeira, ela não ofusca o fato de que as taxas de desmatamento na Amazônia despencaram a partir de 2005. É uma boa notícia para o Brasil e para o planeta”, disse Nobre ao **Estado**.

ONGs se dividem sobre motivo de redução

Há diferentes visões sobre o que provocou a queda na destruição da Amazônia.

Na opinião de Adalberto Veríssimo, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a redução foi uma resposta a, principalmente, três medidas do governo: restrição de crédito para quem cometeu irregularidades ambientais, embargo de propriedades com desmatamento ilegal e responsabilização dos municípios, com a instauração da lista dos que mais desmatam. “Todos os municípios tiveram queda significativa, exceto Novo Progresso (PA).”

Já para Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, a principal causa foi a crise.

“Nenhum fazendeiro aumentou a produção.

Dezesseis frigoríficos fecharam ou suspenderam as atividades. O desmatamento veio de especulação ou de assentamentos.”

Apesar de o dado ser bom, diz, “não pode ser visto como tendência”.

Claudio Maretti, da ONG WWF, afirma que é preciso manter as ações na

Amazônia e olhar também para o restante do País – especialmente para o Cerrado. E Marcio Astrini, do Greenpeace, diz que “reduzir o desmatamento é sempre bom, mas brigamos para zerar”.

Vamos bater palmas a 7 mil km² destruídos?

Herton Escobar: É certo bater palmas para a destruição de 7 mil quilômetros quadrados da mais importante floresta tropical do mundo? No Brasil, infelizmente, é. Sete mil quilômetros quadrados é quase cinco vezes a área da cidade de São Paulo – que não é pequena –, mas, ainda assim, muito menos do que os 17.500 km² que se desmatou por ano, em média, nas últimas duas décadas. Essa é a realidade da Amazônia brasileira.

Mas bater palmas para quem? Essa é a pergunta que não quer calar toda vez que se anuncia uma redução do desmatamento.

Mérito do governo? Ou reflexo do mercado?

Seria ingenuidade achar que a crise econômica mundial não contribuiu – talvez em grande escala – para essa redução espantosa.

Vários estudos já mostraram que o ritmo de destruição da floresta mantém relações íntimas com o reboledo dos mercados internacionais de carne, soja e outras commodities, já que a maior parte das derrubadas tem como finalidade abrir terras para pastos e plantações.

Por outro lado, é preciso dar mérito ao governo. As ações de política e política colocadas em prática nos últimos anos podem não ter sido 100% eficazes, mas pelo menos quebrou-se aquela sensação de impunidade total que reinava na floresta.

A atuação do Inpe foi decisiva, produzindo as estatísticas, mapas e análises necessárias para o planejamento dessas ações.

Os desmatadores sabem que há limites no espaço olhando para eles, e isso mete muito mais medo do que um fiscal do Ibama. Outro fator positivo foi o engajamento do setor privado, que em muitos casos passou de inimigo aliado da conservação.

Os motivos para “mudar de time” podem ser questionáveis, mas os resultados são bem-vindos de qualquer maneira.

Soja e carne produzidas à custa da destruição da floresta não são mais bem vistas no mercado.

Já a floresta “em pé” – e não só deitada – começa finalmente a ser vista como algo de valor. A criação do Fundo Amazônia e as expectativas sobre inclusão de florestas no mercado de carbono abrem novas perspectivas econômicas para quem deixar de desmatar. O Brasil tem de provar agora que salvar a Amazônia é um bom negócio e que é capaz de proteger esse investimento a longo prazo.

Andre Lima, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, resume bem: “O desmatamento cai, mas a responsabilidade do Brasil aumenta”. ●

Meta ambiental do Brasil é a mais radical dos emergentes – Estado de São Paulo – Capa – 14/11/2009

O Brasil vai levar à Conferência do Clima de Copenhague, em dezembro, compromisso de reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões de gases que causam aquecimento global. O percentual é relativo ao que o País emitiria em 2020 se

nada fosse feito para alterar o cenário. Na prática, a redução resultará em diminuição de 300 milhões de toneladas de gases de efeito estufa ante o que o País emitiu em 2005. No cenário internacional, esse compromisso é até agora o mais audacioso dos países em desenvolvimento. Para atingir o objetivo, o governo fixou como meta reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% e o do cerrado em 40% até 2020, além de prever medidas para agricultura, energia e siderurgia. O anúncio da meta “voluntária” foi feito ontem pela ministra Dilma Rousseff (Casa Civil). ●

Brasil levar á para Copenhague meta de redução de emissões de até 38,9% - Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 14/1/2009

O Brasil vai levar para a Conferência do Clima de Copenhague (Cop 15) o compromisso de reduzir suas emissões de gases que provocam o aquecimento global entre 36,1% e 38,9% em relação ao que o País emitiria em 2020 se nada fosse feito.

Na prática, a redução anunciada resultará em diminuição do lançamento para a atmosfera de cerca de 300 milhões de toneladas de gases de efeito estufa em relação ao que o País emitiu em 2005 – o que representa uma queda de 15% no período. A meta é menos ambiciosa proporcionalmente do que a do Estado de São Paulo, que adotou uma lei que prevê redução de 20% nas emissões até 2020, em relação a 2005.

No cenário internacional, porém, o compromisso brasileiro é, até agora, o mais audacioso dos países em desenvolvimento.

A China já anunciou diversas ações para reduzir suas emissões, mas ainda não falou em números.

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, afirmou que “o esforço chinês é significativo, mas está na faixa de 16%, 17%”. A Índia defende que tem o direito de poluir para crescer.

Segundo o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, a meta é mais forte até que a de alguns países desenvolvidos, como os Estados Unidos. Para ele, só com a redução do desmate o País vai diminuir as emissões numa ordem de grandeza equivalente ao que está sendo proposto pelos americanos. Para atingir o objetivo, o governo federal pretende reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% e, pela primeira vez, falou em cortar o desmate no Cerrado em 40%. Há medidas ainda na área de agropecuária, energia e siderurgia. Dilma fez o anúncio da meta que ela chamou de “voluntária”, ou seja, que não poderá ser cobrada internacionalmente, ontem, em São Paulo.

Ela se reuniu na cidade com o presidente Lula e outros representantes do governo. “Agora vamos fazer uma avaliação para definir fontes de financiamento e datas (*o cronograma de implementação das ações*). Uma das questões mais importantes é que as ações sejam factíveis.”

Na opinião do ministro Carlos Minc, as negociações climáticas enfrentam hoje “um certo baixo-astral” e o anúncio brasileiro pode ajudar.

“Não sejamos ingênuos. A negociação é complexa e não é isso que vai resolver. Mas pode fazer a diferença em termos de ânimo.”

Os países em desenvolvimento, de acordo com a Convenção do Clima da ONU, não são obrigados a adotar metas. Porém, as nações industrializadas pressionam os emergentes, grandes emissores de gases-estufa, para que também apresentem objetivos concretos.

Segundo cientistas, um aumento de mais de 2°C na temperatura do planeta será desastroso – haverá mais temporais e maior desertificação. Por isso, é preciso reduzir as emissões de gases estufa – o principal deles é o CO₂ – provocadas pelas atividades humanas. ●

Só meta de redução do desmatamento é fixa – Estado de São Paulo – Vida & - 14/11/2009

Apenas as metas traçadas pelo governo para reduzir o desmatamento da Amazônia e do Cerrado são inegociáveis.

Nos outros setores, como agropecuária e energia, os objetivos serão mais flexíveis.

Há uma meta máxima e mínima nesses casos, o que dá brecha para resultados menos expressivos.

Na área de biocombustíveis, por exemplo, a redução de gases do efeito estufa pode variar de 79 milhões a 99 milhões de toneladas de CO₂.

Entre as ações que foram listadas pelo governo para atingir o compromisso do País estão, na agropecuária, a recuperação de pastos e o plantio direto (no qual não se revolve a terra).

No caso do setor energético, avalia-se que será preciso aumentar a eficiência do País, ampliar o número de hidrelétricas (que são mais limpas do que as termelétricas) e o uso de fontes alternativas, como a eólica. No caso da siderurgia, o governo já havia alardeado a ideia do “aço verde”, que consiste num compromisso com o setor para o uso somente de carvão vegetal proveniente de florestas plantadas, como o eucalipto. Assim, garante-se que não haverá desmate de florestas nativas para viabilizar a produção.

A ministra Dilma Rousseff ressaltou mais de uma vez que alcançá-la não será uma responsabilidade exclusiva do governo federal, mas deverá incluir também ações dos Estados e da iniciativa privada. Sobre a questão de financiamento, ela disse que o governo tem “parte dos recursos” que pode buscar dinheiro no exterior. “Quanto mais recebermos, mais faremos”, afirmou.

A Convenção do Clima da ONU estabelece que os países desenvolvidos precisam transferir tecnologia e recursos para os demais conseguirem agir no combate à mudança do clima. “A cooperação externa será bem vinda porque nos permitirá fazer mais e mais rápido”, disse o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porém, quis definir um objetivo que pode ser cumprido mesmo que outros países não ajudem o Brasil.

O Ministério do Meio Ambiente ainda tentou ontem, na reunião, elevar a meta para 45%. Porém, a ministra Dilma argumentava que o compromisso deveria ficar em torno de 35%. O presidente teve papel decisivo na resolução do impasse. Lula deve se reunir hoje em Paris com o presidente francês Nicolas Sarkozy.

Especialistas pedem legislação - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 14/11/2009

O próximo passo para que a meta brasileira de redução de gases-estufa seja levada a sério é transformá-la em lei, segundo o diretor executivo do Greenpeace no Brasil,

Marcelo Furtado.

“Se o governo teve a responsabilidade de chamar uma coletiva de imprensa, apresentar o número e dizer que é um compromisso nacional, a próxima demonstração de liderança seria incluir esse compromisso no projeto de lei de mudanças climáticas que tramita no Senado”, disse Furtado ao Estado.

E, depois disso, apresentar a meta e o projeto de lei em Copenhague, nome que vem, diante de todos os outros países da Convenção do Clima das Nações Unidas. “Tem de se comprometer na frente de todo mundo e dizer que aceitamos ser cobrados por esse compromisso, ainda que seja uma meta voluntária”, disse Furtado.

Na avaliação do físico José Goldemberg, professor da Universidade de São Paulo e ex-secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, a meta “não vai impressionar muito em Copenhague” se não estiver, pelo menos, sacramentada numa lei nacional. “Metas voluntárias não são objeto de acordos internacionais”, disse Goldemberg. “Chegar com uma meta voluntária de 40% e exigir que os países industrializados aceitem metas compulsórias dá uma proporção é algo muito assimétrico. Qualquer possibilidade de o Brasil assumir uma posição de liderança em Copenhague está descartada.”

Para o também físico Luiz Pinguelli Rosa, secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e diretor da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o fato de a meta ser voluntária não faz diferença. “Ela é voluntária porque a Convenção do Clima determina que seja assim”, disse Pinguelli, lembrando que só os países industrializados têm metas obrigatórias no acordo.

Furtado elogiou a postura do governo, que até pouco tempo não admitia falarem em metas. Disse, porém, que os números poderiam ser mais ambiciosos.

“Enquanto o governo fala em 80% de redução do desmatamento até 2020, a indústria e a sociedade civil falam em desmatamento zero até 2015. A meta poderia ser mais ambiciosa.” A senadora Marina Silva (PV-AC) reiterou ontem em Campinas a necessidade de o Brasil assumir um compromisso com as metas que apresentarem em Copenhague. “Estudos mostram que o Brasil pode se comprometer com uma redução de 30% a 40%”, lembrou a senadora, que foi por cinco anos ministra do Meio Ambiente de Lula.

“Estão cometendo uma confusão com essa história de meta voluntária. Na hora em que os números forem apresentados, eles passam a ser vinculantes. É fundamental que se vá com um compromisso, constringendo, no bom sentido, países desenvolvidos”, afirmou a senadora, referindo-se ao fato de que os ricos usam a falta de metas por parte das nações em desenvolvimento como desculpa para não agir.

Objetivo é desenvolvimento limpo

A ministra Dilma Rousseff pode não gostar da palavra “meta”, mas é exatamente com isso que ela se comprometeu ontem. No complicado glossário político-diplomático da Convenção do Clima das Nações Unidas, “meta” significa uma obrigação de reduzir emissões X% abaixo do que se emitia no passado. É o tipo de palavra que só deveria ser direcionada aos países desenvolvidos, culpados pelo aquecimento global.

Já no vocabulário das pessoas comuns, “meta” significa um objetivo a ser alcançado. Simplesmente isso. Daí a dificuldade em entender a reação raivosa do governo toda vez que alguém profere essa palavra em território nacional. Se o País está mesmo determinado a controlar suas emissões e fazer sua parte no combate às mudanças climáticas, é mais do que razoável esperar que isso seja colocado na forma de metas.

Foi o que aconteceu ontem, finalmente. Podem dizer que a meta não é ambiciosa o bastante, mas pelo menos é uma meta. Resta saber se é uma meta do Brasil ou do governo Lula – duas coisas bastantes diferentes. Afinal, 2010 é ano de eleição, e quem garante que um governo de 2020 vai se preocupar em honrar uma promessa de 2009? Ninguém.

Se o compromisso é para valer, então que seja lei. Apesar dos receios da ministra Dilma de que isso poderia estrangular o desenvolvimento do País, o Brasil só tem a ganhar com o controle de suas emissões. Vejamos os dois pontos principais da meta: reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% e o do Cerrado,

em 40%. O que poderia ser melhor do que isso? O desmatamento da Amazônia é quase todo ilegal. Não gera riqueza para o País. Pelo contrário, só o empobrece. No Cerrado, vários estudos já mostraram que, com pouco de tecnologia e organização, é possível dobrar a produção agrícola do País sem derrubar mais nenhuma árvore ou arbusto sequer. No campo energético, temos o etanol. Temos sol e vento em abundância, que podemos aprender a aproveitar, para quando o petróleo no fundo do mar acabar.

Reduzir emissões não é travar o desenvolvimento. É incentivá-lo na direção certa

Meio Ambiente e Agricultura se reaproximam – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 14/11/2009

Não fosse pela concessão aos ruralistas, o governo Lula terminaria a semana num nirvana ambiental. Primeiro, um recorde -desta vez de baixa- no índice de desmatamento, o menor de todos os tempos. Depois, a adoção da meta audaciosa de corte na emissão de gases do efeito estufa, 36-39%. As coisas estão ligadas, e não só pelos dividendos de marketing. A três semanas de Copenhague, Lula e Dilma Rousseff tentam aplicar um verniz verde na imagem. Para isso, tiveram de mostrar resultados (desmate) e assumir compromissos (emissões), o que não deixa de ser um avanço. O número anunciado ontem é provocadoramente semelhante aos 40% que países desenvolvidos deveriam cortar de suas próprias emissões para afastar o risco maior. Eles contribuíram muito mais até agora para a mudança do clima. É justo que façam o esforço maior e comecem antes, pois reduzir emissões sai caro. Em que pesem todas as incertezas envolvidas nos cálculos sobre o futuro do clima, especialistas alcançaram razoável consenso de que essa redução é necessária para não vencer a barreira ameaçadora de 2C de aquecimento neste século. Acima disso, o que ocorrerá facilmente se o globo continuar na trajetória atual, alterações drásticas poderiam sobrevir: secas, furacões e enchentes mais graves e mais frequentes. Ao comprometer-se com uma cifra ambiciosa, pelo menos em comparação com o máximo de 30% de corte admitido até agora pela União Europeia (e nada específico dos EUA), Lula dá uma dupla lição aos países ricos. Primeira: é irresponsabilidade com o planeta atrasar de novo a definição de uma linha de ação para enfrentar a mudança do clima. Segunda: agir contra o aquecimento global pode e deve ser encarado como oportunidade, e não só como fonte de custos ou entrave ao desenvolvimento. Parece que enfim começa a vingar no governo aquilo que Marina Silva chamaria de "transversalidade". Em linguagem popular: caiu a ficha de que as questões ambientais

não podem mais ser consideradas meras perfumarias, algo a ser tratado por assessores de marketing. Devem integrar o cerne do planejamento, pois já constituem um componente crucial da noção de competitividade. De nada adiante tornar-se uma potência agroindustrial se os produtos brasileiros morrerem na praia das preferências dos consumidores dos países desenvolvidos. Antes mesmo do Planalto, a avenida Paulista começou a se dar conta dessa nova regra do mercado.

O sintoma mais forte da transformação é oferecido pelo Ministério da Agricultura. Do conflito quase automático com a pasta do Meio Ambiente, nesse debate parece ter-se dado conta de que o enfrentamento da mudança do clima traz uma chance única de levantar recursos para expandir medidas de racionalização do campo que já ocorrem. Um quarto do potencial de redução de gases do efeito estufa está na agropecuária. Os 36-39% são uma vitória de Carlos Minc, o que mais trabalhou pelo número. Mas Stephanes também ganhou. Resta saber quanto isso vai custar.

Proposta brasileira vai ajudar acordo global, afirmam ONGs – Folha de São Paulo – Ciência – 14/11/2009

Segundo a ONG ambientalista WWF, a proposta brasileira de redução de emissões é "um gesto político importante". "Vai na direção correta e pode trazer um novo ânimo para Copenhague", avalia Carlos Rittl, coordenador do programa de mudanças climáticas da entidade. Rittl, no entanto, diz que é preciso saber como a meta será alcançada, listando os esforços de cada setor da economia num plano de ação. Para ele, o fato de o governo voltar atrás na decisão de só anunciar seus compromissos na Dinamarca é também importante. "Havia uma demanda grande, o mundo estava pedindo uma demonstração de liderança", diz o ambientalista. Segundo o Greenpeace, a adoção de uma meta para o Brasil quebrou um tabu. "Há dois anos, se você dissesse a palavra meta, o pessoal [do governo] queria tirar seu passaporte e te deportar", disse o coordenador de mudança climática da ONG, João Talocchi. "É uma mudança que pode ajudar nas negociações em Copenhague." O ambientalista, porém, diz que o Greenpeace vai cobrar agora que a meta seja incluída no novo acordo. "Esses números precisam estar no documento que vai ser assinado lá", afirma Talocchi.

Hillary pede para diminuir ansios sobre Copenhague – Folha de São Paulo – Ciência – 14/11/2009

DA ASSOCIATED PRESS

As negociações climáticas na Dinamarca dificilmente produzirão um tratado com força de lei sobre redução de emissões de gases-estufa, afirmou ontem a secretária de Estado dos EUA, Hillary Rodham Clinton.

"A questão é que países demais ainda têm dúvidas demais", declarou ela na Universidade de São Tomás, nas Filipinas, durante visita ao país. Clinton disse que o governo Obama é a favor de um acordo global com força legal, mas alertou que isso "não virá necessariamente com facilidade ou rapidez". No entanto, a secretária defendeu que é possível estabelecer a "moldura" para um futuro acordo durante as conversas em Copenhague. "Não podemos deixar que a busca pela perfeição fique no caminho do progresso", declarou ela. "Se todos nós fizermos o máximo de esforço e abraçarmos a mistura certa de pragmatismo e princípios, creio que podemos assegurar um resultado forte em Copenhague, e isso seria uma escada para um acordo com força total de lei. Continuaremos a trabalhar com a comunidade internacional."

Olhando para a Amazônia – Emílio Odebrecht – Folha de São Paulo – Opinião – 15/11/2009

PASSADA A CRISE , o desafio que o Brasil tem de crescer de forma sustentável depende primordialmente das questões ambientais. Um fator crítico é a Amazônia Legal, a parte do país coberta pela maior floresta tropical do mundo. Esse território abriga uma extraordinária riqueza: enorme biodiversidade, jazidas minerais, rios caudalosos, água doce em abundância, florestas de madeiras de lei. Como explorar, sem colocar em risco, um patrimônio cuja maior parte é brasileiro, mas impacta toda a humanidade? Sabemos que a pecuária e a agricultura em larga escala não são adequadas para aquela área. O solo amazônico é pobre, e a umidade, associada a altas temperaturas, torna o gado ali criado presa fácil de doenças e até da exaustão. Já o extrativismo com manejo adequado é absolutamente viável, como várias experiências conhecidas demonstram, inclusive de exploração da madeira, a atividade mais controversa. A utilização do potencial hídrico para gerar energia e a mineração são alvos de críticas nos debates onde o conhecimento tecnológico e o domínio dos meios de conservação e de mitigação de danos normalmente são sufocados pelo ativismo emocional e pobre de ideias.

Entretanto, hidrelétricas, hoje, podem ser construídas em rios da região sem que causem desequilíbrios ambientais ou ameacem ecossistemas. As grandes mineradoras que operam por lá dominam integralmente o ciclo do desmatamento, produção do minério, cultivo de espécies nativas, reposição da terra vegetal nas áreas das minas já exauridas e replantio nos locais que foram desmatados. A recomposição da floresta tem sido muito bem-sucedida. Ocorre que a Amazônia não vem sendo destruída por empresas que funcionam dentro da legalidade. A destruição é fruto da ação deletéria dos que se aproveitam do vazio para perpetrar crimes contra a natureza. E este é o ponto crucial. Desocupada como é hoje, a região está sob risco, risco este potencializado pela ausência do Estado, no caso do Brasil, tão ligeiro na criação de leis e regulamentos e tão lento e ausente na aplicação e na fiscalização. Reconheçamos que não é fácil o acompanhamento e o controle do que se faz em uma área com a dimensão da Amazônia. Mas as dificuldades logísticas reforçam a prioridade que deve ser dada à sua ocupação racional. Apenas a exploração sustentável de suas riquezas e a melhoria das condições de vida da

população local -hoje, em sua grande maioria, vivendo no limite da subsistência- farão com que a Amazônia seja conservada para as gerações futuras.

EMÍLIO ODEBRECHT escreve aos domingos nesta coluna.

Perspectivas para Copenhague - José Goldenberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/11/2009

A onda de entusiasmo e idealismo que levou à adoção da Convenção do Clima, em 1992, no Rio de Janeiro, parece ter sido substituída pelas realidades e pelos choques de interesses em países que a converteram apenas numa das moedas de troca no tabuleiro das disputas internacionais.

A convenção foi adotada por unanimidade há 17 anos porque as evidências científicas mostraram que a ação do homem estava alterando a atmosfera, o que tinha como consequência o aquecimento da Terra e mudanças indesejáveis do clima. Os eventos climáticos extremos que estamos presenciando hoje, como inundações inesperadas, tufões, ondas de calor e de frio, parecem ser as primeiras manifestações dessas mudanças.

Até 1992 podia-se alegar ignorância e não tomar providências a respeito. Usar combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás), as principais fontes dos gases que provocam o efeito estufa, não era considerado um problema, da mesma forma que fumar.

Em 1990, os países que adotaram a Convenção do Clima concordaram que essa situação não poderia continuar e seria necessário reduzir as emissões a níveis aceitáveis. Na prática, isso não aconteceu: as emissões mundiais de carbono aumentaram em 30% de 1992 a 2006 e continuam a aumentar, apesar de os países industrializados se terem comprometido a reduzi-las, até 2012, a níveis inferiores aos de 1990. As razões não são difíceis de identificar.

Os EUA, responsáveis por cerca de 25% das emissões mundiais, recusaram-se a ratificar o Protocolo de Kyoto enquanto países em desenvolvimento que são grandes emissores (principalmente China, Índia e Brasil) também não assumissem compromissos de reduzir as suas. Esse argumento tem uma certa lógica: as emissões dos países em desenvolvimento representam hoje cerca de 50% do total (e continuam crescendo) e as da China já ultrapassaram as dos EUA. Esse não era o caso em 1992, mas é a realidade hoje. Por conseguinte, os países industrializados não conseguirão sozinhos atenuar os problemas do aquecimento global sem a participação efetiva dos países em desenvolvimento.

Eles foram isentados de reduções em nome de considerações humanitárias que fazem parte da Convenção do Clima, tais como o consumo *per capita* muito mais baixo do que nos países industrializados e que para crescer teriam de aumentar suas emissões. Sucede que a Convenção do Clima tem por finalidade evitar um desastre climático, e não resolver os problemas das iniquidades sociais do mundo moderno.

A combinação perversa entre os EUA dando um mau exemplo e a concepção errônea de que a única maneira de crescer é queimar combustíveis fósseis e usar as

tecnologias do século passado levou quase todos os países à inação, com exceção de alguns da União Europeia.

O resultado é que nas reuniões dos países signatários da Convenção do Clima – e já houve 14 delas antes da reunião de Copenhague, que vai ser a 15ª – o que se tem são recriminações mútuas e a repetição dos argumentos usuais dos países em desenvolvimento de que a “responsabilidade histórica” pelas emissões é dos países industrializados (o que é apenas uma meia-verdade). Uma análise cuidadosa dos dados relativos às emissões históricas de dióxido de carbono mostra que metade dessas emissões ocorreu depois de 1980. Em nome dessa responsabilidade duvidosa exigem transferência de recursos e tecnologia, o que poderia justificar-se quando se trata dos países africanos mais pobres, mas certamente não é o caso da China, da Índia e do Brasil.

As recriminações mútuas chegaram ao ponto de vermos diplomatas e organizações não governamentais (ONGs) argumentarem que reduzir emissões nos países em desenvolvimento seria uma forma de resolver os problemas dos países desenvolvidos, que continuariam a emitir.

Em resumo, qualquer comportamento virtuoso para proteger a atmosfera é hoje refém de interesses econômicos e estratégicos dos países, tais como as barreiras protecionistas, a proteção patentária e os empréstimos internacionais. A grande maioria dos governos ainda não se convenceu da seriedade dos problemas decorrentes do aquecimento global ou enfrenta problemas mais urgentes, o que deixa os cientistas e ambientalistas defendendo atitudes e políticas às quais os governos são pouco receptivos, pressionados por interesses estabelecidos.

A verdade é que tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento o crescimento econômico não depende da queima de combustíveis fósseis e, portanto, esse crescimento não implica necessariamente o aumento das emissões.

A própria China mostrou que o seu crescimento econômico, que multiplicou sua renda nacional nove vezes desde 1990, foi conseguido aumentando as emissões de carbono apenas duas vezes e meia. Em outras palavras, é possível desvincular crescimento econômico e emissões, o que parece não ter sido ainda entendido por autoridades em Brasília.

Existem hoje tecnologias que não eram disponíveis há 50 anos e países podem adotar modelos de “desenvolvimento limpo”, dos quais o Brasil é um exemplo (exceto pelo que se passa hoje na Amazônia). Para seguir esse caminho é essencial adotar metas quantitativas para a redução das emissões e um calendário para cumpri-las.

Isso é o que o Estado de São Paulo acaba de fazer com a lei sancionada recentemente pelo governador José Serra. Os EUA estão seguindo esse caminho, lei nesse sentido já foi aprovada pela Câmara dos Representantes e se espera que o Senado também a aprove antes da Conferência de Copenhague. Em contraposição, o que o governo federal do Brasil tem feito até agora é anunciar metas voluntárias, não mandatárias nem obrigatórias, para reduzir o desmatamento da Amazônia, que não vão impressionar os participantes da Conferência de Copenhague.

Líderes mundiais descartam Acordo sobre aquecimento - Cláudia Trevisan – Estado de São Paulo – 16/11/2009

Líderes políticos da Ásia, dos EUA e da Europa descartaram

ontem a possibilidade de assinatura de um novo tratado climático internacional em Copenhague. Fala-se agora em acordo “politicamente vinculante”, em vez de “legalmente vinculante”.

Na prática, as metas obrigatórias de redução de emissões de gases do efeito estufa para a segunda fase do Protocolo de Kyoto seriam adiadas. Anfitrião do encontro de dezembro, o primeiro-ministro da Dinamarca, Lars Løkke Rasmussen, esteve em Cingapura para discussão antecipada com Barack Obama e chefes de Estado asiáticos. Para ele, o possível acordo seria um acordo que estabelecesse diretrizes básicas e um novo prazo para negociação de metas.

Barreira ambiental vai afetar mais os setores intensivos de energia – Raquel Landim – Estado de São Paulo – Economia – 16/11/2009

Raquel Landim

As exportações brasileiras dos setores intensivos de energia serão as mais afetadas pelas novas barreiras ambientais dos Estados Unidos. Os prejuízos podem ser maiores nas vendas de ferro e aço, celulose, argila, papel e alumínio, conforme estudo elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou no mês de junho a Lei Waxman-Markey, que estabelece metas de redução de emissões para os Estados Unidos pela primeira vez.

Segundo cálculos do Departamento Governamental de Contabilidade americano, os setores que terão mais gastos para se adaptar às novas regras serão metais primários, metais não-metálicos e químicos.

Ainda não foi definido pelo Congresso, mas crescem as chances de que, para compensar os fabricantes locais e evitar a fuga de empresas para países com padrões ambientais menos rígidos, os americanos estabeleçam medidas de fronteira, como exigir que os importadores comprem licenças de emissões de carbono.

No caso do Brasil, o setor siderúrgico deve ser o mais prejudicado, já que quase 27% das exportações de ferro e aço são destinadas ao Mercado americano, o que significou US\$ 3,4 bilhões em 2008.

“A Conferência de Copenhague é essencialmente econômica.

Não podemos ter a ingenuidade de chegar a essa discussão como se fosse apenas ambiental”, argumenta o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes.

“Se a indústria siderúrgica americana vai fazer investimentos, é legítimo que queiram compensações. O problema é que, depois da crise, o mercado está sobre ofertado.

As questões ambientais podem ser um pretexto para o protecionismo”, observa. Ele afirma que existe um excedente de aço de 600 milhões de toneladas no mundo.

A indústria siderúrgica brasileira defende que as metas de redução de emissões sejam diferentes para países com consumo per capita inferior e superior a 300 quilos de aço por habitante por ano. Na avaliação do setor, o consumo de aço é um indicador de crescimento econômico e as metas ambientais não podem breicar o desenvolvimento. O

Brasil consome 100 quilos por habitante/ano, enquanto a China chega a 340.

Para o presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Adjarma Azevedo, “as barreiras ambientais são inevitáveis”.

O executivo afirma que o Brasil tem de se empenhar para influenciar na implementação dessas leis. Ele diz que, dependendo dos critérios, pode ser um benefício para o Brasil, cuja matriz energética é 47% de energia renovável.

Azevedo acredita que as medidas de fronteira dos Estados Unidos vão acabar levando em consideração o conteúdo de emissão de carbono de cada país. Segundo ele, a indústria brasileira de alumínio contribui com 0,2% das emissões do País, que, por sua vez, representa apenas 4% das emissões globais. Já a fabricação mundial de alumínio equivale a 1% das emissões do planeta.

QUÍMICO

A maior preocupação do setor químico hoje não está nos Estados Unidos, mas na Europa. A União Europeia implementou no ano passado um novo registro para as substâncias químicas que entram no bloco, conhecido pela sigla Reach. O objetivo é garantir a qualidade dos produtos químicos para não afetar a saúde da população e o meio ambiente.

Por enquanto, a regulamentação ainda não está sendo rigidamente implementada. “Mas pode ser utilizado como uma barreira se os europeus quiserem, porque impõe uma série de dificuldades para as empresas”, explica o diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Nelson Pereira dos Reis.

OUTRO LADO DA MOEDA

Para alguns setores, novas barreiras comerciais podem se transformar em oportunidades.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Aguinaldo Diniz Filho, disse que é “absolutamente favorável” a cláusulas sociais no comércio internacional.

“É uma evolução natural da globalização.”

Para o setor têxtil brasileiro, que já opera com uma legislação trabalhista forte, novas regras são vantajosas, porque prejudicariam seu principal concorrente, a China.

Os novos temas do comércio internacional, como meio ambiente e trabalho, são causas defensáveis e não chegam a ir diretamente contra a Organização Mundial de Comércio (OMC), que prevê que os países abram exceções para proteger os recursos naturais ou para fins sociais.

A questão, alertam os especialistas, é que esses temas podem ser utilizados como barreiras protecionistas.

Líderes mundiais descartam acordo sobre aquecimento - Cláudia Trevisan – Estado de São Paulo – Capa - Nacional – 16/11/2009

CORRESPONDENTE EM PEQUIM

Líderes políticos da Ásia, dos EUA e da Europa descartaram ontem a possibilidade de assinatura de um novo tratado climático internacional em Copenhague.

Fala-se agora em acordo “politicamente vinculante”, em vez de “legalmente vinculante”.

Na prática, as metas obrigatórias de redução de emissões de gases do efeito estufa para a segunda fase do Protocolo de Kyoto seriam adiadas. Anfitrião do

encontro de dezembro, o primeiro-ministro da Dinamarca, Lars Lokke Rasmussen, esteve em Cingapura para uma discussão antecipada com Barack Obama e chefes de Estado asiáticos. Para ele, o possível acordo seria um acordo que estabelecesse diretrizes básicas e um novo prazo para negociação de metas.

Líderes de países ricos descartam acordo definitivo em Copenhague - Claudia Trevisan – Estado de São Paulo – Vida & - 16/11/2009

PEQUIM

Líderes políticos da região asiática, dos Estados Unidos e da Europa descartaram ontem a possibilidade de assinar um novo tratado climático internacional em Copenhague, no mês que vem. No jargão diplomático, fala-se agora em um acordo “politicamente vinculante”, em vez de “legalmente vinculante”, o que ficaria para uma próxima conferência, em 2010.

Na prática, isso significa que as metas obrigatórias de redução de emissões de gases do efeito estufa para a segunda fase do Protocolo de Kyoto seriam definidas só no ano que vem.

“Dado o fator de tempo e a situação de alguns países específicos, deveríamos, nas próximas semanas, focar nossos esforços no que é possível fazer, sem nos deixar distrair por aquilo que não é possível”, disse o primeiro-ministro da Dinamarca, Lars Lokke Rasmussen. Antes do encontro do próximo mês, Rasmussen fez ontem uma viagem não programada a Cingapura, para conversar com os governantes das 21 nações que compõem a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) – grupo que inclui os Estados Unidos e a China, os dois maiores emissores de gases do efeito estufa.

O possível, segundo Rasmussen, seria um acordo político em Copenhague que estabelecesse diretrizes básicas e um novo prazo para negociação de metas específicas de redução de emissões. O impossível seria fechar essas metas já no mês que vem, antes que o projeto de lei sobre mudança climática dos Estados Unidos possa ser votado no Congresso americano.

“Mesmo que não consigamos definir todos os detalhes de um instrumento legalmente vinculante, eu acredito que um acordo político de caráter obrigatório, com compromissos específicos de mitigação e financiamento, fornecerá bases sólidas para ação imediata nos próximos anos”, disse Rasmussen.

Essa documentação política, que poderia ter de cinco a oito páginas, criaria mecanismos para o enfrentamento imediato do problema, “antes mesmo que uma nova estrutura legal seja acordada, assinada, ratificada e efetivada”, completou o primeiro ministro dinamarquês.

A opinião dos governantes que se reuniram sábado e domingo em Cingapura foi transmitida pelo vice-conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Mike Froman. “Os líderes avaliaram que seria irrealista esperar um amplo acordo internacional legalmente vinculante entre agora e o início de Copenhague (no dia 7)”, disse o norte-americano, segundo as agências internacionais.

Na verdade, as negociações começaram há dois anos, após a conferência de Bali, na

Indonésia, que estabeleceu 2009 como prazo legal para renovação das metas do Protocolo de Kyoto.

Vários países industrializados, porém, condicionam a definição de suas metas à participação dos Estados Unidos – algo que depende da votação da lei americana no Congresso.

A disposição internacional de aprovar metas ambiciosas e obrigatórias de corte de emissões diminuiu depois da crise econômica de 2008. Os países ricos estão preocupados com a situação econômica e resistem a assumir compromissos que possam prejudicar a retomada do crescimento.

O tema está na agenda do presidente americano Barack Obama, que desembarcou ontem em Pequim para um encontro com o presidente chinês, Hu Jintao.

Anteontem, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da França, Nicolas Sarkozy, criticaram uma suposta estratégia dos colegas americano e chinês de negociar um acordo climático bilateral, em detrimento de um tratado internacional em Copenhague. ●

Opinião pública e mudança climática – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 16/11/2009

NA SEMANA passada, o governo fez dois anúncios extremamente significativos: a menor taxa de desmatamento já registrada na Amazônia e o compromisso de reduzir a tendência de crescimento das emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020. São resultados importantes, conseguidos, ao longo dos anos, com a forte e contínua pressão de diferentes segmentos da sociedade e do Ministério do Meio Ambiente na construção de uma política ambiental. Sem isso, o compromisso do governo com a redução de emissões simplesmente não teria saído. Saúdo o governo por isso e lembro que esses anúncios precisam fazer parte de uma visão estratégica de país. Aliás, a luta pelo cumprimento de tais metas está só começando.

Por isso é fundamental a institucionalização desses compromissos, para que não se percam no vácuo das declarações conjunturais. Para o Brasil, seja qual for a opção eleitoral que a população faça no ano que vem, será necessária uma inflexão definitiva para o desenvolvimento sustentável. Há pontos de partida que já estão dados, a exemplo da abordagem que ajudou a criar as condições para que ambos os anúncios pudessem ser feitos. O Plano de Combate ao Desmatamento, que surgiu da síntese das melhores propostas da sociedade, integrando esforços dos órgãos governamentais e da sociedade, contribuiu nesse processo. Mobilizou de modo extraordinário a opinião pública, por meio da transparência e do livre acesso às informações. No âmbito internacional, o Brasil sempre procurou reafirmar seus espaços, desde a construção do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, proposta brasileira inserida no Protocolo de Kyoto, até a admissão de metas voluntárias, mensuráveis e verificáveis, apresentada em 2007, na Conferência de Bali. Temos agora a oportunidade de concretizar aquele compromisso. Para isso, teremos que estender a política de redução de emissões a outros setores, não

só ao desmatamento, mas na agricultura, na energia, nos transportes e na indústria. Defenderei no Senado a ideia de inserir a meta anunciada no projeto de lei que trata da Política Nacional de Mudanças Climáticas. É preciso ratificar seu status de objetivo de longo prazo, a ser sustentado por quaisquer governos. O Brasil está com tudo a seu favor e pode brilhar em Copenhague. Só não podemos permitir que setores mais atrasados do governo e do agronegócio tenham êxito na desconstrução da legislação que sustenta as medidas que levaram a esses resultados. O Brasil deve assumir a vocação de líder e estar à altura das responsabilidades nacionais e globais que isso implica.

contatomarinasilva@uol.com.br

Líderes recuam e atrasam elaboração de acordo do clima – Folha de São Paulo – Ciência – 16/11/2009

Encontro em Copenhague, no próximo mês, deve produzir uma declaração de intenções e não um tratado compulsório

Barack Obama e premiê da Dinamarca, anfitrião da conferência climática da ONU, anunciaram decisão ontem em encontro na Ásia

DO "NEW YORK TIMES"

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e outros líderes globais decidiram adiar a difícil tarefa de alcançar um acordo para o clima. Ou seja, a conferência da ONU sobre o assunto, no próximo mês em Copenhague, deve agora resultar apenas em uma declaração "politicamente vinculante", algo pouco específico e não obrigatório, deixando os pontos mais difíceis para mais tarde. Ontem, num café da manhã arranjado de última hora durante o encontro da Apec (sigla em inglês para Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), em Cingapura, os líderes, incluindo Lars Rasmussen, premiê da Dinamarca e anfitrião da conferência do clima, concordaram que, para salvar o encontro de Copenhague, eles teriam que jogar um acordo legalmente compulsório para um encontro futuro -possivelmente a conferência do clima da Cidade do México, em dezembro do próximo ano. "Existe uma avaliação entre os líderes de que não é realista esperar que um acordo completo, legalmente obrigatório, seja negociado entre agora e Copenhague, que começa em 22 dias", disse Michael Froman, assessor de economia dos Estados Unidos. "Não acho que as negociações tenham caminhado de forma que qualquer um dos líderes acreditasse que nós fôssemos alcançar um acordo final em Copenhague."

Tragédia anunciada
Com o relógio correndo rápido e com profundas discórdias sem resolução, pareceu, por vários meses, cada vez mais difícil que as negociações de Copenhague fossem produzir um tratado novo, abrangente e compulsório sobre o aquecimento global, como os seus organizadores esperavam. O objetivo do novo acordo é ampliar o Protocolo de Kyoto, cujo primeiro período de

compromisso expira em 2012, e ao mesmo tempo incluir ações mais substanciais de corte de emissões por parte dos Estados Unidos e dos países emergentes, como o Brasil. A decisão de ontem sedimenta algo que os negociadores já tinham aceitado como inevitável: os representantes das 192 nações não se entenderiam a tempo. O abismo entre os países ricos e pobres, e mesmo entre os ricos, era simplesmente grande demais. Entre as principais barreiras para um acordo abrangente em Copenhague no próximo mês está a incapacidade do Congresso americano de promulgar uma legislação que apontasse metas obrigatórias de corte de gases-estufa no país. Sem tal comprometimento por parte dos Estados Unidos, o maior poluidor histórico, todos os outros países, ricos e pobres, ficam avessos a fazer suas próprias promessas de redução de emissões de gases-estufa. Membros do governo americano e líderes no Congresso vinham dizendo que leis sobre o clima não sairiam antes do primeiro semestre de 2010. A decisão da Apec foi muito criticada por ambientalistas. "O premiê dinamarquês Rasmussen tornou-se cúmplice do chamado "acordo" americano, que colocaria as dificuldades políticas de Obama acima da sobrevivência dos países mais vulneráveis do mundo", disse Kaisa Kosonen, conselheira de política de clima do Greenpeace, na véspera de uma reunião ministerial hoje em Copenhague que deveria preparar o terreno para a cúpula de dezembro. Ela questionou se outros líderes europeus sabiam da decisão tomada na Apec. A ONG WWF disse que os líderes "perderam uma grande oportunidade de se aproximar de um acordo justo, ambicioso e compulsório" em Copenhague e que "isso não parece ser uma estratégia inteligente" contra a mudança climática.

Com agências internacionais

Brasil vai manter meta de redução – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência
– 16/11/2009

A Presidência brasileira e o Itamaraty foram pegos de surpresa pela decisão dos EUA e de outros membros da Apec de que não fechar acordo sobre o clima em dezembro.

O governo brasileiro, porém, manterá o compromisso de reduzir suas emissões de CO₂ entre 36,1% a 38,9% até 2020, anunciado sexta-feira. A decisão foi anunciada horas depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter dito, em Paris, que telefonaria ao americano Barack Obama e ao chinês Hu Jintao para cobrar comprometimento, temendo que os dois chegassem a um acordo bilateral que levasse em conta apenas as suas realidades. Hoje, a ministra-chefe da Casa Civil e líder da delegação brasileira na conferência, Dilma Rousseff, apresenta em Copenhague a proposta do Brasil. Indagado sobre a decisão, o assessor da Presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, disse que "é evidente que [o Brasil] vai colocar [a proposta], ela existe independentemente disso". A estratégia do Brasil não mudará, diz ele. "Quem está roendo a corda não somos nós. O tema está aí independentemente de nossa vontade, é uma questão grave. Eles vão ter de dar uma resposta." O secretário-geral do Itamaraty, Antonio Patriota, disse que "é preciso esperar o

resultado da reunião de amanhã [hoje]" em Copenhague. Para ele, a declaração da Apec foi "aguada".

Copenhague virou "Flopenhague" – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência
– 16/11/2009

Os americanos têm uma palavra bem sonora para definir fiasco: "flop". E Copenhague "flopou". Depois de passar meses bradando que não havia um "plano B", o premiê dinamarquês Lars Rasmussen jogou a toalha e admitiu que o novo acordo do clima não será firmado no reino da Dinamarca. Rasmussen capitula um dia antes de sua ministra de Energia, Connie Hedegaard, reunir outros ministros em Copenhague para tentar produzir um impulso político final para o encontro de dezembro. Melhor fariam os ministros se poupassem o carbono da viagem. Esse desfecho não surpreende: ele vinha se armando havia meses. Anos, na verdade. Já em 2007, analistas americanos alertavam que não haveria tempo de os EUA terem uma legislação sobre clima pronta a tempo de um acordo em 2009. E, como os EUA são uma democracia avançada, nem o mais ambientalista dos presidentes teria força para fechar um acordo sem o aval do Congresso. Sem os EUA, que respondem por quase um quarto das emissões mundiais, não há acordo que faça diferença para o clima. Aos olhos do mundo, parecerá injusto que picuinhas internas americanas coloquem em risco o futuro de boa parte da humanidade. Mas os EUA são apenas a Geni do processo. Os europeus estão divididos, sem liderança e pressionados pelas próprias picuinhas internas -a resistência dos países mais pobres do Leste, por exemplo. Foi a UE, aliás, que cunhou o eufemismo "politicamente vinculante" para "acordo fracassado", na semana retrasada, em Barcelona. Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia também não querem compromisso, mas se escondem atrás dos EUA. Com um clima desses, é melhor mesmo suspender a reunião e reconvocá-la depois. Resta saber se o planeta pode esperar -e sem garantia de sucesso. De toda forma, antes correr esse risco do que fechar um acordo frouxo, à la Kyoto, na capital dinamarquesa - que talvez fizesse bem em mudar seu nome para "Flopenhague".

Minc se diz frustrado com posição dos EUA e China sobre conferência do clima -
Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA - 16/11/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse, nesta segunda-feira (16/11), que ficou frustrado com a posição dos Estados Unidos e da China de não levar compromissos numéricos de redução de emissão na Convenção do Clima (COP-15), que acontece em dezembro, em Copenhague. Segundo Minc, o Brasil já está articulando

com outros países para fazer pressão e tentar que esses países mudem de posição, e a COP-15 não seja um desastre. "A notícia foi uma ducha de água quente, elevando ainda mais a temperatura do planeta".

Durante a 4ª reunião Extraordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em que foi apresentado o apoio à ação brasileira de definir o compromisso de redução de emissão, Minc destacou que a meta do Brasil é ousada. Ele argumentou que, no entanto, sem a participação dos dois países responsáveis por metade da emissão global, não haverá um acordo consistente. "Depois da lufada de oxigênio com as metas apresentadas pelo Brasil, agora foi um tiro no pé e outro no peito".

O governo brasileiro apresentou, na última sexta-feira (13/10), o compromisso de reduzir entre 36,1% e 39% as estimativas de emissões previstas para 2020. Minc espera que a população e a opinião pública dos Estados Unidos e da China pressionem os governos para mudarem de posição. "O relógio está andando e a temperatura aumentando. Acho que a população desses países deve se manifestar fortemente e não aceitar essa posição como inexorável", destacou o ministro.

O ministro ainda salientou que a lógica que funciona em uma negociação comercial, em que um produto pode ser substituído por outro, não terá sucesso no debate climático. "Se há problema com o algodão, por exemplo, pode procurar uma outra fibra. Já quando o debate é o clima, nós não temos um outro planeta", avaliou Minc. Para ele, os líderes mundiais não têm "o direito de frustrar a população do mundo".

Minc destacou para os conselheiros da CDES que o Brasil fez o dever de casa e tem um compromisso forte de ações de mitigação até 2020. Segundo ele, todos os estados, a exemplo de São Paulo, farão seus planos do clima, e comemorou que em ano pré-eleitoral o discurso é para quem é mais verde e não para quem desmata mais.

O derretimento de Copenhague – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 17/11/2009

Capitaneados pelos presidentes dos Estados Unidos e da China, Barack Obama e Hu Jintao, líderes de 21 países que despejam na atmosfera terrestre 60% das substâncias responsáveis pelo aquecimento global decidiram domingo, numa reunião em Cingapura, que a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, marcada para dezembro em Copenhague, deverá terminar sem um novo tratado internacional com metas compulsórias de redução das emissões dos chamados gases estufa – o objetivo original do evento. Em seu lugar, os 192 governos participantes assinariam uma declaração de intenções “politicamente vinculante” sobre diretrizes gerais de ação, cujo detalhamento ficaria para uma nova conferência, provavelmente na Cidade do México, no final de 2010.

Três dias antes, um até então indeciso governo brasileiro comunicou que até 2020 o País reduzirá voluntariamente entre 36,1% e 38,9% as emissões projetadas para o próximo decênio. Como isso se fará exatamente em cada setor envolvido, a que custos e sob quais controles não foi explicado. Mas o anúncio da iniciativa – a mais ousada de uma nação emergente – bastou para que as organizações ambientalistas saudassem o surgimento de “um novo líder global” em matéria de políticas de proteção ao planeta.

“O Brasil quebrou um tabu”, exultou um ecologista. Como derretimento das esperanças de que um acordo em Copenhague virasse a página de fracassos do Protocolo de Kyoto, de 1997, que os Estados Unidos se recusaram a ratificar e outras potências poluidoras descumpriram, a posição adotada pelo presidente Lula – depois de muita relutância – poderá promovê-lo a campeão mundial da luta contra a degradação climática.

Autoridades brasileiras se disseram surpresas com o retrocesso de Cingapura. Surpresa, no entanto, seria o oposto do que ali ocorreu. Desde a conferência anterior da ONU, em Bali, há dois anos, em nenhum momento se vislumbrou a possibilidade de um acordo substantivo entre os países desenvolvidos e os demais sobre a parte que tocaria a cada qual na empreitada de impedir a elevação média da temperatura da Terra.

A Índia, por exemplo, se recusa até mesmo a fixar um prazo para estabilizar o crescimento de suas emissões. A China acena com “reduções notáveis”, mas não menciona volumes nem datas. Nos Estados Unidos, a oposição republicana no Senado faz o que sabe para emperrar a tramitação do projeto da Casa Branca que prevê um corte de 17% sobre o nível atual de emissões. Não há hipótese de que o impasse no Capitólio se desfaça até o início da reunião de Copenhague, em 7 de dezembro.

As potências econômicas tampouco aceitam a ideia de pagar a conta dos programas de defesa do clima no mundo em desenvolvimento – uma fatura da ordem de US\$ 150 bilhões.

E a crise econômica acentuou as resistências entre desenvolvidos e emergentes à assinatura de um tratado abrangente e compulsório de combate ao aquecimento global. No sábado, enquanto o presidente Lula e o seu colega francês Nicolas Sarkozy, reunidos em Paris, anunciavam uma proposta conjunta para que os países industrializados se comprometessem a reduzir as suas emissões em pelo menos 80% até 2050, em Cingapura caía o projeto da ONU de uma meta mundial de 50% no mesmo período. Lula chegou a dizer, do alto da sua soberba, que telefonaria a Obama e Jintao para cobrar deles uma atitude mais construtiva em favor de Copenhague, no lugar de um hipotético acordo climático bilateral.

O que os brasileiros devem cobrar do presidente, agora que ele passou a ostentar por toda parte as suas recém-adquiridas credenciais ambientalistas, é que até o fim do seu mandato o governo detalhe as ações que permitam cumprir as metas fixadas na última sexta-feira, os respectivos prazos de execução e as fontes de financiamento do programa. Mais ainda, para provar que fala sério, Lula deveria patrocinar a inclusão dessas metas no projeto da Política Nacional de Mudanças Climáticas em tramitação no Senado. Por fim, o governo precisa responder a uma singela e crucial questão. Se o mais recente inventário oficial das emissões brasileiras de gases estufa data de 1994 – e considerando as enormes mudanças que a economia nacional vem experimentando desde então –, não se imagina qual possa ser a base de cálculo das emissões futuras sobre as quais incidirá a prometida redução de até 38,9%.

Brasil acredita em acordo climático - Andrei Netto e Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 17/11/2009

O governo brasileiro demonstrou ontem que ainda acredita em um possível acordo global na Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-15), que será em Copenhague no mês que vem. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse ao **Estado** ainda ter esperanças. E o presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu que

participará do evento, já que “nesse momento só a presença dos líderes pode mudar alguma coisa”.

As declarações foram uma reação à posição anunciada ante o tempo pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e por chefes de Estado asiáticos, de que não será possível chegar a um acordo final sobre redução de emissões em Copenhague.

Masteresperança não significa deitar o braço esplêndido”, disse Dilma, por telefone, de Copenhague, onde apresentou em uma reunião de ministros do meio ambiente as metas brasileiras para controlar as emissões de gases do efeito estufa.

Para ela, ainda existe “a possibilidade de acordo”. Além de Lula, do presidente francês Nicolas Sarkozy e do primeiro-ministro britânico Gordon Brown, Dilma acredita que diversos líderes devem ir a Copenhague.

“Com a presença deles, é mais fácil um acordo. O grau de liberdade de embaixadores e ministros é mais estreito.”

De forma exaltada, falando com o dedo em riste – tom não usual para questões diplomáticas –, Lula disse, em Roma, que o tratado climático pode até ser adiado para 2010, mas que os EUA e a China não vão escapar de apresentar metas de redução das emissões de CO₂ na atmosfera.

“O dado concreto é que não têm como escapar. Todos terão de apresentar números, inclusive o presidente (*Barack*) Obama, o presidente Hu Jintao e todos os outros.”

Para Lula, EUA e China têm estratégia comum para solapar o acordo na COP-15. “Estamos percebendo há meses que a China joga a culpa nos EUA, os EUA jogam a culpa na China. E a nossa preocupação é de que um possa utilizar o outro como escudo para justificar a não apresentação de números.”

Apesar de mostrar irritação, Lula deu a entender que um “acordo político”, como o defendido por Obama e Jintao, pode ser aceito. “Se todos não conseguirem colocar números e não estabelecer metas, nós poderemos pelo menos assinar um documento político que se comprometa com um calendário para resolver a questão.”

Para Dilma, é difícil ter um acordo “em cima de princípios”, sem definições mais concretas. “É possível que não se complete o acordo em Copenhague, mas é preciso saber a direção, o rumo da estrada”, disse a ministra – que até recentemente era contra a adoção de metas pelo Brasil.

Lula disse que telefonará hoje para Obama e Jintao para convocá-los a participarem das negociações.

Em Brasília, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, lembrou que China e os EUA juntos “são responsáveis por 50% das emissões de gases do planeta”. “Sem eles, não há acordo consistente, mas vamos forçar até o último minuto.”

A ministra do Meio Ambiente, Connie Hedegaard, disse que pode levar um ano para se concluir os detalhes do acordo. Mas afirma que um prazo precisa ser colocado no tratado político que deverá ser fechado em Copenhague.

Dilma apresentou ontem em Copenhague o compromisso do País de reduzir entre 36,1% a 38,9% as emissões de gases-estufa até 2020, em relação ao que seria emitido se nada fosse feito.

Segundo ela, Noruega, países europeus, asiáticos e africanos elogiaram a iniciativa. Índia e China ficaram especialmente interessadas nos detalhes da proposta. “Não somos obrigados a ter compromissos, mas vivemos no mesmo planeta”, disse

Dilma.

Entrave em Copenhague – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 17/11/2009

O FRACASSO da Conferência de Copenhague estava previsto. O presidente Barack Obama, ao admitir em Cingapura que as três semanas restantes não bastariam para fechar um acordo de prevenção do aquecimento global, deu o mote para a adesão de países-chave, como a China e a anfitriã Dinamarca, à proposta de adiamento. A decisão fica agora para o final de 2010, em reunião no México. Será difícil demonizar Obama, contudo. Os EUA mais uma vez paralisaram a negociação internacional para acordar metas de redução de gases do efeito estufa, mas não porque seu presidente ponha sob suspeita a ciência da mudança do clima, como fazia o antecessor, George W. Bush. O presidente democrata está de mãos atadas pelo Congresso de seu país. Legislação com metas domésticas de corte de emissões passou na Câmara, com votação apertada, 219 a 212, e 44 votos democratas contrários (a reforma do sistema de saúde teve menos defecções, 39). Projeto similar tramita no Senado. Ali, o partido de Obama conta com exatos 60 votos necessários para aprovar qualquer lei, margem mais arriscada que na Câmara. A legislação não entrará em pauta antes de 2010. Sem ter o que levar a Copenhague, Obama tomou uma atitude sensata: realizar já o prejuízo à sua imagem internacional. Bem a calhar para uma Europa às voltas com divisões internas. E para países como China e Índia, que resistem a adotar compromissos sobre emissões. O adiamento só agrava a ameaça ao planeta. Cada usina termelétrica que entrar em operação no mundo, até lá, continuará lançando gases do efeito estufa por três décadas. O retrocesso traz, contudo, algum benefício para o Brasil. Tendo anunciado o compromisso voluntário de emitir 36% a 39% menos em 2020 do que ocorreria se nada fosse feito, o governo Lula chegará a Copenhague em posição de clara vantagem sobre países ricos e até sobre China e Índia. Se a imagem de Obama sai arranhada com o adiamento do pacto global, a de Lula ganha uma camada de prestígio.

A paradoxal retórica verde – Roberto Smeraldi – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 17/11/2009

O ANÚNCIO governamental de redução na projeção de emissões de gases-estufa para 2020 não passa de retórica. Mas é tema no qual a retórica não deixa de ter um papel: até hoje o discurso oficial era o de que seria inoportuno ou inviável descarbonizar a economia, assumindo que faríamos isso no futuro, a reboque dos países desenvolvidos. Agora o discurso se inverte, com objetivos internos que, embora desprovidos de credibilidade, sinalizam uma necessidade de declarar a opção pela redução na pegada de

carbono.

O anúncio é fundamentado num cenário "tendencial" pelo qual as emissões de energia, transporte e agropecuária cresceriam aproximadamente 70% até 2020, passando de 1 bilhão de toneladas de CO₂ para 1,7 bilhão. Já as emissões do desmatamento ficariam no nível de meados desta década, antes das quedas mais recentes, ou seja, aproximadamente 1 bilhão. Sobre o total de 2,7 bilhões se aplicaria o objetivo de redução, entre 36% e 39%.

De passagem, há falhas no cálculo, que não contempla cimento e contabiliza expansões de oferta como redução. Mas o que interessa é que o objetivo assume um crescimento expressivo das emissões extradesmatamento. Ao reduzirmos efetivamente em 669 milhões de toneladas as emissões pelo uso da terra -80% na Amazônia e 40% no cerrado-, o cumprimento do objetivo implica emitir 400 milhões adicionais a partir de energia, transporte e agropecuária: um aumento real de 40%. O cenário é um paradoxo à luz do recente compromisso do Estado de São Paulo, cravado na lei, de reduzir suas emissões em 20% em relação ao ano-base de 2005, também até 2020. Em que pese a incerteza quantitativa do objetivo -o inventário de 2005 estará disponível daqui a um ano-, a redução paulista está com certeza fora da conta do desmatamento.

Como São Paulo concentra quase um terço do PIB do país, o conjunto dos setores de transporte, energia, construção e agropecuária no resto do Brasil aumentaria assim sua pegada de carbono em mais de 70%. Mesmo projetando um aumento explosivo do PIB, a economia não paulista se carbonizaria expressivamente, em absoluto e por unidade de produto.

Esse cenário seria impraticável: não há país em que possam coexistir padrões tecnológicos tão divergentes. Haveria perda de competitividade dos produtos não paulistas nos mercados doméstico e internacional, inclusive sem sequer poder chegar a São Paulo.

É evidente que o resto do país não poderá ir na contramão de sua maior economia, cuja decisão trilha uma tendência irreversível mesmo além de suas divisas. Assim, temos que entender que o anúncio do governo federal é de natureza eminentemente política. Ele pode ajudar, na negociação internacional, a esvaziar a retórica carbonocêntrica da Índia e da China. Por isso o presidente da França, Nicolas Sarkozy, busca valorizá-lo, com inédita parceria político-diplomática. No plano interno, só cabe discutir a viabilidade do objetivo ligado ao desmatamento, que é o único de redução real e que já havia sido assumido em 2008. Seria errado achar que ele está garantido a partir da estimativa de redução na Amazônia, anunciada logo antes dos objetivos climáticos.

No período da relativa queda, foi registrada inédita retração de 16% no abate bovino na região, atingindo 22% entre agosto e dezembro de 2008. Portanto, não houve nenhuma expansão da pecuária, como havia anteriormente. Pelo contrário, houve gado encalhado. Primeiro, é improvável manter essa situação com a retomada da demanda, já em andamento. Segundo, os 7.000 km² de desmatamento atuais são os mais difíceis de serem reduzidos, pois refletem atividades de subsistência ou de especulação fundiária. O governo deverá remover os atuais incentivos, interrompendo a transferência de gente para a região -94% da reforma agrária do governo Lula se deu na Amazônia- e as práticas de reconhecimento da grilagem.

Terceiro, precisará interromper o deslocamento do desmatamento rumo ao cerrado, que ainda não entra nas estatísticas. Finalmente, não poderá retroceder na normativa florestal, algo que sinaliza

descaradamente, prometendo trens da alegria pré-eleitorais. Agora, a sociedade poderá cobrar: não os objetivos, que não parecem passíveis disso fora do desmatamento, mas, sim, a consistência das políticas com o novo discurso. Que, porém, não incorporou o fundamental conceito de que a descarbonização é de nosso interesse, mais que do Sarkozy.

ROBERTO SMERALDI, jornalista, é diretor da Oscip Amigos da Terra - Amazônia Brasileira e autor do "Novo Manual de Negócios Sustentáveis" (Publifolha, 2009).

Copenhague ainda não morreu, diz Lula – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 17/11/2009

Um dia após líderes anunciarem o adiamento do tratado do clima, brasileiro promete ir a conferência na Dinamarca

Meta global para corte de emissão de gases-estufa só deve ser definida em 2010; anúncio pegou diplomatas brasileiros de surpresa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reluta em aceitar que a conferência do clima em Copenhague, em dezembro, deva terminar sem um acordo com metas para conter o aquecimento global, mesmo após os EUA e países asiáticos decidirem, domingo, protelar o compromisso ao menos até 2010. Para Lula, que pela primeira vez afirmou veementemente que irá à Dinamarca, é possível reverter o último revés usando a proposta de cortes de emissão de gases-estufa colocada pelo Brasil na última sexta para pressionar os grandes emissores -EUA e China, sobretudo.

"Isso só pode ser resolvido quando sentarmos para conversar", disse o presidente em Roma, onde discursou na FAO (braço da ONU para alimentação). "Se o Brasil pode [assumir um compromisso de cortes], os EUA podem fazer muito mais." Aparentando cansado e exibindo pouco da costumeira calma, Lula manteve os planos anunciados no fim de semana de telefonar ao americano Barack Obama e ao chinês Hu Jintao para lhes cobrar mais responsabilidade. Mas desta vez evocou o compromisso de Pequim com os demais emergentes e incluiu na lista o indiano Manmohan Singh. "Não há lugar para pessimismo quando se está tentando tomar uma decisão que envolve os interesses dos Estados, o modelo de desenvolvimento de cada país", insistiu, ao ser questionado se o Brasil aceitaria um acordo esvaziado de números, apenas com vagos compromissos políticos. "O Brasil deu exemplo quando mostrou ao mundo que as metas brasileiras não são pequenas."

Aparentando cansaço e alguma irritação, o presidente procurou minimizar as declarações da delegação americana no fim de semana na Ásia, que na prática tornam a cúpula natimorta. "Se [Estados Unidos e China] não vão apresentar [meta] hoje, vão apresentar amanhã, se não amanhã, vão apresentar o mês que vem, se não no mês que vem, no ano que vem. Mas o dado concreto é que não tem como escapar. Todos terão de apresentar número, incluindo o presidente Obama e o presidente Hu Jintao." Na última sexta, o Brasil anunciou um compromisso de, até 2020, reduzir suas emissões

entre 36% e 39%. No dia seguinte, a delegação americana declarou na Ásia que Obama e outros líderes -incluindo o dinamarquês Lars Rasmussen- haviam decidido que não seria possível fixar números na cúpula em Copenhague. A declaração pegou o governo do Brasil de surpresa. Funcionários de alto escalão do Planalto e do Itamaraty que acompanhavam o presidente em Roma amanheceram o domingo desinformados. A ministra Dilma Rousseff estava a caminho da capital dinamarquesa, onde apresentou ontem o plano brasileiro. Um dia antes, Lula cobrara Washington e Pequim, temendo um consenso bilateral que privilegiasse apenas interesses próprios.

Líderes discutem tamanho do atraso no acordo – Folha de São Paulo – Ciência – 17/11/2009

No dia seguinte ao anúncio do fracasso prematuro da conferência do clima de Copenhague, líderes mundiais já começaram a debater qual deve ser o novo prazo para o acordo contra o aquecimento global. Enquanto a Convenção do Clima das Nações Unidas defende que a decisão não atrase mais que seis meses, os dinamarqueses, anfitriões do encontro no mês que vem, sugerem que a decisão final seja tomada só no fim de 2010. O premiê dinamarquês, Lars Rasmussen, viajou a Cingapura no fim de semana para anunciar o adiamento juntamente com o presidente dos EUA, Barack Obama, disse que o resultado da conferência de Copenhague será um documento "de cinco a oito páginas".

Rasmussen vinha defendendo um acordo político -enquanto sua ministra do Clima, Connie Hedegaard, vinha pressionando por um acordo legal. "Acredito que um acordo politicamente vinculante com compromissos específicos para mitigação e financiamento forneça uma base forte para ação imediata nos próximos anos", disse Rasmussen.

Uma fonte que teve acesso ao documento proposto por Rasmussen, porém, afirmou à **Folha** que se trata de uma declaração de intenções, sem números para corte de emissões dos países desenvolvidos nem para financiamento. São esses os dois maiores entraves a um tratado completo e legalmente vinculante em Copenhague. Há o temor de que o atraso coloque as negociações de clima no mesmo estado de indefinição que a rodada Doha de liberalização do comércio. Analistas veem o risco de que países como os EUA possam tomar o atraso no acordo uma suavização na pressão. A sugestão da ONU é que o acordo de redução de emissões de gases estufa seja definido em junho, em Bonn, na Alemanha. "Se conseguirmos esclarecer em Copenhague o que fazer com as metas, com o engajamento dos países em desenvolvimento e com as finanças, então será possível um acordo seis meses depois", disse Yvo de Boer, chefe da convenção. Segundo Hedegaard, porém, muitos países ainda não terão tempo de resolver seus problemas internos até lá. "Talvez um prazo mais realista seja o encontro do México." O principal motivo para os EUA terem pressionado por um adiamento do acordo foi a demora do Senado em aprovar a lei do clima do país.

A China, que recebe Obama hoje, procurou se distanciar da responsabilidade pela falha em Copenhague. O governo chinês pede agora uma definição sobre o que o encontro da Dinamarca vai discutir. **(CLAUDIO ANGELO)**

Minc e Stephanes, juntos, criticam China e EUA – Folha de São Paulo – ciência – 17/11/2009

Adversários em torno de mudanças na legislação ambiental, os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura) se uniram ontem para criticar a posição de EUA e China de adiar o acordo do clima. Minc disse que tal posicionamento representa o "antiprêmio Nobel" de Barack Obama. Já Stephanes sugeriu ao Greenpeace focar suas manifestações na China e nos EUA. Segundo Minc, trata-se de uma "péssima notícia". "Essa posição de China e Estados Unidos foi uma ducha de água quente, que aumenta ainda mais a temperatura e a chance de frustração dessa reunião", disse o ministro do Meio Ambiente, ao lado de Stephanes, em evento da Presidência sobre a proposta do país para a conferência do clima da ONU.

EUA e China agora falam em metas - Cláudia Trevisan – Estado de São Paulo – Vida & 18/11/2009

Estados Unidos e China mudaram ontem o discurso e deram novo impulso à Conferência do Clima das Nações Unidas, que será em Copenhague, no mês que vem. Reunidos em Pequim, os presidentes Barack Obama e Hu Jintao divulgaram uma declaração conjunta em que dizem que os países desenvolvidos devem apresentar metas de redução de CO₂ na atmosfera. No domingo, líderes mundiais haviam afirmado que nada de concreto sairia até 2010.

No entanto, o texto não fala literalmente que EUA e China teriam suas metas próprias. O documento avança também na questão do financiamento, afirmando que deve haver "uma ajuda financeira às nações em desenvolvimento e ações para a preservação de florestas e de apoio aos países pobres e vulneráveis no processo de adaptação à mudança climática".

Depois de se reunir com o líder chinês por duas horas, Obama afirmou que os dois lados concordaram em trabalhar para "um resultado positivo" em Copenhague. "Nosso objetivo não é um acordo parcial ou uma declaração política, mas um tratado que cubra todos os temas que estão em negociação e tenha efeito operacional imediato", disse o presidente americano em coletiva de imprensa.

No domingo, havia sido divulgado que os líderes da Ásia, Europa e EUA acreditavam apenas que poderiam ser fechados justamente um acordo "politicamente vinculante", ou seja, um compromisso político de que algo seria feito no futuro. Mesmo assim, o presidente Lula e a ministra Dilma Rousseff declararam anteontem que ainda tinham esperança em um acordo.

Ontem, Obama afirmou que o compromisso "seria um passo importante no esforço de reunir o mundo em torno da solução para o desafio climático".

As emissões de CO₂ são as maiores causadoras do efeito estufa, que leva ao aquecimento global. A reunião de Copenhague foi marcada para que o mundo decidisse sobre

uma segunda fase do Protocolo de Kyoto.

No primeiro período do compromisso, foi definido que os países ricos reduziriam em 5% suas emissões. Os países pobres não tinham metas. Na Conferência do Clima de Bali, em 2007, foi decidido que o novo tratado climático mundial deveria ser definido em Copenhague. O documento americano/chinês faz referência à essa decisão de Bali, dizendo, mais uma vez, que ela deve ser cumprida.

Obama tem afirmado nos últimos dias que será impossível enfrentar o problema sem o entendimento e a colaboração entre Estados Unidos e China, que, juntos, respondem por cerca de 40% das emissões globais. Segundo ele, a negociação teria duas fases – o detalhamento legal dos compromissos seria feito posteriormente.

Ao lado de Obama, Jintao ressaltou que o acordo de Copenhague deve ser construído com base no princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada.

Isso quer dizer que países desenvolvidos e em desenvolvimento devem assumir obrigações distintas. Estados Unidos e China propõem ainda total transparência na implantação das medidas de mitigação e redução das emissões.

As questões relacionadas à mudança climática, ao consumo de energia e ao desenvolvimento de energia limpa ocuparam a maior parte da declaração conjunta dos dois países, que competem globalmente por fontes de petróleo e gás. Estados Unidos e China são os maiores consumidores de energia do planeta e consideram estratégico reduzir sua dependência de combustíveis fósseis – e do instável Oriente Médio.

“Os dois lados concordaram que a transição para uma economia verde e de baixo consumo de carbono é essencial e que a indústria de energia limpa vai proporcionar o aumento de oportunidades para os cidadãos de ambos os países nos próximos anos”, diz o documento.

As linhas gerais da cooperação na área energética já haviam sido definidas em julho, na qual os dois países aprovaram uma cooperação em mudança climática, energia e meio ambiente. Ontem, os presidentes criaram mecanismos e instituições previstas no acordo, como um Centro de Pesquisa em Energia Limpa, que terá engenheiros norte-americanos e chineses e fará estudos sobre eficiência energética em edifícios, carvão limpo e veículos que usam fontes limpas de energia.

Coreia do Sul vai reduzir emissões em 30% em 2020

A Coreia do Sul anunciou que cortará suas emissões de gases estufa em 30% em relação aos níveis esperados para 2020. Isso equivale a uma redução de 4% comparado com as emissões daquele país em 2005.

“Embora haja perspectivas duvidosas para a reunião de Copenhague, o anúncio voluntário da meta nacional feito pela Coreia do Sul insta a comunidade internacional a fazer esforços responsáveis”, disse o presidente Lee Myung-bak. Seu país emitiu em 2005 cerca de 590 milhões de toneladas de gases-estufa, ficando possivelmente em 9.º

lugar no ranking de maiores emissores entre os países.

O anúncio foi feito na mesma semana em que o Brasil apresentou no exterior sua meta voluntária de reduzir a taxa de crescimento de emissões entre 36,1% e 38,9% as emissões em 2020. A proposta significa uma redução de 15% em relação ao que o País emitia em 2005 – portanto, superior à adotada pela Coreia do Sul em termos proporcionais. A Indonésia já havia anunciado uma meta nacional de reduzir a taxa de crescimento em 26%.

Os países em desenvolvimento, de acordo com a Convenção do Clima da ONU, não têm obrigação de adotar metas. Mas os países ricos têm pressionado os emergentes

a adotarem compromissos desse tipo.

Obama e Hu, agora, dizem querer metas – Raul Juste Lores e Claudio Angelo –
Folha de São Paulo – Ciência - 2009

Presidentes dos dois maiores poluidores do mundo afirmam que cúpula de Copenhague tem de produzir "efeito prático"

China e EUA receberam críticas após decisão, no domingo, de limitar avanço na conferência do clima a uma declaração política

Estados Unidos e China, os dois maiores poluidores do planeta, anunciaram ontem em Pequim que aceitam estipular metas para emissão de gases causadores do efeito estufa. O comunicado dos presidentes Barack Obama e Hu Jintao foi feito dois dias depois que as duas potências decidiram enterrar a cúpula do clima de Copenhague, marcada para dezembro, propondo que seu resultado seja só um acordo político, sem efeito legal. Ontem, Obama afirmou que não quer só uma declaração de intenções em Copenhague. "Nossa intenção não é de um acordo parcial ou uma declaração política, mas sim um acordo abrangente, que tenha efeitos imediatos", disse Obama, em entrevista coletiva com Hu.

Não deu mais detalhes e perguntas não foram permitidas. No comunicado conjunto, os presidentes disseram que o acordo em Copenhague deve incluir metas para redução de emissão de gases-estufa para os países desenvolvidos e um plano de ação para reduzir as emissões de países em desenvolvimento. E que o diálogo entre os dois países inclui assistência financeira a países em desenvolvimento e a promoção de novas tecnologias, além de proteção a florestas tropicais. Hu disse que China e EUA concordaram e expandir a cooperação em energia e mudança climática para "ajudar a produzir um resultado positivo na conferência de Copenhague". A China e os EUA respondem, juntos, por 40% das emissões de gás carbônico do globo. Sem compromissos ambiciosos de redução por parte de ambos, nenhum acordo terá efeito.

E os EUA não estão indo a lugar nenhum. Apesar de ter feito do clima uma prioridade de sua campanha, Obama depende, para agir, da aprovação da lei de mudanças climáticas pelo Senado, que só deve acontecer em 2010. Sem EUA, não há China. Além disso, há outros obstáculos ao acordo, principalmente no tocante ao financiamento do combate à mudança climática nos países pobres. A própria anfitriã da cúpula do clima, a Dinamarca, sucumbiu. Seu premiê, Lars Rasmussen, propôs um acordo "politicamente vinculante", que deixaria o pacto legal para 2010.

Ontem, no final de uma reunião de ministros de 44 países em Copenhague, que incluiu o Brasil, a ministra do Clima da Dinamarca, Connie Hedegaard, fez as vezes de otimista.

"Houve um mal-entendido por alguns de que estivéssemos querendo um acordo parcial. Não é nosso plano. Nós queremos entregar respostas para todos os problemas principais, e também queremos um mandato para tentar dar forma legal a tudo isso",

afirmou. Hedegaard citou como exemplo de vontade política a meta brasileira de cortar até 39% das emissões em relação à trajetória em 2020. "Um acordo político não sobreviverá à próxima eleição, à próxima recessão ou ao próximo desastre natural", criticou Kim Carstensen, do WWF. "O que nós precisamos é de um acordo legal." Segundo ele, há tempo. "Os rumores sobre a morte de Copenhague foram enormemente exagerados." Mas outros países ricos já aceitaram o acordo político. "Nós queremos um tratado legalmente vinculante, queremos obtê-lo em Copenhague. Mas, na prática, isso não será possível em Copenhague, então queremos números e metas de redução de emissões. Também queremos números para financiamento", disse Aled Williams, porta-voz do Departamento de Energia e Clima do Reino Unido. Os britânicos querem que os líderes também estabeleçam em Copenhague um prazo para o acordo final.

Com agências internacionais

Mundo está a caminho de ficar 6C mais quente, diz pesquisa – Folha de São Paulo – Ciência – 18/11/2009

Novos dados sobre as emissões mundiais de CO₂ (dióxido de carbono, principal gás causador do efeito estufa) indicam que o planeta está a caminho de esquentar 6C neste século, se não houver um esforço concentrado para diminuir a queima de combustíveis fósseis. "Existe um abismo claro entre o caminho que estamos seguindo e o que é necessário para limitar o aquecimento global a 2C [nível considerado relativamente seguro por especialistas]", diz Corinne Le Quéré, pesquisadora da Universidade de East Anglia (Reino Unido) e coautora do novo estudo na revista científica "Nature Geoscience". Na atual década, a principal responsável por puxar para cima as emissões é a China, com seu crescimento industrial alimentado pelo carvão mineral. Hoje, o país é o maior emissor do planeta. No entanto, os EUA ainda respondem pelas maiores emissões per capita: 18 toneladas, contra 5,2 toneladas dos chineses (a média mundial é de 4,8 toneladas). Desde 1982, a humanidade produziu 715,3 trilhões de toneladas de gás carbônico, quantidade que equivale ao total de dióxido de carbono emitido por todas as civilizações que existiram no mundo antes disso.

Com agências internacionais

Governo e ruralistas chegam a acordo sobre mudanças no Código Florestal - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 18/11/2009

As polêmicas alterações no Código Florestal Brasileiro começam a sair do papel hoje. A bancada ruralista apresentará uma nova versão do projeto de anistia a desmatamentos e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve anunciar o adiamento do decreto de crimes ambientais para junho de 2011.

Em uma silenciosa costura política de bastidores, os ruralistas dizem ter superado resistências ao relatório do deputado Marcos Montes (DEM-MG) com a alteração de quatro pontos considerados cruciais: anistia a desmatadores limitada até 2001 (o texto anterior previa até 2006); retirada da delegação de poderes aos Estados em questões ambientais; permissão para recomposição de até 30% das Áreas de Preservação Permanente (APPs) na Amazônia com espécies exóticas, mas sem possibilidade de corte raso dessa vegetação; e "aluguel" de até 30% das áreas de reserva legal na Amazônia para projetos de "servidão ambiental".

O texto também permitirá a soma de APPs como reservas legais, além da compensação florestal fora da bacia hidrográfica, mas nos mesmos biomas. "As alterações que fizemos deixam o projeto leve e confortável ao próprio presidente Lula", argumenta o deputado Marcos Montes. "Ele quer uma ação nossa. Eu quero preservar e não sinto tanta dificuldade no PT. Há um clima favorável porque o projeto ajuda a todos".

A última tentativa de votar o relatório, considerado "muito amplo", na Comissão de Meio Ambiente provocou um racha na bancada ruralista e nos partidos de oposição. Cada grupo queria uma fatia das propostas do projeto para usar como bandeira eleitoral em 2010. Os ruralistas da comissão especial de reforma do Código Florestal não aceitavam tratar da delegação das leis ambientais aos Estados neste projeto. A estratégia é postergar uma solução para ouvir as bases em todas as regiões do país. Com isso, esses parlamentares podem reivindicar a paternidade dos eventuais benefícios aos produtores. Os partidos de oposição, sobretudo os parlamentares da ala paulista do PSDB, temiam a perda de apoio político em camadas da classe média urbana mais sensíveis aos temas ambientais.

Ao governo também não convinha ceder a todos os apelos ruralistas, já que a bancada ambientalista e as ONGs da área têm uma ação agressiva de denúncia contra qualquer alteração no Código Florestal. Seria um desgaste desnecessário às vésperas da Cúpula do Clima, em Copenhague, na Dinamarca. Além disso, a aprovação do relatório anterior de Montes deixaria os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura) sem discurso em plena campanha eleitoral de 2010. Ambos têm dedicado muito tempo a negociações para alterar o Código Florestal a seu jeito. Daí, a necessidade de arbitragem do próprio presidente Lula para "equilibrar" o jogo entre as teses ruralistas e ambientalistas.

Diante das resistências generalizadas, no Congresso e no governo, Montes recuou da proposta original. Ainda assim, prevê problemas futuros para aprovar o texto mais "suave" que será protocolado hoje na Câmara. "Os ambientalistas sempre vão ficar contra. Mas a discussão já ficou madura", afirma o relator da proposta em tramitação desde 2005.

O novo texto do relator também deve provocar reação na bancada parlamentar e no governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), cuja influência no governo federal é bastante relevante. A anistia a desmatamentos até 2001 excluirá boa parte da abertura de áreas mais recentes da fronteira agrícola em Mato Grosso. "Vai ficar um pedaço de Mato Grosso de fora, mas eles vão poder compensar suas áreas fora da bacia hidrográfica e no mesmo bioma", afirma Marcos Montes. Além disso, argumenta o deputado, os produtores de Mato Grosso que preservaram 80% da reserva legal na

Amazônia poderão "alugar" parte de suas áreas a quem desmatou acima do permitido em lei. "Eles podem 'alugar' a diferença entre 80% e 50%", afirma Montes.

Com ou sem acordo, dinheiro é impasse no clima - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 18/11/2009

Depois de aparentemente sepultar o acordo climático de Copenhague no fim de semana, Estados Unidos e China sinalizaram ontem a intenção de obter um acordo amplo em dezembro. Esta ambiguidade está deixando perplexos negociadores do mundo todo. Hoje, a 18 dias do evento, não está claro o que esperar de Copenhague. Mas a medida do acordo é o comprometimento em dinheiro - e isso continua a ser o grande impasse.

A declaração conjunta do chamado G-2 - o encontro bilateral EUA e China - diz que os dois maiores emissores do mundo não esperam um "acordo parcial ou uma declaração política, mas um acordo que cubra todos os tópicos das negociações e que tenha efeito operacional imediato." Ou seja, parece exatamente o que a grande maioria dos países quer.

Mas o "efeito operacional imediato" tem outra leitura. O tal "acordo político" que o primeiro-ministro dinamarquês, Lars Løkke Rasmussen, está costurando (e que ninguém tem muito claro o que significa, a não ser seus assessores mais próximos) seria implementado a partir de 1 de janeiro de 2010. Depois disso, em seis meses a um ano, o mundo assinaria um acordo climático completo, e com obrigações internacionais (o tal "legally binding").

A dificuldade em entender o que está sendo proposto por Rasmussen - e que foi abraçado pelos presidentes Barack Obama e Hu Jintao no domingo - é o tal "acordo político vinculante". Esta figura não existe na linguagem internacional que fala em acordos, protocolos, tratados e convenções. Yvo De Boer, secretário-executivo da Convenção do Clima, disse ao Valor em Barcelona, que "não tem ideia" do que signifique.

Um diplomata dinamarquês dá uma pista: "É um acordo onde os líderes se comprometerão a fazer o melhor possível e que pode incluir metas de cortes de emissão e finanças". Ele amarraria o cronograma à frente e seguiria a moldura proposta pela ONU, com um mecanismo de transferência de tecnologia, por exemplo. "Copenhague seria uma etapa intermediária e não o objetivo final. Mas não seria um fracasso", continua.

Pode ser um acordo vago, mas que justifique a ida dos chefes de Estado que devem voar para lá. Gordon Brown (Reino Unido), Nicolas Sarkozy (França), Angela Merkel (Alemanha) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva têm dito que irão. "O custo político será muito alto se eles não se acertarem em nada", diz o dinamarquês.

Na semana passada, em Washington, uma reunião do GEF (Global Environment Facility), o mais famoso fundo ambiental do mundo, indicou que a fonte está seca. Os países ricos não demonstraram a menor disposição em colocar mais dinheiro ali.

Todos se perguntam se é possível salvar Copenhague. Mais de 15 mil pessoas são esperadas, os hotéis estão lotados desde junho até o sul da Suécia. Gastou-se muito

na CoP-15 e a ministra do Clima e Energia dinamarquesa Connie Hedegaard continua mostrando disposição em conseguir o melhor acordo possível. É bom lembrar que antes de enterrar Copenhague, as negociações internacionais do clima seguem um único padrão: é preciso sempre estar pronto para o inesperado.

ONU pede atenção a refugiados do clima – Antonio Gois – Folha de São Paulo –
Ciência – 19/11/2009

Relatório aponta que desastres naturais, que dobraram em 20 anos, afetam 211 mi

Sumiço de geleira antes do previsto na Bolívia já afeta fornecimento de água para população de vilas pobres e ameaça La Paz, diz cientista

O aquecimento global aumentará o número de migrantes em todo o mundo e exigirá de todos os países que estejam preparados para dar condições de vida dignas a essas populações. O alerta consta do relatório mundial do UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas), divulgado ontem. O documento também defende mais investimentos em saúde reprodutiva, para que cada família tenha melhores condições de planejar, livremente, o número de filhos desejados. Uma população crescendo em ritmo menor é um dos fatores que podem contribuir para desacelerar o aquecimento global. Apesar de não haver estatística sobre o número de pessoas que já se deslocam por consequências do aquecimento global, o relatório diz não haver dúvidas de que esse é um movimento crescente. Nas duas últimas décadas, diz o texto, os registros de desastres naturais passaram de cerca de 200 por ano para mais de 400. Sete em cada dez dessas tragédias foram, de alguma maneira, relacionadas com o clima. Elas afetam por ano cerca de 211 milhões de pessoas, número que só tende a crescer. Segundo o relatório, o mais provável é que esses movimentos migratórios ocorram dentro dos próprios países ou em zonas de fronteiras. É o que já está acontecendo, por exemplo, com populações que dependem de geleiras tropicais em países andinos. Essas montanhas, que acumulam gelo em seus cumes, são responsáveis pelo abastecimento de água, pela agricultura, e geração de energia em várias cidades da Bolívia, Peru e Equador. O relatório cita como exemplo o ocorrido com a geleira de Chacaltaya, na Bolívia, cujo ritmo de degradação surpreendeu os cientistas, ao ponto de hoje praticamente não haver gelo ou neve em seu topo. Esse fenômeno já afeta populações de pequenas cidades ao redor dos glaciares, mas certamente não ficará restrito somente a elas, já que grandes cidades, como La Paz, também dependem da água gerada por glaciares tropicais. "É uma pena não podermos mais esquiar em Chacaltaya, mas o mais grave é que dele dependiam populações que estão tendo que se adaptar a nova realidade", diz José Gutiérrez Ossio, cientista boliviano que integra o Projeto de Adaptação ao Impacto do Retrocesso Acelerado dos Glaciares.

Vulnerabilidade

feminina

O relatório pede também mais atenção dos governos às questões de desigualdade entre homens e mulheres, que poderão ser agravadas pelo clima. Por serem mais pobres, por constituírem maioria dos trabalhadores agrícolas em vários países e por terem dificuldade de migrar em caso de tragédias ambientais por serem mais responsáveis pelos filhos, as mulheres, segundo o Fundo de População das Nações Unidas, são mais vulneráveis aos impactos do aquecimento do planeta. Outro alerta que o relatório faz é para o aumento de doenças causadas pelo aquecimento global. Um dos exemplos citados - e que afeta o Brasil - é o provável aumento da população vulnerável a doenças transmitidas por mosquitos. Como as temperaturas vão se elevar, epidemias como as de dengue afetarão cidades que, por estarem em altitudes mais elevadas ou em climas mais frios, antes não sofriam os efeitos dessas doenças.

O jornalista viajou a convite do UNFPA

População menor reduz emissão global em até 24% - Folha de São Paulo – Ciência – 19/11/2009

Hoje em 6,8 bilhões de habitantes, a população mundial deve chegar em 2050 a uma cifra entre 8 bilhões e 10,5 bilhões. Este número dependerá das taxas de fecundidade, e um crescimento maior agravará o aquecimento global, segundo o UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas). Um maior acesso à educação e a métodos contraceptivos diminuirá o ritmo de crescimento demográfico, especialmente em países emergentes, que tendem a aumentar suas emissões.

O relatório cita estudos que estimaram o impacto de um crescimento populacional maior. Um deles, do Centro Nacional de Pesquisas Atmosféricas dos EUA, considera dois cenários para 2050: um com 8 bilhões de pessoas, e outro com 9,2 bilhões. No cenário menos populoso, as emissões de CO₂ seriam entre 1 bilhão e 2 bilhões de toneladas menores.

Isso representa de 11% a 24% do total de 8,5 bilhões de toneladas de emissões globais de CO₂ em 2007, segundo o Centro de Análise e Informação sobre Dióxido de Carbono.

O relatório reafirma, no entanto, que as questões de saúde reprodutiva devem seguir as diretrizes da Conferência Internacional sobre População em Desenvolvimento, realizada em 1994, no Egito.

Com 179 países signatários do acordo, ela estabeleceu que é direito das populações terem acesso a serviços de saúde e educação, para que possam decidir, livremente, quantos filhos ter, e quando tê-los.

Como há forte correlação entre mais escolaridade e menos filhos, o relatório sustenta que, ao serem atendidos esses direitos, o ritmo de crescimento populacional cairá naturalmente, sem medidas arbitrárias de controle da natalidade.

O documento também lembra que o tamanho da população não é, obviamente, a única variável a ser observada.

Apesar de a população da Índia, por exemplo, ser mais que o triplo da americana, um cidadão norte-americano é responsável, em média, por uma emissão per capita 20 vezes maior do que a de um indiano. Sérgio Besserman, ex-presidente do IBGE e especialista em temas ambientais, diz que o mais importante é considerar o impacto de cada pessoa. "Quem mais aquece o planeta é uma minoria de habitantes que vive, principalmente, em países desenvolvidos. Só que as as classes médias que surgem em países emergentes ambicionam, com justiça, ter o mesmo padrão de consumo."

"Ambiente não é desculpa para impor controle de natalidade" – Folha de São Paulo
– Ciência – 19/11/2009

Para o autor principal do relatório do UNFPA, Robert Engelman, é impossível determinar um limite do número de habitantes do planeta que garanta sua sustentabilidade, mas ignorar o efeito do crescimento populacional é um erro. Engelman, vice-presidente da ONG de pesquisa Worldwatch Institute, conversou com jornalistas durante um seminário na cidade do México.

★

FOLHA - Relacionar o crescimento populacional ao aquecimento global não dá margem para que o discurso de controle da natalidade volte agora com roupagem ecológica?

ROBERT ENGELMAN - Talvez. Mas já há quem pense que o aquecimento global é causado unicamente pelo aumento da população. Se nós, que defendemos direitos humanos, não falarmos, outros vão falar e defenderão o controle da natalidade. É óbvio que há vínculos entre o crescimento da população e os problemas do meio ambiente. O desafio é entender a complexidade dessa relação. Há vários fatores a serem considerados, como os padrões de consumo, usos de tecnologia, políticas públicas e, claro, população.

FOLHA - Há um número ideal de habitantes do planeta?

ENGELMAN - Acho impossível saber, e não vale a pena discutir. Talvez já o tenhamos ultrapassado. O que faríamos nesse caso? Vamos controlar a reprodução? Vamos matar pessoas?

FOLHA - O Brasil adotou uma meta voluntária de corte nas emissões de CO2. Isso ajudará um acordo global?

ENGELMAN - É melhor do que nada, mas não é suficiente. Se todas as nações apresentarem metas voluntárias, o que teremos será um conjunto de promessas de cada país, e não um instrumento comum, que produza resultados imediatos.

Meta climática Voluntária pode virar lei no Brasil – Estado de São Paulo – Vida & -
20/11/2009

A senadora Ideli Salvatti (PTSC) antecipou-se à colega Marina Silva (PV-AC) e incluiu ontem, em projeto de lei, emenda estabelecendo a meta voluntária do Brasil de

reduzir emissões de gases-estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020. O tema foi inserido no projeto aprovado ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, que cria a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Os senadores também aprovaram projeto que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

As duas propostas já foram votadas na Câmara. Com a inclusão da emenda referente à emissão de gases-estufa, o assunto terá de retornar para apreciação dos deputados. Os parlamentares querem concluir as votações até o fim de novembro para levar os projetos à Conferência do Clima da ONU, em Copenhague.

A meta brasileira foi anunciada pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff na semana passada. Marina Silva, ex-petista e ex-ministra do Meio Ambiente, manifestou então a intenção de incluir em lei esse compromisso.

Hoje adversária de Marina, Ideli Salvatti saiu na frente. A proposta estabelece também que os gastos públicos em ações contra as mudanças climáticas não poderão ser contingenciados pelo governo federal.

Já o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima tem como meta assegurar recursos a projetos, estudos e financiamento de empreendimentos ligados a impactos das mudanças do clima.

“O Brasil fará diferença na reunião não só por assumir compromissos voluntários, mas também por decisões do Congresso Nacional”, disse Salvatti.

O tucano Marconi Perillo (GO) também comemorou.

Carlos Rittl, coordenador do programa de Mudanças Climáticas e Energia da ONG WWF, afirma que é coerente a inclusão da meta em lei. “Esse fato é uma demonstração de comprometimento”, afirmou. Para ele, porém, a lei deve incluir a possibilidade de fazer uma revisão das metas futuramente, “se a ciência indicar que é preciso mais ambição” para evitar uma catástrofe climática (a savanização da Amazônia, por exemplo).

Na opinião de Marcelo Furtado, diretor executivo do Greenpeace no Brasil, é positivo que se tenha ouvido a reivindicação da sociedade e da academia ao incluir a meta em lei. “Certamente ela (*Ideli Salvatti*) consultou o Planalto e teve sinal verde do Executivo.”

Furtado, porém, critica a falta de ambição da meta adotada pelo Brasil. Para ele, o desmatamento da Amazônia deveria ser zerado. E tanto o Greenpeace quanto o WWF questionam o cálculo para elaborar o objetivo.

Para as entidades, a emissão de gases-estufa pelo setor de energia foi “inflada”.

Lula põe meta "voluntária" na lei do clima – Marta Salomon - Folha de São Paulo – Ciência – 20/11/2009

Manobra visa antecipar ação de Marina Silva, que queria tornar obrigatória proposta nacional de corte de emissão de CO2

Texto da emenda à política nacional do clima passou ontem em comissão do Senado; relatora negocia agora levá-lo ao plenário

Numa mudança de estratégia do governo, começaram a virar lei ontem os compromissos de corte de emissões de gases de efeito estufa anunciados na semana

passada. Com a condição de que o corte teria caráter "voluntário" e seria baseado nas emissões de carbono estimadas para 2020, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concordou em que a redução entre 36,1% e 38,9% das emissões fosse mais do que um manifesto de intenções e ganhasse status de lei. O texto da emenda à Política Nacional de Mudanças Climáticas foi aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura do Senado. "Discutimos palavrinha por palavrinha: não é uma meta, é compromisso voluntário, sem obrigatoriedade, sem monitoramento", afirmou a relatora Ideli Salvatti (PT-SC). A mudança de última hora na estratégia do governo e do relatório de Ideli foi negociada com os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), além de assessores da Casa Civil. A mudança é uma resposta à disposição da senadora Marina Silva (PV-AC), pré-candidata ao Planalto e indicada relatora na Comissão de Meio Ambiente, de transformar a redução das emissões em compromisso legal e obrigatório. "É claro que tem um ingrediente interno, ninguém discute que a Marina deu holofote à questão", disse Ideli, que negocia levar o projeto da política do clima diretamente ao plenário do Senado, sem passar pela comissão na qual Marina é relatora. A justificativa é aprovar a lei antes do início da conferência de Copenhague, em dezembro. Porta-voz do aval de Lula, Minc reconheceu o peso do "efeito Marina" na decisão. "Obviamente iria haver emendas e não tínhamos como ir contra: ficaria a ideia de que o governo não queria ver o compromisso concretizado em lei." Segundo Minc, uma vez incluído em lei, o compromisso de redução é para ser cumprido. "Se não cumprir, será uma desmoralização total e absoluta", sustentou. "Na minha cabeça, a palavra "voluntário" não significa que o compromisso não seja obrigatório, diz apenas que a motivação é autônoma". Após longa disputa interna, o governo anunciou na última sexta a disposição de cortar a emissão de até 1,052 bilhão de toneladas de gás carbônico dos 2,7 bilhões que poderiam ir anualmente para a atmosfera em 2020 caso nada fosse feito. Os números anunciados representam um corte de 10% a 15% nas emissões de CO₂ do país em 2005. O governo resiste, porém, a assumir compromisso com base nas emissões já medidas. Prefere considerar emissões futuras, cuja verificação é menos precisa. Marina Silva disse à noite que insistirá em vincular o compromisso às emissões registradas em inventário oficial: "Ficaram algumas fragilidades, que vamos tentar aperfeiçoar". Como país em desenvolvimento, o Brasil não tem obrigação de cumprir metas de redução de gases-estufa. Pelo Protocolo de Kyoto, apenas os países desenvolvidos estão submetidos a metas. A Comissão de Infraestrutura também aprovou ontem a criação de fundo para financiar cortes nas emissões. O fundo receberá dinheiro da indústria do petróleo e deverá contar com R\$ 800 milhões por ano.

ONU: Brasil será líder em Copenhague – O Globo – Capa – 20/11/2009

O secretário-geral da Convenção de Mudanças Climáticas da ONU, Yvo de Boer, disse que, ao apresentar metas, o Brasil se tornou uma das principais lideranças da cúpula do clima e terá papel decisivo para um acordo.

'Brasil é chave em Copenhague' – Yvo de Boer – O Globo – Ciência – 20/11/2009

Secretário-geral da reunião climática da ONU, Yvo de Boer, diz que país será líder

ENTREVISTA Yvo de Boer

COPENHAGUE. Para Yvo de Boer, o Brasil terá um papel chave nas discussões climáticas em Copenhague como líder do bloco dos países em desenvolvimento e autor de iniciativas concretas para a redução das emissões de gases-estufa. O secretário-geral da Convenção de Mudanças Climáticas da ONU acredita, no entanto, que as negociações entre representantes de 192 países em busca de um acordo serão complicadas. “As posições e os interesses de cada um são muito diferentes”, disse.

Graça Magalhães-Ruether Enviada especial

O GLOBO: Quais são as chances de sucesso de Copenhague depois que os EUA e a China anunciaram que não querem assumir um compromisso de metas já em dezembro? YVO DE BOER: Eu acho lamentável, mas não significa que os dois estejam fora das negociações, nem que não possamos conseguir bons resultados, como o plano proposto por Lars Rasmussen. O primeiro-ministro dinamarquês propôs um acordo em duas etapas.

Não é o ideal, mas é o melhor que podemos fazer. Precisamos ser pragmáticos. E eu acho que teremos assim mesmo um resultado muito bom. O acordo não é uma coisa que já esteja pronta, como muita gente pensa.

Tudo vai ser ainda negociado. Vai ser difícil, mas acho que precisamos nos esforçar.

Não podemos arcar com um fracasso em Copenhague, já que isso teria graves consequências para o clima.

Não seria muito mais fácil um acordo entre os 20 países que têm mais emissões? DE BOER: Isso seria impraticável. Um acordo em que todos se comprometem já é difícil.

Precisamos mesmo de um acordo global que inclua todos os itens importantes.

Mas o senhor acha possível um consenso entre 192 países tão diferentes? DE BOER: Eu sei que é difícil. Kioto também foi muito difícil, mas no final conseguimos. Há países que estão em extrema dificuldade econômica, há outros que são pequenas ilhas que se veem como as primeiras vítimas do efeito estufa porque estão ameaçados de desaparecer. Há outros países em desenvolvimento, como a Índia, que têm interesse no crescimento econômico. E há os países ricos, que têm medo de levar desvantagens econômicas. Os interesses são muito diferentes.

Mas através de negociações podemos conseguir posições comuns.

Todas as discussões têm como objetivo limitar o aumento da temperatura da Terra a dois graus Celsius. Para as pequenas ilhas, porém, isso já é demais. O que pode ser oferecido a essas nações? DE BOER: Esse será um dos temas-chave do acordo. Acho que os países ricos têm consciência do problema e estão dispostos a ajudar os que serão as maiores vítimas de um aumento da temperatura.

Qual a importância do Brasil na reunião? DE BOER: Acho que o Brasil é um país-chave nas negociações, liderando o grupo dos países em desenvolvimento. Nesse aspecto, vejo como muito positivo o plano para redução de emissões em até 39% nas áreas de florestas e indústria. Também acredito que o Brasil, como o país que tem a Amazônia, pode oferecer soluções para desmatamento.

Em resumo, acho que o Brasil é central nas negociações de Copenhague.

**Fundos e empresas investem em floresta - André Magnabosco – Estado de São Paulo
– Vida & - 21/11/2009**

O potencial de crescimento da demanda por madeira entre empresas dos setores de papel e celulose, moveleiro e siderúrgico, entre outros, está levando fundos e empresas de investimento a apostarem na aquisição de terras e florestas no Brasil.

Diante da preocupação com um possível apagão florestal no País, essas empresas acreditam que a prática de assinatura de contratos de longo prazo, comum no hemisfério Norte, pode se tornar usual também em território brasileiro. Os planos são ambiciosos: a área administrada hoje por elas pode até triplicar nos próximos anos.

O perfil dos investidores que atuam no ramo é variado. Inclui desde empresas privadas não consumidoras de madeira, como a JBS Friboi, até fundos de pensão nacionais e estrangeiros.

O que os move é o potencial de retorno de longo prazo – o ciclo de uma floresta de eucalipto é de 6 a 7 anos. “Esse é um mercado que reúne investidores com passivos compatíveis com um cenário de retorno de longo prazo, como é o caso dos fundos de pensão, por exemplo”, explica o presidente da Vitória Asset Management, Humberto Gault Vianna de Lima.

A Vitória Asset é a gestora do fundo que investe na Florestal Brasil, empresa criada com aporte inicial de R\$ 550 milhões.

Com atuais 76 mil hectares, dos quais 10 mil hectares de áreas plantadas com eucalipto, a Florestal Brasil tem como plano de negócio atingir 335 mil hectares. “Nosso plano é criar a maior empresa de reflorestamento independente do País”, afirmou Lima. A Florestal Brasil é uma companhia que tem como investidores a J&F, controladora do grupo JBS Friboi, e os fundos de pensão Funcef (Caixa Econômica Federal) e Petros (Petrobrás), e tem como foco ampliar presença em Mato Grosso do Sul.

A atratividade desse Mercado pode ser traduzida nas operações da NSG Capital no Brasil. A administradora de valores pretende lançar três fundos florestais até janeiro. O primeiro deles, com patrimônio líquido de R\$ 200 milhões, alcançou demanda de 80% do valor antes mesmo de ser aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A meta da NSG é captar um total de R\$ 400 milhões com os três fundos, que deverão mobilizar 170 mil hectares. A partir da aquisição de uma empresa de agronegócio, explica o presidente da NSG, Luiz Eduardo Abreu, a companhia pretende gerenciar ativos florestais para atender à demanda por madeira na produção de celulose e carvão vegetal. “Acreditamos que a demanda por madeira será maior do que a atual capacidade das empresas que já investem em produção de florestas.”

A companhia já possui aproximadamente 10 mil hectares plantados de eucalipto, área que poderá ser cortada em aproximadamente três anos.

“Os fundos vão trabalhar apenas com eucalipto, mas também estamos analisando oportunidades em outras madeiras para móveis”, diz Abreu. Os fundos também estão atentos ao mercado de geração de energia a partir da madeira.

O executivo acredita que uma das alternativas que poderão ser analisadas no Brasil futuramente é a compra de terras que atualmente estão sob posse de empresas de celulose ou de pequenos agricultores, que hoje cultivam florestas graças ao trabalho de fomento de grandes companhias.

BAIXO CUSTO

Outro que atua no setor é o grupo canadense Brookfield (ex-Brascan). A divisão de Asset Management gerencia fundos com área de 83 mil hectares no Brasil. A atual área, usada principalmente para a plantação de eucalipto, deve ser triplicada em dois anos.

O presidente da companhia, Silvio Teixeira, destaca que os investimentos podem ser feitos em qualquer região do País, com exceção da Amazônia Legal.

A Brookfield possui terras em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, onde é grande a demanda por eucalipto e pinus.

“Hoje, o Brasil já vive situação de desarranjo entre oferta e demanda em algumas regiões”, explica Henrique Alves Aretz, diretor de Investimento e Relações com Investidores da Brazil Timber, gestora de fundos que pretende elevar o total de recursos no portfólio dos atuais US\$ 260 milhões para US\$ 500 milhões até 2011.

“O Brasil tem o mais baixo custo de produção de celulose do mundo. Por isso o setor está em amplo processo de expansão”, afirma o executivo, ressaltando o setor que é apontado como um dos principais clientes das novas bases florestais no futuro.

A demanda por Madeira para a produção de carvão e de móveis e painéis, além da geração energética, também apresenta tendência de expansão.

Adiar o acordo do clima não garante êxito, diz analista – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 21/11/2009

Segundo especialistas, mesmo dando tempo aos EUA para resolver questão interna, impasse pode durar mais de um ano

Para Gylvan Meira Filho, que ajudou a criar o Protocolo de Kyoto, solução talvez seja desistir de um tratado que implique criar leis nacionais

Mesmo com a decisão de limitar o resultado da conferência de Copenhague a um acordo político para dar tempo aos EUA, não há garantia de que um tratado legal contra as mudanças climáticas seja fechado no ano que vem e que o maior poluidor histórico da Terra se junte a ele. A opinião é de especialistas em negociação do clima ouvidos pela

Folha.

Nesta semana, os presidentes de EUA e China, Barack Obama e Hu Jintao, juntamente com o premiê dinamarquês, Lars Rasmussen, anunciaram que Copenhague produziria apenas um acordo "politicamente vinculante". Isso porque não há tempo hábil para concluir um tratado completo e a meta americana de redução de emissões de gases-estufa depende da aprovação da lei de mudança climática do país pelo Senado, que ficou para 2010.

A expectativa era que Copenhague fosse produzir um tratado com valor de lei, que pudesse ser já no ano que vem encaminhado para ratificação pelos parlamentos de cada país e entrasse em vigor após 2012, quando o primeiro período do Protocolo de Kyoto expira.

Obama e Hu frustraram essa possibilidade, ameaçando criar um "buraco" legal na proteção ao clima entre 2012 e a entrada em vigor do novo acordo.

A reação internacional ao anúncio, feito no domingo, foi tão ruim que, na terça, Obama e Hu recuaram e disseram que Copenhague deve ser mais do que mera declaração de intenções e que o acordo político a ser firmado na capital dinamarquesa tem de ter "efeito operacional imediato" e incluir metas de corte de emissões pelos países desenvolvidos e propostas de financiamento ao combate ao aquecimento global nos países pobres.

Nada disso, no entanto, afasta o potencial de fracasso. "Há um risco de a autoridade de Obama se deteriorar no ano que vem e todo o efeito de despolarização causado pela eleição dele se dissolver", afirma Eduardo Viola, professor de relações internacionais da Universidade de Brasília. Ou seja, o multilateralismo representado pelo democrata, que trouxe os EUA de volta às negociações de clima após oito anos de governo Bush, pode ceder.

O americano David Victor, da Universidade da Califórnia em San Diego e autor de "The Collapse of the Kyoto Protocol" ("O Colapso do Protocolo de Kyoto"), diz que, independente da autoridade de Obama, a política americana continua formatada para dificultar tratados internacionais desse tipo. "O resto do mundo esperava que a chegada da administração Obama automaticamente faria os EUA mais multilaterais, mas a realidade é que os interesses e as capacidades dos EUA não mudaram muito", disse Victor. Segundo ele, mesmo que o Senado aprove no ano que vem a lei Waxman-Markey, que cria um mecanismo de comércio de emissões e estabelece metas de redução para o país, os EUA não necessariamente ratificarão o futuro acordo global. "Logo o mundo se dará conta de que o número mínimo de votos [no Senado] necessário para os EUA aceitarem um tratado é maior do que o número para aprovar novas leis. São 67 votos, e não a maioria simples de 60."

Legalidade

desvinculada

Um dos principais articuladores do Protocolo de Kyoto, o brasileiro Luiz Gylvan Meira Filho, da USP, diz que talvez um acordo legalmente vinculante nem seja a melhor solução jurídica para o futuro tratado do clima. "Se você estiver interessado na salvação do planeta, talvez seja melhor não perseguir um tratado legalmente vinculante", afirma. "Muita gente do bem acha que "legalmente vinculante" é um preciosismo europeu e não necessariamente a melhor solução." Ele cita como exemplo o tratado contra a proliferação nuclear assinado pelo presidente Ronald Reagan, nos anos 1980, que foi cumprido pelos EUA mesmo sem virar lei nacional.

Elliot Diringer, analista do Centro Pew para Mudança Climática Global, discorda. Para ele, existe, sim, a chance de os EUA assinarem um tratado global depois que a lei de mudança climática for aprovada. "Depois que o Congresso tiver sancionado uma legislação doméstica mandatária, haverá um interesse cada vez maior de ver outras grandes economias agindo também, o que seria melhor obtido por meio de um acordo internacional", afirma.

ONG pede que igreja proteste contra CO2 – Folha de São Paulo – Ciência –
21/11/2009

DA REPORTAGEM LOCAL

Os organizadores da campanha 350 (www.350.org) estão planejando um novo protesto contra o fiasco anunciado para o acordo do clima, a ser negociado dezembro em Copenhague. Os ambientalistas, que já tinham feito uma manifestação global em outubro, vão convocar para 11 desse mês um evento maior. Pedem que as pessoas acendam velas em monumentos famosos, como a Torre Eiffel, a Estátua da Liberdade e o Cristo Redentor, numa "vigília pela sobrevivência". Os manifestantes também pedem que, no dia 13 de dezembro, um domingo, igrejas, mesquitas, sinagogas e outros templos toquem seus sinos. Nesse dia, a conferência de Copenhague -encontro de duas semanas programado para estabelecer o novo tratado do clima- já estará na sua metade. O mote da campanha é reivindicar a redução da concentração do CO2 na atmosfera para 350 partes por milhão. Hoje a concentração do gás está em quase 400 ppm.

ATRASO NÃO VAI AMEAÇAR CRÉDITO DE CARBONO – Folha de São Paulo – Ciência – 21/11/2009

Segundo os analistas ouvidos pela Folha um atraso do tratado do clima não ameaça o mercado de carbono, que ficaria desregulamentado sem um substituto do Protocolo de Kyoto, que expira em 2012. Segundo Luiz Gylvan Meira Filho, da USP, a União Europeia deve manter Kyoto vivo na ausência de um novo acordo, justamente para não bagunçar os mercados de carbono, que já funcionam bem desde 2005.

A conferência do clima – Emilio Odebrecht – Folha de São Paulo – Opinião – 22/11/2009

A CONFERÊNCIA do clima que acontecerá no mês de dezembro em Copenhague está na agenda de todos os líderes do planeta. Não poderia ser diferente. Mantidas as tendências atuais, os efeitos das mudanças climáticas serão observados já na segunda metade deste século, com profundas consequências na qualidade de vida de nossos netos e bisnetos. Por isso, causou espanto o anúncio conjunto feito por Estados Unidos e China de adiar qualquer compromisso de meta para 2010. Trata-se de uma atitude arrogante, baseada em uma lógica de curto prazo. Americanos e chineses demonstraram que não estão dispostos a abrir mão de nada, materializando uma visão de eleição, quando o momento exige uma visão de geração. Isso significa que o reconhecimento da importância do tema e de sua condição de prioridade não são suficientes. É imperativo que, por um lado, o eleitor exerça seu poder de pressão exigindo e confirmando no voto sua opção por candidatos realmente comprometidos com a causa e, por outro, que se adotem formas de compensação real, estimuladoras das medidas necessárias à construção de uma economia de baixo carbono, de modo a minimizar as

perdas econômicas e financeiras decorrentes dessas medidas. O Brasil pode liderar a busca de soluções, pois temos vantagens comparativas para isso. Há o desmatamento da Amazônia, mas reduzi-lo é uma meta de interesse nacional. Nossa matriz energética é limpa, centrada na hidreletricidade. Somos o país do etanol, do biodiesel e de outras fontes renováveis. Finalmente, temos o potencial humano e nossas universidades e centros de pesquisa. É importante que, na reunião de Copenhague, sejam alcançados resultados concretos quanto a uma meta de redução de emissões. Para incentivar maiores investimentos privados no desenvolvimento de novas tecnologias e soluções é essencial que as regras do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) sejam simplificadas e estabelecidos incentivos claros, com marcos bem definidos e de longo prazo, porque os efeitos das mudanças climáticas serão de longo prazo. Entretanto, se aos governos cabe articular os movimentos internacionais, o setor privado deve assumir o papel fundamental que tem nesse processo -compreendendo a magnitude do desafio; evitando posições essencialmente defensivas; buscando a melhoria gradual da sua eficiência; desenvolvendo soluções inovadoras que proporcionem incremento de produtividade e de crescimento decorrente de novas oportunidades de geração de riquezas para toda a sociedade.

EMÍLIO ODEBRECHT escreve aos domingos nesta coluna.

Os vetores da descarbonização – José Eli da Veiga – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 22/11/2009

SE TRATADOS entre quase 200 nações fossem realmente decisivos, o mundo estaria muito mais seguro do que ao término da Guerra Fria. Porém, já são 40 os países com potencial nuclear, embora não passassem de meia dúzia quando foi adotado o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (NPT). Que chegou a ter 187 adesões até a retirada da Coreia do Norte, em 2003. "Mutatis mutandis", a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) tem 189 países signatários, mas também não passam de 40 os responsáveis por mais de 90% das emissões de carbono. E praticamente todos estão no G20, a melhor instância de governança global, que junta 15 das maiores economias do mundo às 27 da União Europeia, além da participação ex officio do FMI e do Banco Mundial.

Então, se o G20 foi incapaz de chegar a um acordo sobre o regime climático a vigorar em 2012, pouco se pode esperar da algaravia que rábulas de 196 nações promoverão em Copenhague de 7 a 18 de dezembro. Pior: mesmo na hipótese da mais grata surpresa, o precedente da ameaça de um inverno nuclear permite supor que ela não impediria o longuíssimo verão carbônico decorrente da dependência de energias fósseis. Prognóstico pessimista? Muito pelo contrário. Ele só realça que os vetores dos processos geopolíticos reais vão muito além de acordos globais. A biosfera não teria sobrevivido se dependesse só de respeito ao velho NPT. De modo similar, a

descarbonização continuará por outras razões, seja qual for o desfecho da cúpula climática de Copenhague.

A predisposição a se engajar na transição ao baixo carbono tem sido primordialmente determinada pela preocupação de cada nação com a sua própria segurança energética e pela confiança que pode ter em sua capacidade científico-tecnológica para aproveitar as oportunidades já vislumbradas da próxima onda longa de desenvolvimento do capitalismo.

Processo cada vez menos influenciado pelos setores econômicos e segmentos sociais que serão perdedores com o inexorável encarecimento da emissão de carbono. Algo que parece valer para todos, inclusive para os grandes emissores da semiperiferia, como é o caso do Brasil. Todavia, ao contrário do que ocorre no Primeiro Mundo, os chamados emergentes não têm como confiar na geração própria das inovações necessárias à descarbonização. Por isso, ainda vêm nessa transição mais sacrifícios ao seu crescimento econômico do que possíveis vantagens competitivas em novos negócios e novos mercados.

A ressalva é importante, pois, dos 20 países que mais contribuíram em termos absolutos para o aumento de 60% das emissões globais de 1980 a 2006, entre 12 e 15 são emergentes, a depender de como se classifique os tigres Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura. Somente cinco são indiscutivelmente do pequeno clube dos ricos: Estados Unidos, Japão, Austrália, Espanha e Canadá. Por isso, o que mais influenciará o rumo da descarbonização global serão as vias que forem abertas aos países desse Segundo Mundo para que não fiquem na dependência de perversas transferências de tecnologia. Que possam, ao contrário, se beneficiar de esquemas de cooperação na montagem de seus próprios sistemas de ciência, tecnologia e inovação.

A China tem mostrado muita clareza sobre essa prioridade, principalmente em seus entendimentos bilaterais com os EUA. Certamente devido à sua imensa dependência do carvão e por precisar muito da energia nuclear, busca saídas das mais pragmáticas para uma equação energética muito difícil de ser resolvida em uma sociedade cuja economia não pode crescer menos de 8% ao ano. Ao contrário do Brasil, onde a evolução da atitude governamental só evidencia a ausência de estratégia nacional. Em grande parte resultante do comodismo induzido por uma das mais limpas matrizes energéticas do mundo. E também, é claro, por divergências ministeriais que refletem clivagens entre os segmentos mais organizados da sociedade civil.

Muito outros argumentos em favor dessa tese -de que pouco importa o desfecho da COP 15 para a transição ao baixo carbono- estão no livro "Mundo em Transe: Do Aquecimento Global ao Ecodesenvolvimento", a ser lançado na Livraria Cultura exatamente no início do segundo tempo da pelada de Copenhague: dia 14/12.

JOSÉ ELI DA VEIGA, 61, é professor titular de economia da USP. É co-autor, com Lia Zatz, de "Desenvolvimento Sustentável, que Bicho É Esse?".

Desmate na Amazônia representa menos de 5% das emissões do País - João Domingos – Estado de São Paulo – vida & - 23/11/2009

Além da meta voluntária de redução das emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020, o Brasil levará outro trunfo para a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, que será realizada em dezembro, em Copenhague, na Dinamarca.

O governo apresentará um percentual abaixo de 5% na emissão de gases pelo desmatamento da Amazônia em relação ao total emitido pelo País.

Os dados sobre a queda das emissões de dióxido de carbono (CO₂) pela ação da derrubada da floresta obtidos pelo **Estado** serão apresentados amanhã em Brasília, pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em agosto, o diretor-geral do Inpe, Gilberto Câmara, havia dito que valores preliminares apontavam que as emissões de gases pelo desmate da Amazônia ficariam em 2,5% do total – e não 5%, conforme havia sido apurado entre 2000 e 2005. Agora, com a medição concluída, ficará entre 2,5% e 5%.

A queda das emissões resultantes do desmate da Amazônia em relação ao total do País deve-se à redução do desmatamento nos últimos quatro anos.

“Além disso, a emissão por combustíveis fósseis aumentou, principalmente por causa do uso de carvão vegetal e do crescimento da frota de veículos”, disse o pesquisador do Centro de Ciências do Sistema Terrestre do Inpe Jean Ometto. Estudo divulgado na edição deste mês da *Nature Geoscience*, que contou com a participação de Ometto, revelou que a emissão de CO₂ resultante do desmatamento é de 12% no mundo em relação ao total emitido – e não 20%, como divulgou em 2007 o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Segundo Ometto, houve queda no desmatamento na Amazônia, Indonésia e, embora em pequena escala, na África. Somase isso o fato de que o desmatamento não faz árvores virarem fumaça imediatamente. Parte da madeira se transforma em móvel, casa e portas. Com isso, o carbono fica estocado por anos. Há ainda o fato de que parte das áreas desmatadas é substituída por pasto, à base de capim braquiária, um conhecido sequestrador de carbono, cana-de-açúcar e grãos, que também neutraliza a emissão. Isso, diz Ometto, também contribuiu para reduzir a emissão.

Os cálculos das emissões de gases no Brasil feitos pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) são imprecisos. A entidade adota como média para o Brasil um desmatamento anual de 30 mil km², valor acima do real. O maior desmate ocorreu em 2004, com 27.423 km². De lá para cá, a queda foi acentuada – 2009 deve fechar com 7.008 km². Se o País cumprir a meta voluntária de redução de 80% do desmatamento da Amazônia até 2020, a derrubada ficará em 4,5 mil km² por ano.

Para o pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) Adalberto Veríssimo, as dimensões continentais do Brasil exigem atenção redobrada. “Um incêndio pode ser devastador. Só o Pará é 40 vezes maior do que a Grécia, que costuma sofrer com o fogo no verão. Por causa do tamanho, o Brasil emite 30 mil vezes mais CO₂ por queimadas do que o restante do mundo.”

CONVITE ACEITO

Pelo menos 65 líderes mundiais confirmaram presença em Copenhague, entre eles os do Brasil, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Japão e Indonésia. Autoridades dinamarquesas convidaram os chefes de Estado e governo de 191 países membros da ONU para a etapa final do encontro, que ocorrerá de 7 a 18 de dezembro.

Segundo a Dinamarca, o presidente Barack Obama só irá à reunião se sua presença for crucial para selar o novo acordo do clima.

Adiamento de metas climáticas em Copenhague é 'absurdo', diz Dilma – Chico de Gois e Gustavo Paul – O Globo – Economia – 23/11/2009

Segundo ministra, países ricos terão que apresentar compromissos

BRASÍLIA. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff classificou de “absurda” a hipótese de se postergar as decisões a serem tomadas na Conferência sobre Mudanças Climáticas da ONU, em Copenhague, em dezembro. Na semana passada, alguns países levantaram a hipótese de adiar o estabelecimento de metas. Dilma, que será a chefe da delegação brasileira na cúpula, voltou a cobrar dos países ricos metas de redução de emissão de gases-estufa.

— Ninguém assume o adiamento porque essa seria uma posição absurda. Teve prazo suficiente para os países apresentarem seus números. (Na reunião preparatória) em Copenhague, ficou claro que pode ter um tempo diferenciado para finalizar todos os aspectos legais, mas é impossível que os maiores poluidores do planeta não sejam instados a colocar números na mesa — disse Dilma, depois de participar da eleição da nova direção do PT.

A ministra foi categórica ao afirmar que os países desenvolvidos têm obrigação de apresentar suas propostas e que o sucesso da conferência da ONU dependerá disso. Esse foi um dos pontos colocados na PréCop15, reunião preparatória do evento, ocorrida no início de novembro, em Copenhague, da qual Dilma participou.

— Quanto vão reduzir? Quanto de financiamento vão colocar para os países em desenvolvimento? O Brasil já fez essa cobrança.

Havia um consenso dentro da Pré-Cop de que sem esses números é impossível qualquer conversa. É uma situação limite.

Não tem como.

‘O planeta é de todos’, afirma ministra A argumentação e a pressão do Brasil terão como fundamento a proposta voluntária que o país vai apresentar na Dinamarca.

Dilma ressaltou que ainda não surgiu outra melhor nas negociações.

Com isso, a importância brasileira na discussão global do clima se acentua.

— Somos o único país que teve uma posição clara com metas que são voluntárias. Chamamos de ações objetivas, mas na prática são números concretos e quantificáveis em termos de CO₂. É a tentativa mais concreta de aproximação de um valor e é a mais significativa.

O Brasil quer aprovar no Congresso até o início do encontro em Copenhague a proposta de redução das emissões projetadas para 2020, de 36,1% a 38,9%. O percentual foi incluído na semana passada no projeto de lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima, que está sendo discutido no Senado. Dilma lembrou que o Brasil irá apresentar também como credencial, em Copenhague, as ações que desenvolve na área ambiental. E vai cobrar metas de todos.

— O Brasil vai defender números claros e compromissos muito concretos, tanto expressos obrigatoriamente pelos países desenvolvidos, quanto voluntariamente pelos países em desenvolvimento. Trata-se de assumir compromissos com a redução das emissões para que a gente possa viver em um planeta que é de todos nós.

O marco regulatório do clima pós-Copenhague - Rômulo S. R. Sampaio – Valor Econômico – Opinião - 23/11/2009

Diante dessa complexa rede de interesses divergentes, a única certeza é a de que tudo pode acontecer

Em dezembro próximo, a comunidade internacional estará reunida para deliberar sobre um novo marco regulatório para o clima, 11 anos após a Conferência das Partes (CoP) que aprovou o Protocolo de Kyoto, em 1997. Embora em vigor há pouco mais de quatro anos e com compromissos que vencem em 2012, o Protocolo de Kyoto é responsável por um verdadeiro legado de experimentos, normas e regulamentos em matéria climática. Como há a necessidade de elaboração das regras para o pós-2012, coube à 15^a Conferência das Partes em Copenhague a missão de definir o novo marco regulatório para o clima.

A pergunta que fica é a de por que não manter o mesmo quadro normativo? A resposta reside na necessidade de se ajustar ações e práticas malsucedidas e maximizar aquelas que obtiveram bons resultados. As experiências com elaboração de inventários de emissões, transferências de tecnologia, cumprimento de metas de reduções, mercados de créditos de carbono e as tão polêmicas questões em torno das florestas, foram ricas o bastante para que um novo marco regulatório seja concebido e colocado em prática. Soma-se a tudo isso, a pressão cada vez maior para que os países em desenvolvimento (fundamentalmente as economias emergentes, como Brasil, China e Índia) assumam compromissos de redução de gases de efeito estufa, até então restritos aos países desenvolvidos.

Dentro desse contexto, alguns países com maior responsabilidade pelos atuais e críticos índices de concentração de gases de efeito estufa, representatividade e desenvolvimento econômico acelerado podem se consagrar como heróis de uma conferência bem-sucedida ou carregar o fardo por eventual fracasso das negociações. Nesses grupos de países estão incluídos Estados Unidos, países da União Europeia, Rússia, Japão, Austrália, Brasil, China e Índia. Entre tantas economias importantes, o desafio está na conciliação dos diferentes interesses para que possa haver um mínimo de consenso. Experiências históricas com as negociações sobre o clima demonstram divergências sérias entre Estados Unidos, Japão e Austrália de um lado, e União Europeia de outro quando o assunto é florestas, por exemplo. Quanto o assunto é compromisso internacional de redução para emergentes, o desafio é a definição de conteúdo. Enquanto China e Índia têm como principal causa de suas emissões a matriz energética, a do Brasil é o desmatamento.

Ainda nesse clima de incertezas, o comprometimento dos EUA é tido como crucial para que qualquer negociação possa ser bem-sucedida. Sozinho, o país é responsável por quase um quarto das emissões totais do planeta. Para piorar, encontra-

se no Congresso americano um projeto de lei sobre energia renovável e mudanças climáticas. Trata-se do projeto de lei Waxman-Markey, mas não haverá tempo hábil para que o Congresso vote antes de Copenhague. E, sem a lei, não haveria qualquer comprometimento dos EUA com as negociações climáticas internacionais. Mais uma recusa americana (a primeira foi ao Protocolo de Kyoto), pode ser decisiva para o fracasso das negociações de Copenhague.

A posição brasileira é ainda mais controversa. Em recentes reuniões com a presença de ministros de diferentes pastas e o presidente Lula, a posição brasileira teria sido definida como restrita à apresentação de compromisso voluntário de redução de emissões quantificados em aproximadamente 38% das projeções para o futuro. Em tempo, a delegação brasileira parece vislumbrar nas posições dos países desenvolvidos, tentativa de desviar o foco das discussões para inclusão das economias emergentes nas metas obrigatórias impostas pelo regime climático para não terem que prestar conta dos fracassos nas ações de mitigação das emissões em âmbito doméstico. Ou seja, a incerteza permanece e a complexa rede de interesses divergentes aponta para certo grau de pessimismo quanto às reais chances de uma negociação bem-sucedida em Copenhague.

Na esfera privada, empresas já se organizam, capitaneadas pelo Centro de Sustentabilidade da Escola de Administração da FGV (GVCes), e começam a deliberar sobre propostas de políticas públicas e estratégias de ação, antecipando-se a um novo marco regulatório internacional. Afinal, qualquer que seja o resultado das negociações em Copenhague, os reflexos certamente serão sentidos e em grande parte suportados pelos setores produtivo e de serviços no âmbito nacional. Os projetos de lei em torno de uma política nacional de mudanças climáticas atualmente perante o Congresso brasileiro refletem bem essa situação.

Portanto, diante dessa complexa rede de interesses divergentes, a única certeza é a de que tudo pode acontecer. O histórico das negociações sobre o clima proporciona rica fonte de especulação sobre o futuro. Baseado em experiências pretéritas e diante da complexidade dos temas a serem tratados em Copenhague, não seria desarrazoado prever o desmembramento da Conferência das Partes, a exemplo do que ocorreu em 2000 durante a CoP 6. Naquela oportunidade, como o consenso não foi possível, decidiu-se pelo desmembramento da conferência para que houvesse mais tempo para harmonização dos interesses divergentes.

A esperança é a de que o insucesso não seja uma alternativa. O problema é sério e atual. A população mundial já percebeu que medidas arrojadas e urgentes são necessárias. O custo político do insucesso em Copenhague é, portanto, muito alto. Resta, assim, apenas esperar pelos reflexos e se antecipar aos impactos de um novo marco regulatório internacional sobre o clima. Seja ele qual for, empresas, sociedade civil e governo terão que se adaptar e cobrar da comunidade internacional a cooperação e planejamento necessários para que os objetivos de mitigação e adaptação sejam alcançados.

O que há de errado com o Código Florestal – Ciro Siqueira – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 24/11/2009

Desde o final do ano passado o governo vem cozinhando uma divergência entre

os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da Agricultura, Reinhold Stephanes, sobre o Código Florestal Brasileiro.

As tentativas de alterar a lei florestal não se restringem ao Executivo. Também no Congresso Nacional há um movimento em duas frentes para mudá-la: a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável analisa um projeto de lei (PL 6.424) e uma comissão especial avalia condensar toda a legislação ambiental num único diploma, o Código Ambiental, no bojo do qual o Código Florestal viria modificado.

Não é a primeira vez que esse debate vem à tona. Em 2002, no final do governo Fernando Henrique Cardoso, o Congresso tentou modificar a medida provisória por meio da qual o código vige. Houve um embate encarniçado entre os ruralistas do Congresso e os ambientalistas que resultou no arquivamento da proposta. Desde a instituição do nosso primeiro Código Florestal, em 1934, durante a ditadura Vargas, são recorrentes as tentativas de modificá-lo.

O debate sobre o Código Florestal tem estereótipos muito bem definidos. A lei é tida de forma quase dogmática como uma das melhores e mais avançadas leis de proteção ambiental do mundo. Logo, sempre que alguém tenta modificá-la é rapidamente rotulado como alguém que quer destruir o meio ambiente e qualquer um que se coloque contra a alteração recebe o rótulo de protetor do meio ambiente.

A discussão se polariza e se transforma numa batalha entre os que querem destruir o meio ambiente, os ruralistas, e os que lutam para defendê-lo, os ambientalistas.

Olhando para o problema dessa forma simplória, o julgamento é imediato. Entretanto, a despeito da improbabilidade de alguém, em pleno século 21, continuar empenhado em destruir o meio ambiente, é esclarecedor nos fazermos a seguinte pergunta: a agropecuária brasileira quer mesmo desmatar mais?

Seguramente, deve haver alguém, em algum lugar, que queira, mas nem de forma muito irresponsável essa pecha pode ser jogada sobre todo o setor agropecuário. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que também é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e representa o setor rural sindicalizado, publicou artigo em que advoga o desmatamento zero na Amazônia e na mata atlântica.

Então, qual é o problema? Se os produtores rurais não querem destruir o meio ambiente, qual é a razão do descontentamento com a lei florestal? O que incomoda o setor rural no Código Florestal é que ele joga o custo da preservação ambiental apenas nos produtores.

A nossa lei florestal obriga cada proprietário de imóvel rural a manter dentro dos limites de sua propriedade uma área de floresta, a chamada reserva legal. Essa reserva legal varia de tamanho de acordo com a localização da propriedade. Nas florestas amazônicas ela é de 80% da área do imóvel, nos cerrados amazônicos é de 35% e no restante do País é de 20%. Isso significa dizer que o proprietário rural não pode utilizar a sua propriedade como bem entender.

Parte do seu direito de propriedade é sacrificado em nome de um benefício coletivo maior. É esse sacrifício que faz a lei ser percebida como uma legislação avançada e há todo um arcabouço legal – constitucional e infraconstitucional – que o legitima.

Mas não é esse o problema fundamental. O problema é que o fato de o proprietário não poder utilizar sua área da forma mais eficiente em termos econômicos faz com que ele incorra em perdas financeiras e a lei reza que esse é um problema, única e exclusivamente, dele.

Imagine-se uma propriedade de mil hectares em São Paulo – onde a reserva legal

é de 20% – arrendada a uma usina de álcool.

O imóvel é todo ocupado com cana-de-açúcar, que deverá virar biocombustível no final da safra, ocasião em que o proprietário receberá, digamos, R\$ 300 por hectare com o arrendamento da fazenda. Ele receberia, então, R\$ 300 mil por ano pelo aluguel do imóvel.

Mas ele tem de manter uma reserva florestal de 20% da área, logo, ele só pode ter 800 hectares de cana e tem a obrigação, por lei, de reconstruir a mata original nos 200 hectares de reserva legal. Por outro lado, com apenas 800 hectares em produção ele terá uma redução

na sua receita anual de R\$ 300 mil para R\$ 240 mil e ainda precisará investir pesadamente na reconstrução da floresta original da reserva legal, sem saber como fazê-lo. Imagino que apenas Deus saiba como construir uma floresta original.

Esse raciocínio pode ser estendido a qualquer propriedade rural, bastando substituir o percentual de reserva legal e o valor da terra de acordo com a localização do imóvel e refazer as contas. É precisamente esse efeito do Código Florestal que causa a maior parte da motivação para os esforços de alteração da lei. É muito mais uma questão de preservar a área agrícola existente do que de aumentá-la com novos desmatamentos.

Há, sem dúvida, várias outras inquietações que a essa se somam. Alguns proprietários cumpriram a lei de 1934 e viraram criminosos em 1965, quando o código foi alterado; há alguns que cumpriram as exigências da lei de 1965 e viraram criminosos em 1996, quando a lei foi alterada novamente; alguns compraram de boa-fé áreas sem floresta e agora têm de internalizar o passivo. O tema não é simples.

É um desrespeito à sociedade brasileira reduzir o debate do Código Florestal a uma Guerra entre ruralistas tentando destruir o meio ambiente e ambientalistas tentando salvá-lo.

O Brasil precisa de leis realmente capazes de proteger os seus biomas sem que o setor rural reste inviabilizado. E não são os ruralistas que mais têm a ganhar com isso, é o meio ambiente, a princípio, e o povo brasileiro, ao cabo. A sociedade merece uma discussão racional e séria sobre o Código Florestal.

Desde Kyoto, emissão de CO2 sobe 6,5% - Estado de São Paulo – Capa – 24/11/2009

Dados da Organização Mundial de Meteorologia indicam que desde o Protocolo de Kyoto, em 1997, a concentração de gases de efeito estufa subiu 6,5%. ●

●● Desmatamento da Amazônia emite 1,5% dos gases estufados mundo. ● PÁG. A22

Concentração de gases-estufano mundo cresceu 6,5% desde Kyoto - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 24/11/2009

GENEBRA

A concentração de gases de efeito estufa na atmosfera continua a crescer, apesar de todos os esforços mundiais e discursos inflamados dos líderes políticos para reduzi-la. Em 2008, chegou ao índice mais alto registrado desde o início da era industrial, segundo um relatório divulgado ontem pela Organização Mundial de Meteorologia (WMO, em inglês). Desde 2007, quando foi assinado o Protocolo de Kyoto – tratado

internacional para baixar as emissões –, o aumento foi de 6,5%.

A concentração de dióxido de carbono (CO₂), gás que mais contribui para o problema do aquecimento global, chegou a 385,2 ppm (partes por milhão), com potencial para chegar a 390 ppm já no ano que vem. “Faz um milhão de anos que não chegamos a 390 ppm”, disse o físico John Barnes, diretor do Observatório de Mauna Loa, no Havaí, um dos que contribuem com informações para a WMO.

Em relação à era pré-industrial (antes de 1750), o aumento foi de 38%. “Temos de pensar o que é que isso vai causar.” O limite considerado “seguro” pela maioria dos cientistas, para evitar mudanças climáticas mais catastróficas, é 450 ppm.

Do contrário, se o mundo interrompesse todas as emissões de CO₂ hoje, em cem anos haveria ainda uma concentração de gases de efeito estufa 30% superior à de 1750. “O aumento é exponencial”, afirmou Michel Jarraud, secretário-geral da WMO.

A entidade estrategicamente divulgou sua avaliação às vésperas da cúpula mundial do clima realizada pela ONU, no mês que vem, em Copenhague. E pede que haja um acordo ambicioso até o fim do ano sobre emissões de CO₂.

Questionado pelo **Estado**, Jarraud disse que o Protocolo de Kyoto “não é suficiente” para impedir um aumento de emissões e da concentração dos gases.

“Mas sem Kyoto, sabemos que a situação seria ainda pior.”

O acordo prevê uma redução de 5% das emissões dos países mais desenvolvidos (industrializados) até 2012, em relação ao que era emitido em 1990 – metas que deverão ser revistas agora, em Copenhague, para o período pós-2010. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), é preciso reduzir as emissões das nações industrializadas entre 25% e 40% até 2020.

A WMO ainda evita falarem fracasso nas negociações de Copenhague, apesar das declarações recentes de alguns países de que não será possível estabelecer metas de redução já nesta conferência. “Não podemos desistir.

As emissões de CO₂ dobraram em 30 anos. Agora, precisamos de um acordo forte”, disse Jarraud. As emissões dos Estados Unidos aumentaram em 3,7%, entre 1997 e 2008. A China mais que dobrou suas emissões nesse período.

Os maiores responsáveis pelo excesso de gases na atmosfera, segundo o IPCC, são as atividades humanas, principalmente em decorrência da queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural) e do desmatamento.

Jarraud disse que a preservação de florestas, como a Amazônica, será fundamental no futuro e que o desmatamento na última década colaborou para o aumento da concentração de CO₂. “Se queremos controlar a concentração de CO₂, a floresta tropical será fundamental. O desmatamento gera emissões e, preservada, a floresta consome o CO₂ que estaria na atmosfera.”

Os estudos do IPCC apontam para uma alta na temperatura do planeta que poderia variar entre 1,5 grau a 4,5 graus Celsius. “Estamos caminhando para a parcela mais alta desses cenários”, alertou Jarraud. “As notícias que estamos dando não são nada boas.”

COLETA DE DADOS

Os dados divulgados ontem são resultados da maior coleta já feita sobre a concentração de gases-estufa na atmosfera. A WMO usou um número de 200 estações espalhadas pelo mundo, inclusive no Brasil.

Além do dióxido de carbono, foram medidos o metano e o óxido nítrico, que são os

principais gases envolvidos no aquecimento global.

“Isso era um problema abstrato em 1997, algo que parecia estar só em círculos de cientistas. Agora, o problema está na cara de todo mundo” disse Andrew Weaver, especialista da Universidade de Victoria.

Um dos efeitos mais estudados é o derretimento de geleiras.

Desde 2000, a Groenlândia perdeu mais de 1,5 trilhão de toneladas de gelo. A Antártida também perdeu 1 trilhão desde 2002. As inundações em consequência do degelo em uma centena de grandes cidades poderiam causar danos de US\$ 28 bilhões, segundo um estudo divulgado ontem pela organização WWF. Isso porque, o aumento do nível do mar em cidades como Nova York – que poderia chegar a 15 centímetros – provocaria tormentas e furacões. ●

Desmate da Amazônia emite 1,5% do CO2 global - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 24/11/2009

BRASÍLIA

O Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgará hoje, em Brasília, dados que apontam para uma forte queda na emissão de dióxido de carbono (CO₂) proveniente do desmatamento na Amazônia. Eles representam 1,5% dos gases-estufa no mundo, ante cálculos anteriores de cerca de 5%. O resultado é consequência da queda da derrubada da floresta nos últimos quatro anos.

O diretor-geral do Inpe, Gilberto Câmara, estimara, em agosto, que o índice seria de aproximadamente 2,5%. Já o pesquisador Jean Ometto, também do Inpe, havia informado na semana passada que a contribuição do desmatamento da Amazônia seria inferior a 5% das emissões de CO₂ do mundo, não apenas do Brasil, como erroneamente informou ontem o **Estado** na primeira página na pág. A14.

Ontem, no Twitter, Gilberto Câmara escreveu que sua estimativa de 2,5% seria uma informação dentro da margem de erro.

E afirmou que as emissões da Amazônia em 2008 foram de cerca de 1,5%. A assessoria de imprensa do Inpe confirmou a informação.

Segundo o Inpe, o desmatamento contribuiu consideravelmente para as emissões globais de dióxido de carbono. Por isso, o instituto se propôs a ter medidas confiáveis sobre a quantidade de CO₂ lançado à atmosfera pela retirada das florestas tropicais.

O estudo pode responder qual a contribuição do desmatamento na Amazônia Legal para as emissões globais de CO₂.

Para o cálculo das emissões, foram considerados os dados do sistema Prodes, que monitora por satélite e quantifica as áreas desmatadas na Amazônia.

O estudo apresentará resultados até 2008 e projeções até 2020, sendo que um dos cenários considera a redução de 80% do desmatamento em relação aos níveis atuais, meta voluntária proposta pelo governo para a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP-15), em Copenhague, no mês que vem.

Brasil inflou dado de CO2, sugere estudo – Marta Salomon – Folha de São Paulo –
Ciência – 24/11/2009

Banco Mundial estima que em 2030 país emitirá 1,697 bilhão de toneladas; projeção do governo fala em 2,7 bilhões em 2020

Número foi usado no cálculo da meta voluntária que país levará a conferência do clima e implica em esforço menor de corte de emissões

Estudo do Banco Mundial a que a **Folha** teve acesso estima em US\$ 21 bilhões - cerca de R\$ 38 bilhões- por ano o custo para o Brasil reduzir em 21% as emissões de gases-estufa até 2030. O valor é pouco menor (17%) que todo o investimento público previsto com dinheiro dos impostos para 2010 no Orçamento da União. Embora a economista-chefe de Desenvolvimento Sustentável do banco, Marianne Fay, tenha classificado ontem de "ambicioso" o compromisso de redução das emissões de carbono apresentado pelo governo brasileiro há duas semanas, há divergências entre os cenários apresentados pela instituição e pela equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Enquanto o governo prevê que o país esteja lançando na atmosfera 2,7 bilhões de toneladas de gás carbônico em 2020 se nada for feito, o banco projeta a emissão total nesse mesmo cenário em apenas 1,697 bilhão de toneladas em 2030. Com os investimentos na economia de baixo carbono, o Banco Mundial indica que as emissões poderiam ser reduzidas de 1,259 bilhão de toneladas de gás carbônico, segundo estimativa feita para 2030, para 810 milhões em 2030. "Provavelmente, eles consideraram um cenário diferente. Partimos de um cenário futuro mais pessimista, caso a economia crescesse sem considerar nenhum esforço para a redução das emissões", disse Suzana Kahn, secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente. Ela participou da definição da meta de redução entre 36,1% e 38,9% das emissões brasileiras em relação à projeção feita para 2020. O governo não dispõe de cálculo oficial atualizado das emissões de gás carbônico.

"O governo inflou as estimativas de emissão para os setores de transporte e energia", criticou Roberto Smeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra Amazônia Brasileira. Feito com o apoio de representantes de vários ministérios e centros de pesquisa do país, o estudo do Banco Mundial considera cenários diferentes daqueles apresentados pelo governo. A divergência significa que o esforço acenado pelo governo para reduzir as emissões pode ser menor do que o previsto na meta "voluntária". Embora sem comentar diretamente o relatório a que a **Folha** teve acesso -e que o Banco Mundial só deverá divulgar em dezembro ou janeiro-, Marianne Fay insistiu em que o corte de emissões no Brasil não significará redução no ritmo de crescimento da economia.

Ao contrário: o documento estima que os investimentos no baixo carbono poderão representar um aumento de 0,5% por ano no PIB, além de um crescimento extra anual de 1,13% na geração de empregos. Em linhas gerais, a receita contida no estudo diverge pouco das propostas em discussão até aqui no governo, a começar pelo impacto atribuído à redução do desmatamento, o aumento da produtividade do agronegócio e o plantio de árvores para a produção de carvão para a siderúrgicas. Algumas das maiores divergências estão na área de energia, influenciada pela ministra Dilma Rousseff (Casa Civil). Enquanto o governo considerou a expansão das hidrelétricas na Amazônia como ações

de mitigação, o Banco Mundial considerou-as parte do cenário tendencial. O banco também enfatiza ações de eficiência energética, especialmente na indústria. "São as únicas que se pagam", diz Smeraldi. O documento defende ainda a recuperação das áreas de reserva legal, uma obrigação dos produtores rurais cujo descumprimento o presidente Lula concordou em deixar sem punição até 2011. O texto também critica a abertura de novas rodovias na Amazônia, num ataque indireto à pavimentação da rodovia BR-319.

Colaborou **CLAUDIO ANGELO**, editor de Ciência

A conta é dos pobres – Vivian Oswald e Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 24/11/2009

Países em desenvolvimento arcarão com pelo menos 75% do prejuízo climático

Um estudo do Banco Mundial quantifica, pela primeira vez, o tamanho do prejuízo que os países em desenvolvimento terão com a elevação da temperatura do planeta. E o número assusta: de 75% a 85% da conta serão deles. Às vésperas do início da Conferência sobre Mudanças Climáticas da ONU, em Copenhague, o Bird calcula que governos e setor privado terão de investir cerca de US\$ 250 bilhões anualmente para reduzir as emissões das nações em desenvolvimento e promover novas tecnologias para adaptá-los às mudanças climáticas até 2030.

Essas despesas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas vão desde modernização das técnicas agrícolas até o investimento em moradias resistentes a inundações.

— (Os países) têm que atuar juntos, de forma diferenciada.

Não temos tempo a perder e tudo terá que começar com metas ambiciosas dos países ricos — afirmou a economista-chefe do Bird, Marianne Fay.

O banco afirma que, atualmente, gastam-se apenas US\$ 10 bilhões para o financiamento climático dos países em desenvolvimento, muito abaixo dos pelo menos US\$ 75 bilhões necessários para a adaptação às novas condições climáticas e US\$ 175 bilhões para a redução das emissões. O relatório aponta ainda que as emissões têm impacto direto sobre pobreza e que os países mais pobres terão reduções permanentes do PIB de 4% a 5% com o aumento da temperatura global em 2 graus Celsius — elevação já aceita como um fato irreversível.

“Os países em desenvolvimento suportarão o peso dos efeitos da mudança climática. Para esses países, a mudança climática ameaça aprofundar vulnerabilidades, minar os ganhos conquistados com dificuldade e prejudicar seriamente as perspectivas de desenvolvimento”, diz o documento.

Ainda não há uma estimativa oficial para a América Latina, mas Fay garante que o Brasil será um dos países mais afetados daqui para frente.

Investimentos substanciais em pesquisa e tecnologia devem ser feitos para adaptar o mercado na velocidade necessária. O Bird estima que serão precisos recursos adicionais, além dos US\$ 15 bilhões atuais. Calcula algo que pode ir de US\$ 100

bilhões a US\$ 700 bilhões anualmente.

“As tecnologias existentes e melhores práticas, por exemplo, podem reduzir de 20% a 30% o consumo de energia nos setores industrial e energético, ajudando a reduzir as emissões sem prejudicar o crescimento econômico”, informa o documento. Por sinal, Fay garante que o Brasil é um dos países que não terá que optar entre um e outro: — O Brasil tem uma condição interessante: não tem que escolher entre crescimento e sustentabilidade.

O Brasil tem a possibilidade de crescer com sustentabilidade.

Ela elogiou o compromisso que o governo assumiu de reduzir em 80% o desmatamento da Amazônia até 2020, mas alertou: — Não podemos esperar que o Brasil possa financiar sozinho um bem público global. O Brasil não tem o dever de controlar o desmatamento sem ajuda global.

Os compromissos que o país deve levar a Copenhague, segundo o coordenador de Desenvolvimento Sustentável do Bird, Mark Lundell, são louváveis. Mas ele avalia que o país precisa estar atento para que eles sejam cumpridos: — Na medida em que você diminui o desmatamento, mais difícil fica manter baixo o desmatamento.

Nas demais áreas, o Brasil já tem uma das matrizes energéticas mais limpas. Diminuir as emissões com o aumento da demanda por energia e o aumento da população é um desafio difícil, mas também factível

Previsão de colapso climático na Amazônia – Graça Magalhães-Ruether – O Globo – Ciência – 24/11/2009

Com elevação de apenas 2 graus Celsius, a perda de vegetação chegaria a 70%

BERLIM. A concentração de gases do efeito estufa na atmosfera é a maior já registrada desde a Revolução Industrial, segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM).

E os efeitos já se fazem sentir, como revela o estudo “Pontos de colapso no sistema climático”, divulgado ontem, em Berlim, pela ONG WWF e a seguradora Allianz. Com uma elevação de 2 graus Celsius, alerta o documento, consequências dramáticas já se fariam sentir, como o aumento da incidência de secas e a destruição de grande parte da Floresta Amazônica.

— Mesmo que o desmatamento seja reduzido a zero, as nossas previsões são de que, até 2100, cerca de 70% da Floresta Amazônica teriam sido destruídos — disse Nicolai Tewes, responsável pelo estudo.

Com um aumento de 2 graus Celsius, já considerado inevitável, os cientistas calculam a destruição de 1,6 milhão de quilômetros quadrados de floresta. Para que a elevação da temperatura não ultrapasse este patamar, os países industrializados precisariam se comprometer a uma redução das emissões de CO₂ em 40% até o ano de 2020. Até agora, no entanto, nenhum país rico se comprometeu oficialmente com tal meta.

Ontem, os EUA, que até então se mostravam reticentes em assumir compromissos, afirmaram que terão metas de redução, mas, provavelmente, na casa dos 20%, conforme lei que tramita ainda no Senado.

Com o derretimento do gelo dos polos, alerta o estudo, haverá uma elevação do nível do mar, com graves efeitos para as grandes metrópoles costeiras.

Até o ano de 2050, o nível do mar subirá em meio metro.

Outro ponto crítico seria o aumento da vaporização das águas do Rio Amazonas em consequência do aquecimento, o que agravaria o processo. Com a morte da vegetação, as emissões aumentariam e a floresta perderia parte do seu efeito de “redução de carbono”. Os custos da destruição da vegetação da Amazônia foram calculados em C 3 bilhões.

Enquanto as mudanças na Amazônia ocorreriam com a elevação da temperatura de 2 a 3 graus Celsius, outras regiões da Terra, como a do Círculo Ártico, sofreriam o impacto maior com o aumento de 3 a 5 graus.

O estudo revela que secas na Amazônia, como a de 2005, ficarão mais frequentes. Se, no passado, a ocorrência era em período de vinte em vinte anos, no futuro esse intervalo poderá baixar para dois anos entre 2025 e 2050.

— A seca de 2005 gerou uma série de impactos, incluindo o aumento de incêndios florestais, interferência na navegação, reduções na produtividade agrícola, além dos impactos sobre a geração hidrelétrica (que fornece 85% da energia elétrica do Brasil).

Um outro levantamento divulgado ontem pela OMM revelou que as concentrações de gases-estufa alcançaram, em 2008, os maiores níveis desde 1750.

A concentração de CO₂ (responsável por 63,5% do efeito estufa) passou de 280 partes por milhão (ppm) para 385 ppm. O metano, culpado por 18,2% do bloqueio de radiação, passou de 700 partes por bilhão (ppb) para 1.797 ppb, uma alta de 157%. O óxido nitroso (N₂O) contribui com 6,2% do efeito estufa global — saltou 19% da era pré-industrial para cá. Eram 270 ppb. Agora são 321,8 ppb.

IPCC brasileiro vai melhorar combate ao aquecimento global - Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA- 24/11/2009

Durante a solenidade de posse dos titulares do Painel Brasileiro de Mudanças do Clima, hoje (24), no Ministério da Ciência e Tecnologia, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, destacou a importância do trabalho de sistematização dos conhecimentos, que já vem sendo feito desde o lançamento deste fórum em setembro deste ano. Segundo ele, os dados vão permitir ao país adotar políticas públicas de mitigação e adaptação ao aquecimento global com segurança muito maior.

Ele falou da expectativa de que o resultado do trabalho dos mais de 100 cientistas, de várias instituições que integram o grupo, seja utilizado para garantir que os recursos captados para a mitigação e adaptação às mudanças do clima, como os R\$800 milhões previstos para o Fundo Clima, sejam aplicados de forma correta, onde realmente haja necessidade.

O ministro citou o caso da Região Nordeste, onde as estimativas dão conta de que 1/3 da economia será afetado pelo aquecimento global, para ilustrar a necessidade de o país trabalhar com dados atualizados, que definam a vulnerabilidade em cada bioma. Segundo explicou, os estudos serão a base para os futuros projetos de enfrentamento das mudanças climáticas.

A versão brasileira do IPCC, além de pioneira, vai dar regionalidade aos dados, explicou Suzana Kahn, Secretária de Mudanças Climáticas do MMA, empossada no cargo de presidente do Comitê Científico do painel brasileiro. Carlos Nobre, do Instituto

Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que assume a presidência do fórum, ressaltou a necessidade do acúmulo de conhecimentos necessários à tomada de decisão sobre que ações implementar para reduzir as emissões. Segundo ele, "o Painel será um guia das políticas públicas".

Já a secretária Suzana, disse que, além da regionalização dos dados, o painel vai permitir que seja produzida uma base em literatura científica, da qual o Brasil é carente. O IPCC trabalha com dados gerais e sua versão nacional permitirá que se tenha uma visão dos problemas localizados em áreas específicas. Parte dos cientistas que atuarão no painel brasileiro, já atuam no IPCC da ONU, o que fará com que os relatórios e publicações produzidas possam servir também como base para o trabalho do painel das Nações Unidas.

Para ela, os formuladores de políticas públicas terão uma perspectiva atualizada de onde haverá os maiores impactos do aquecimento e saberão direcionar as ações para onde elas são mais importantes.

Inventário - A reunião serviu, ainda, para que os ministros do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, esclarecessem as dúvidas sobre o inventário brasileiro de emissões. Minc disse que não há divergências entre a estimativa do MMA e os dados com os quais o MCT trabalha. Segundo ele, os números têm a mesma origem. São dados da Empresa Brasileira de Energia, do Inpe e de várias fontes utilizadas pela equipe que irá apresentar, em meados de 2010, o novo relatório, que atualiza o de 1992. Rezende informou que o prazo para o Brasil apresentar seu levantamento vai até 2011 e que no segundo semestre do ano que vem ele será submetido a consulta pública pelo MCT. "Os dados até agora são preliminares como em qualquer relatório, como o PIB (Produto Interno Bruto), por exemplo", explicou Rezende.

Minc considera despropósito anistiar desmatadores ilegais - Melissa Silva - Sítio eletrônico do MMA - 24/11/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, considerou despropositadas as propostas de anistiar quem desmatou ilegalmente, de acabar com o fim do estatuto da reserva legal defendido pelos ruralistas e de regionalizar o Código Florestal, a exemplo do que aconteceu em Santa Catarina. Esses pontos de divergências entre ambientalistas e ruralistas, segundo o ministro, não constam na proposta que será anunciada nos próximos dias pelo presidente Lula. Minc adiantou que em breve o presidente anunciará o adiamento do prazo para averbação das APPs e reserva legal, que entra em vigor em 11 de dezembro.

Durante audiência pública nesta terça-feira (24/11) na Comissão sobre o Código Florestal Brasileiro da Câmara dos Deputados, Minc destacou que, desde o pacto com a agricultura familiar (Contag, Fetraf e MPA) feito em junho deste ano em Porto Alegre com 22 pontos de entendimento, as discussões sobre o tema avançaram muito para chegar a um termo com pontos consensuais que "não afrouxam as proteções das florestas, dos manguezais, encostas e biomas e, ao mesmo tempo, se viabiliza a legalização da sustentabilidade da agricultura brasileira".

Durante a audiência, o ministro destacou que, no grupo de trabalho (GT) designado pelo presidente Lula há três meses para debater esses pontos do pacto com a agricultura familiar - formado pela Casa Civil, ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA) e Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) -, a proposta de somar APP à reserva legal em propriedades de quatro módulos e/ou 150 hectares e simplificar os procedimentos para averbação da reserva legal foram alguns dos pontos de acordo no GT.

"Mesmo para o agricultor que queria se legalizar era uma complicação, pois nem todos tinham o esclarecimento do que seria averbar e ainda tinha o georreferenciamento e seu alto custo, ou seja, procedimentos burocráticos, caros e lentos, que acabavam por inviabilizar a legalização da reserva legal", afirmou.

Outra questão de consenso foi em relação à legalização das atividades já consolidadas em encostas, como frutíferas e lenhosas, pois, de acordo com Minc, não provocariam quebra do uso de Área de Preservação Permanente (APP) e evitariam as erosões e o assoreamento dos rios. O mesmo valeria para as áreas de várzeas, visando a produção de arroz e outras culturas.

Como resultado dos debates do GT ainda surgiu a criação do programa "Mais Ambiente" de apoio aos agricultores para que eles tenham informação e condições de cumprir a lei e viabilizar ambientalmente suas explorações com apoio tecnológico, financeiro, de procedimentos adequados e de educação ambiental.

Ainda há entendimento em relação à compensação da reserva legal fora da propriedade, do estado, do bioma e da microbacia, por meio de sistema de cotas, e também sobre o passivo ambiental gerado pela criação de unidades de conservação (UC) federais e estaduais, cujos proprietários devem ser indenizados.

"Ao comprar uma propriedade dentro de uma UC e doá-la, o proprietário resolve a legalização e o passivo com o governo. Nesse caso, utilizando uma expressão ecologicamente correta: se alimenta dois coelhos com uma cenoura só", disse o ministro.

Clima - Minc ainda lembrou que o protagonismo do Brasil com metas fortes na Convenção do Clima (COP-15), em Copenhague, na Dinamarca, será possível graças "à redução expressiva do desmatamento alcançado neste ano e, principalmente, à contribuição da agricultura comprometida com procedimentos que emitem menos, como o plantio direto evitando o uso de fertilizantes, a integração da lavoura com a pecuária e a recuperação de áreas degradadas", reconheceu.

Além disso, de acordo com um levantamento preliminar feito pelo MMA, Minc comentou que 18 projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) estão em curso no Brasil. Um investimento da ordem de U\$ 230 milhões ao ano (aproximadamente R\$ 400 milhões), sem contar com U\$ 1 bilhão do Fundo Amazônia.

"Essa estimativa ainda é muito insipiente, mas depois de Copenhague a expectativa é que esse valor seja multiplicado por dez, estimulando estados, municípios, fundações e organizações não governamentais a apresentarem projetos sólidos, consistentes de redução de emissões via recuperação de áreas degradadas, para manter a floresta em pé e reflorestar não só na Amazônia", afirmou Minc.

Aquecimento custará 1 ano de crescimento ao Brasil – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 25/11/2009

Em 2050, renda anual de brasileiro terá perda de R\$ 534 a R\$ 1.600, diz estudo

Relatório projeta impacto econômico da crise do clima no país pela primeira vez; desigualdades setoriais e regionais devem se agravar

RAFAEL
DA

REPORTAGEM

GARCIA
LOCAL

Em 2050, cada cidadão brasileiro perderá de R\$ 534 a R\$ 1.600 de sua renda anual por causa da mudança climática, indica um estudo feito por 11 instituições de pesquisa. A redução no PIB nacional será de 0,5% a 2,3%, o equivalente a perder um ano de crescimento.

O trabalho, divulgado ontem, mostra que Norte e Nordeste tendem a ser mais afetados pelo aquecimento global daqui a quatro décadas, e que o aumento das desigualdades sociais e regionais será o legado mais cruel da crise do clima no país. Coordenado pelos economistas Jacques Marcovitch, da USP, Sérgio Margulis, do Banco Mundial, e Carolina Dubeux, da Coppe/UFRJ, com financiamento do governo britânico, o estudo "Economia do Clima" põe o problema em perspectiva nacional pela primeira vez.

Ele é inspirado no Relatório Stern, o primeiro grande cálculo do impacto da mudança climática na economia global, feito em 2006. Para chegar aos valores finais, os pesquisadores aglutinaram estimativas de perdas econômicas como a da agropecuária, que sofrerá mais com secas, e das áreas costeiras, que sofrerão mais com ressacas e o aumento do nível do mar. O trabalho simula dois cenários de crescimento econômico para Brasil: um baseado em uma economia "limpa", que respeita o ambiente e emite menos CO₂, e outro em uma economia suja. O resultado mostra uma solução para o problema expresso há pouco pelo presidente Lula, de que a crise do clima se deve ao fato de que "o mundo é redondo".

"Se o Brasil fizer um esforço muito grande para reduzir a emissão dos gases do efeito-estufa, mas os outros países não fizerem nada, o clima vai mudar aqui de um jeito ou de outro", explica Dubeux. "Só a totalidade dos países pode mitigar a mudança do clima." Contudo, se o Brasil adotar uma economia mais limpa, sairá ganhando de um jeito ou de outro, pois o modelo ecologicamente correto também é economicamente mais robusto. "O recado é que existe espaço para crescer limpo e crescer firmemente", diz Margulis. A diferença entre os dois modelos é que o limpo prevê uma ação mais eficiente para conter o desmate, mais investimento em transporte público em detrimento do individual, adoção de uma matriz energética com menos termelétricas, adoção de processos industriais ambientalmente corretos, mais transporte ferroviário de carga contra caminhões e outras medidas. Foi estipulado também um investimento maior em educação. "É um jeito de simular que a população passa a ter uma maior consciência ambiental", explica o economista.

Na projeção feita pelos pesquisadores, o PIB do país em 2050 seria de R\$ 15,2 trilhões, no cenário sujo, contra R\$ 15,6 trilhões no cenário limpo. Essa diferença tende a se ampliar muito na segunda metade do século, mas fazer previsões para depois disso envolve muita incerteza, e os cientistas trataram de apenas alguns aspectos nesse

segundo

período.

Sofrimento

Um dos problemas mais claros é o estresse hídrico, que afeta tanto a agropecuária quanto a geração de eletricidade, principalmente no Nordeste. Nessa região, a bacia do rio Parnaíba, com importantes hidrelétricas, pode perder 90% da vazão até 2100. A capacidade de pastoreio do gado de corte na região pode cair em 25%. Segundo Margulis, a desigualdade entre regiões no impacto da mudança climática tende a ser agravada por uma desigualdade entre setores. Enquanto a agricultura deve sofrer muito, sobretudo no Centro-Oeste, o setor de serviços -bancos, principalmente- não perderia

quase

nada.

O novo estudo traça também um panorama das oportunidades em investimentos que ajudem o país a se adaptar à mudança do clima e a minimizar suas emissões de gases-estufa.

Neste segundo item, como esperado, o combate ao desmatamento ganha papel crucial. Segundo Margulis, se pecuaristas na Amazônia recebessem apenas US\$ 3 por tonelada de carbono que o desmatamento emite ao abrir pastos, derrubar árvores já não traria compensações para o agronegócio.

Queda no desmate poupa 300 milhões de toneladas de CO2 – Folha de São Paulo – Ciência – 25/11/2009

A redução do desmatamento na Amazônia no ano passado foi responsável por um corte de quase 300 milhões de toneladas no lançamento de gás carbônico na atmosfera, mostra estudo apresentado ontem na abertura dos trabalhos da versão "tropical" do IPCC, o painel do clima da ONU. O Painel Brasileiro de Mudanças do Clima organizará informações da produção científica do país sobre o corte das emissões de carbono e os efeitos do aquecimento global, disse Suzana Kahn, secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.

"O Brasil é responsável por 4% a 4,5% das emissões globais e a tendência é reduzir", destacou Carlos Nobre, presidente do conselho diretor do painel. O estudo apresentado ontem, na primeira reunião do painel brasileiro, detalhou as emissões de gás carbônico na floresta amazônica. A pesquisadora do Inpe Ana Paula Dutra de Aguiar estima em 800 milhões de toneladas de CO2 a emissão anual média por desmate entre 1998 e 2008.

Lula discute clima com os países da Amazônia - Raymundo Costa – Valor Econômico – Internacional - 25/11/2009

Os países da região amazônica e a França se reúnem amanhã, em Manaus, para tentar articular uma proposta conjunta a ser apresentada na conferência sobre mudanças

climáticas de dezembro, em Copenhague. A região, que tem interesse em mecanismos de preservação da floresta, deve insistir na importância de os países ricos aprovarem formas de ajuda financeira aos países em desenvolvimento.

O valor dessa ajuda, uma das grandes incógnitas da cúpula da Copenhague, ainda está em discussão e deve ser um dos temas da reunião na capital do Amazonas.

Até ontem, haviam confirmado presença os presidentes de Brasil, Venezuela, Guiana e Colômbia. O Peru deve mandar o vice-presidente; o Equador, o chanceler. A Bolívia, que está na reta final da campanha presidencial, ao que tudo indica enviará um ministro. A França entra no grupo por ser o único país de fora do continente a manter um departamento ultramarino na região amazônica, a Guiana Francesa.

A posição brasileira na cúpula de Manaus foi anunciada ontem pelo porta-voz da Presidência da República, Marcelo Baumbach. Para cumprir os objetivos a que se propõe (a redução de 36,1% a 38,9% das emissões, no período de uma década), o Brasil precisa da ajuda financeira dos países ricos.

Do ponto de vista brasileiro, o resultado de Copenhague "precisa incluir pacote financeiro e tecnológico substancial de apoio ao conjunto das ações dos países em desenvolvimento", disse Baumbach. Até agora, não se sabe se esse pacote sairá na cúpula de Copenhague ou se ficará para ser negociado e definido em 2010.

Segundo o porta-voz, "não está claro ainda se Brasil vai registrar esses números [a meta voluntária proposta pelo governo] em Copenhague, porque tudo depende das negociações e do conjunto de compromissos assumidos pelos outros países". Depende inclusive os compromissos financeiros.

A diplomacia brasileira considera fundamental que os países da região amazônica cheguem a Copenhague com uma proposta comum, de modo a fortalecer as reivindicações da região. "Nesse sentido, o presidente espera que o grupo dos países amazônicos e França possa apresentar mensagem ambiciosa sobre os temas de maior relevância para a região."

Emissão do Brasil sobe 62% em 15 anos – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 26/11/2009

Aumento entre 1990 e 2005 é mais de duas vezes maior que a média mundial, indicam dados do 2º inventário do país

Segundo estimativa oficial, emissões de gases-estufa em 2005 eram de 2,2 bilhões de toneladas; desmate faz do Brasil 5º maior poluidor

Puxadas pelo desmatamento da Amazônia e do Cerrado, as emissões de gases de efeito estufa no Brasil aumentaram 62% em 15 anos, entre 1990 e 2005, segundo o inventário oficial de emissões, cujos dados preliminares foram apresentados ontem pelo ministro Sergio Rezende (Ciência e Tecnologia). A previsão era de que o inventário só fosse sair em 2010. "O aumento é muito inferior ao da Índia e da China: nesses países as emissões mais do que dobraram", avaliou o ministro. Mas o percentual brasileiro é mais do que o dobro da média mundial de aumento do lançamento de gases responsáveis pelo aquecimento global, que foi de 28% no período.

Supera também, ainda que bem ligeiramente, a média do crescimento das emissões da parte não desenvolvida do planeta, de 61,3%. O país lançou carbono na atmosfera num ritmo mais acelerado do que o crescimento da economia. No mesmo período de 15 anos, o PIB brasileiro cresceu 47,4%. O aumento das emissões teria sido maior caso o Ministério de Ciência e Tecnologia não tivesse corrigido o volume de emissões registrado em 1990 e anunciado no primeiro inventário nacional, em 2004. "A correção foi significativa, de mais de 10%", contou Sergio Rezende.

Em 2005, de acordo com o novo inventário, os gases de efeito estufa lançados na atmosfera somaram pouco mais de 2,2 bilhões de toneladas. Tudo somado, o Brasil continua sendo o quinto maior poluidor do planeta, atrás de China (7,5 bilhões de toneladas), Estados Unidos (6 bilhões), União Europeia (4,6 bilhões) e Indonésia (2,3 bilhões). Esse número é maior do que a estimativa preliminar feita pelo Ministério do Meio Ambiente em mais de 200 milhões de toneladas de carbono. Supera também estimativa feita recentemente pelo grupo de Carlos Cerri, da USP de Piracicaba, diante do atraso na divulgação de dados oficiais. Segundo Tasso Azevedo, responsável pela elaboração da estimativa do Ministério do Meio Ambiente, a discrepância se deve ao fato de que o inventário divulgado ontem alterou para cima a quantidade de gás carbônico contida em cada hectare de floresta. O primeiro e único inventário brasileiro, referente a 1994, considerava apenas 98 toneladas por hectare em toda a Amazônia -um número conservador. "Já era esperado que quando se fizesse a conta mais precisa esse valor fosse mudar", afirmou Azevedo.

Florestas

O desmatamento responde, no inventário, por mais da metade da emissão de gases de efeito estufa no Brasil em 2005. Em 15 anos, o lançamento de carbono pelo uso do solo aumentou a participação do bolo total de 54,8% para 57,5%. O aumento entre 1990 e 2005 foi de 70%. Mas esses números ainda refletem o auge do ritmo de desmatamento da Amazônia, registrado em 2004. Depois do desmatamento, a queima de combustíveis fósseis na geração de energia, nos transportes e na indústria também registrou aumento no período alcançado pelo inventário, de 68%. Diferentemente das emissões causadas por desmatamento, a tendência na área de energia é registrar novos aumentos. A participação do setor energia aumentou de 15,8% para 16,4% em 15 anos. Ao divulgar o inventário, o Ministério de Ciência e Tecnologia ponderou que os diferentes gases de efeito estufa têm pesos diferentes no aquecimento global. Nota do ministério diz que as projeções de emissões convertidas ao equivalente em gás carbônico "propiciaria políticas de mitigação inadequadas" -embora esse tenha sido o parâmetro usado pelo governo nas metas anunciadas duas semanas atrás. O objetivo oficial é cortar entre 36,1% e 38,9% dos 2,7 bilhões de toneladas de gás carbônico que o país lançaria na atmosfera em 2020 caso não tomasse nenhuma medida de corte nas emissões. Em relação a 2005, esse corte estava sendo estimado em 15% pelo Ministério do Meio Ambiente, mas sobe para 25% com o dado do inventário -superando a meta anunciada pelo governo de São Paulo, de cortar 20% em relação aos níveis de 2005.

Política

nacional

A meta nacional de corte entre 36,1% e 38,9% aprovada ontem em votação no Senado

como parte da Política Nacional de Mudanças Climáticas. Vai agora à Câmara, a tempo de ser convertida em lei antes do encontro de Copenhague. Com apoio de representantes da indústria e do agronegócio, governo e oposição rejeitaram emenda da senadora Marina Silva (PV-AC), que propunha corte de pelo 20% das emissões até 2020, com base nos números do inventário divulgados ontem. Segundo Rezende, o documento completo ainda passará por nova checagem e por consulta pública antes de ser publicado oficialmente, até março.

Cúpula amazônica começa esvaziada hoje – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Ciência – 26/11/2009

Sem presidentes de Peru, Colômbia, Bolívia e Equador, região debate proteção à floresta e corte de CO₂ A expectativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva era obter o apoio maciço dos demais sete países amazônicos à proposta conjunta do Brasil e da França para a Conferência do Clima, marcada para dezembro, em Copenhague, mas a reunião que selaria esse apoio, hoje, em Manaus, já começa esvaziada de véspera. Além de Lula e do presidente da França, Nicolas Sarkozy (que representa a Guiana Francesa), só estão sendo esperados Hugo Chávez, da Venezuela, e Bharrat Jagdeo, da Guiana. É pouco para fechar algo como uma "carta de Manaus" tratando do item que mais interessa à região em Copenhague: o financiamento das florestas. Até a noite de ontem, havia informações desencontradas sobre a participação de Alvaro Uribe, da Colômbia, e estava confirmado que não viriam os presidentes do Peru, da Bolívia e do Equador. Até mesmo o do pequeno Suriname não se animou a comparecer. Serão representados ora pelo vice, ora pelo ministro de Meio Ambiente e, no caso de Evo Morales, da Bolívia, por um assessor de segundo escalão. Uribe teria enviado uma mensagem para Lula ontem, alegando "problemas numa perna" para não ir a Manaus. Na versão de funcionários do governo brasileiro, o presidente colombiano temia um confronto com Chávez, desviando a atenção da imprensa internacional do tema ambiental. Segundo o embaixador Luiz Figueiredo Machado, diretor do Departamento de Meio Ambiente do Itamaraty e principal negociador para Copenhague, o ideal seria que todos os países amazônicos endossassem pura e simplesmente a proposta conjunta Brasil-França.

Por esse documento, os dois cobram que os países industrializados definam "estratégias consistentes" para reduzir suas emissões de CO₂ em ao menos 80% em relação aos seus níveis de 1990, até 2050. Na avaliação brasileira, a proposta apresentada pelos EUA ontem significa retomar os níveis de 1990 até 2020. Isso prevê redução de 17% até 2020, 30% até 2025 e de 42% até 2030, em relação a 2005. Figueiredo disse que o que estava sendo negociado ontem se resumia à emissão de CO₂, a proteção às florestas e a relação entre os dois temas numa visão consensual que pudesse ser apresentada em conjunto. Segundo ele, Copenhague deve definir um fundo para o financiamento do clima, "com várias janelas, uma delas exclusiva para a proteção de florestas". O Brasil teria posição "flexível", pois, "admite fontes múltiplas, com ênfase em fundos públicos, mas não apenas".

Ou seja, a proposta do Brasil na reunião de hoje será uma forma mista, de fundos

públicos e de créditos de carbono. Mas até ontem não havia consenso entre os técnicos, nem vontade dos presidentes de mergulharem nessa discussão.

Obama vai a Copenhague e promete meta de CO₂ – Janaina Lage – Folha de São Paulo – ciência – 26/11/2009

EUA acena com compromisso de corte de 17% até 2020, em relação a 2005

Segundo assessora, decisão foi tomada após encontro com líderes de Índia e China; lei que viabiliza acordo ainda tramita no senado
A Casa Branca anunciou ontem que os EUA apresentarão em Copenhague uma proposta de redução das emissões de gases do efeito estufa de 17% em relação aos níveis registrados em 2005 até 2020. O presidente Barack Obama comparecerá ao encontro no dia 9 de dezembro, antes de seguir para Oslo, onde receberá o Nobel da Paz.

Até então, os EUA não haviam oferecido meta de redução, porque o assunto ainda não tem aprovação do Congresso. O percentual apresentado é igual ao da versão do projeto de lei de mudanças climáticas aprovado pela Câmara neste ano, mas é inferior ao que o país cortaria em carbono se tivesse seguido o Protocolo de Kyoto. O projeto de lei que se encontra no Senado prevê redução de 20%, mas é provável que receba emendas que o alterem.

A decisão de anunciar uma meta foi tomada após encontros recentes de Obama com líderes da China e Índia. "Obviamente nós esperamos que outras economias apresentem seus próprios ambiciosos planos de ação", afirmou ontem Carol Browner, conselheira sênior do presidente para energia e mudanças climáticas. A proposta americana prevê ainda cortes de 83% até 2050. Para chegar a esse patamar, estão previstas reduções de 30% até 2025 e de 42% até 2030, sempre em relação a 2005. Na prática, com o anúncio, os EUA dão novo impulso para cobrar a aprovação do projeto no Senado no começo de 2010 e minimizam parte das críticas quanto ao compromisso do governo Obama com o ambiente. Mesmo com o anúncio, não faltaram críticas em relação à data escolhida pelo presidente. O encontro em Copenhague será de 7 a 18 de dezembro. A maior parte das decisões em encontros assim costuma sair nos últimos dias de negociação. Antes, Obama havia afirmado que só compareceria se pudesse ajudar no fechamento de um resultado favorável.

Representantes da Casa Branca afirmaram ontem que funcionários do governo farão pronunciamentos durante a conferência para explicar as ações que os EUA estão tomando para lidar com o aquecimento. Ontem, Browner citou as medidas de estímulo de US\$ 80 bilhões para energia limpa e regras para promover fontes de energia, como a eólica.

"O encontro de Copenhague não é uma oportunidade para foto, é sobre parar com o caos climático. Obama precisa estar lá no mesmo momento que outros líderes, em 18 de dezembro. Este é o momento em que ele é necessário para um acordo. É a cidade certa na data errada. Parece que ele não está levando em consideração o assunto seriamente", afirmou Kyle Ash, conselheiro de política climática do Greenpeace.

Já o senador de Massachusetts, John Kerry, um dos responsáveis pelo projeto de lei no Senado, disse que a ação do presidente daria novo fôlego às negociações em Copenhague e ajudaria na tramitação da lei. O primeiro-ministro dinamarquês, Lars Rasmussen, se disse satisfeito com a decisão. "O forte compromisso de Obama com a questão da mudança climática é muito valioso." A União Europeia está pressionando por cortes mais agressivos. Sugere ao menos 20% de redução nas emissões em relação aos níveis de 1990.

China cobra ricos por compromisso em Copenhague – Folha de São Paulo – Ciência
– 26/11/2009

DA REPORTAGEM LOCAL

A China irá para a conferência do clima de Copenhague disposta a arrancar compromissos concretos de redução de emissões de gases-estufa dos países desenvolvidos, afirma a agência de notícias chinesa Xinhua. Li Gao, um dos principais negociadores do país na área de mudanças climáticas, afirmou que Pequim "não aceitará que Copenhague termine com uma declaração política vazia". Quando as negociações começaram dois anos atrás, a ideia era que um tratado completo, com força de lei, fosse forjado na capital dinamarquesa. Contudo, as declarações mais recentes dos negociadores dos EUA, historicamente o maior emissor de gases-estufa, bem como dos anfitriões do encontro, dão a entender que esse tratado só virá à tona de seis meses a um ano depois do evento em Copenhague. Li, funcionário da Comissão de Desenvolvimento Nacional e Reforma da China, diz que o país considerará a reunião de Copenhague um fracasso se não emergir dela um acordo, e que as negociações até agora são "seriamente inadequadas".

Nova Zelândia e Austrália
Às vésperas de Copenhague, a Nova Zelândia aprovou sua lei nacional a respeito da taxação sobre gases-estufa emitidos, e a Austrália está próxima de fazer o mesmo. Ambas as legislações estão sendo muito criticadas por ambientalistas, que as enxergam como uma forma de recompensar os grandes poluidores desses países. A lei da Nova Zelândia estipula que os emissores de carbono pagarão um preço fixo por unidade emitida, mas também ganharão, em troca, créditos de carbono que poderão ser comercializados para compensar o novo imposto. O esquema aprovado pelo país está sendo criticado porque a agropecuária, responsável por 50% das emissões neozelandesas, só entrará no sistema de créditos de carbono a partir de 2015. Já a Austrália, que deve adotar um sistema parecido, vai pagar US\$ 1,4 bilhão em compensações para sua indústria do carvão ao longo de cinco anos, enquanto o setor elétrico receberá US\$ 6,8 bilhões. O país é o maior exportador de carvão do mundo, e o combustível gera 85% da eletricidade australiana -motivo pelo qual o país foge de metas mais ambiciosas de emissões.

Com agências internacionais

Obama irá a Copenhague e assume meta – O Globo Capa – 26/11/2009

O presidente dos EUA, Barack Obama, participará da Conferência do Clima da ONU, em Copenhague.

Ele anunciou que se comprometerá com uma meta de corte de 17%. As emissões de CO2 no Brasil aumentaram 69%.

Sinal verde – Miriam Leitão – O Globo – economia – 26/11/2009

O aviso da Casa Branca de que os Estados Unidos anunciarão metas de redução de gases de efeito estufa é histórico. Já se esperava, vinha se

delineando nos últimos dias, e a Câmara já tinha aprovado os 17% de corte, mas pela primeira vez a maior economia do mundo assume metas. A ida

do presidente Barack Obama à reunião da Dinamarca é o fim do flerte com a ideia de adiar o acordo.

Isso significa que a reunião de Copenhague chegará a um novo acordo? Não necessariamente.

Significa, no entanto, que o fracasso fica mais caro para quem bloquear o avanço. Os Estados Unidos estão dez anos atrasados nesta conversa frente a

outros países como os europeus, que desde que ratificaram o Tratado de Kioto passaram a adotar políticas nacionais de redução das emissões. A

Europa tem metas de redução de 20% tendo 1990 como base.

Os Estados Unidos cortarão em relação a 2005. O Brasil tem como base um cenário para 2020.

É preciso ver as diferenças de números, já que cada grupo de países está cortando de uma base diferente. Se a proposta americana fosse em relação a

1990, pelos cálculos do professor José Goldemberg, da USP, significaria um corte de 7%. Mesmo assim, ele lembra que pelo menos é uma estimativa

concreta, diferente do que fez o governo brasileiro, que projetou cortes em relação a emissões futuras, que ainda ninguém sabe quais serão.

— O governo brasileiro prometeu cortar as emissões em relação a 2020. Mas ninguém sabe quanto emitiremos em 2020. Então, a proposta americana,

nesse sentido, é melhor que a brasileira porque mostra um número concreto — explicou.

O cientista Carlos Nobre, do Inpe, calcula que a proposta dos Estados Unidos significa um corte de apenas 3,5% do que o país emitia em 1990: — Em

termos práticos, os EUA em 2020 voltarão a emitir como em 1990. Então é uma proposta pouco ousada porque a recomendação era de corte de 20% a

40% dos países industrializados em relação a 1990. Mas há pouco que Obama possa fazer sem a aprovação de uma proposta melhor pelo Congresso.

O governo Bill Clinton assinou o protocolo de Kioto, mas na era Bush o acordo nunca foi ratificado e até a existência do problema foi negada. Sem o

maior emissor histórico, Kioto fez pouco.

Hoje, o balanço mostra que as emissões mundiais continuaram aumentando durante a vigência do acordo com data marcada para acabar em 2012.

Goldemberg diz que o anúncio americano significa uma mudança da água para o vinho no posicionamento do país em relação às mudanças climáticas:

— A presença de Obama em Copenhague vai forçar os líderes a emitirem um documento final, ou seja, teremos um comprometimento político. Isso ainda não é o ideal, mas é um avanço. O sucesso mesmo seria os países assinarem um documento formalizando a redução obrigatória das emissões.

Mas isso é praticamente impossível sem que o Congresso americano aprove a proposta do país de redução. Por enquanto, temos uma proposta do Executivo, mas sabemos que o Congresso dos EUA tem muito força.

Carlos Nobre também acha que a decisão é positiva mas não é favor nenhum: — O anúncio americano foi positivo, mas Obama não fez mais do que sua obrigação como líder. Ele exerceu a liderança que o mundo e o próprio EUA esperavam dele com sua eleição. De qualquer forma, sua presença em Copenhague garante que teremos um grande momento, que o mundo não vê há décadas, porque todos os principais líderes mundiais estarão presentes na reunião. Espero que Copenhague acabe com um acordo formal pela redução das emissões.

O Brasil acertou o passo com o futuro também na undécima hora e depois de uma grande briga interna, que deixou suas marcas nas contradições das políticas e na fragilidade dos números.

O impulso maior veio do calendário eleitoral e do eco do discurso da pré-candidata do Partido Verde. A senadora Marina Silva, que entende dos processos de avanço numa sociedade democrática, acredita a mudança do governo a toda a pressão que a sociedade tem feito através das ONGs, cientistas, empresários, setores do Congresso.

O governo parecia surdo a tudo isso até outro dia mesmo.

Ainda hoje, quando aprova o aumento da energia suja em nossa matriz energética e quando aceita fazer concessões à parte atrasada do ruralismo, mostra que não entendeu a natureza do século XXI. Mas pelo menos a biruta do governo já sabe a direção do vento.

O Ministério da Ciência e Tecnologia tem sido muito criticado, aqui mesmo nesta coluna, por não ter divulgado o inventário de emissões presentes do

Brasil. O ministro Sérgio Rezende foi convidado a prestar esclarecimentos na Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Ele me mandou um e-mail reclamando das críticas e me encaminhou os números divulgados esta semana sobre a evolução das emissões dos gases de efeito estufa até 2005. O último inventário era de 1994, os dados do ministério, apresentados como preliminares, trazem a evolução de 1990 a 2005.

Antes disso, o ministro Carlos Minc comandou um esforço para ter alguma estimativa, mas os dados, dizem todos os especialistas no tema, são ainda frágeis, por não haver inventário definitivo e por não se conhecerem as projeções feitas pelo governo.

Sarkozy propõe verba de rico para proteger floresta – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Ciência – 27/11/2009

Cúpula dos países amazônicos sobre o clima termina esvaziada em Manaus

Segundo Lula, EUA e China só começaram a se mexer para evitar fracasso em Copenhague depois que o Brasil apresentou metas. Após uma reunião que deveria ter nove presidentes, mas só teve três, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, defendeu que 20% da verba dos países ricos para combater o aquecimento global nos países pobres seja aplicada diretamente na proteção das florestas. No documento oficial do encontro, a "Declaração de Manaus", os países destacam que "a floresta amazônica é particularmente vulnerável aos efeitos das mudanças do clima". Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, essa declaração "vai balizar a posição da América do Sul em Copenhague, sem que nenhum dos países abra mão de sua soberania".

Foi uma ressalva interessante, já que as justificativas para a ausência de tantos presidentes foi considerada frágil, deixando a impressão de uma resistência à liderança de Sarkozy e Lula na conferência do clima, como se houvesse divergências entre eles e suspeitas de avanços sobre a soberania de alguns. Para tentar dissolver a impressão, o terceiro presidente que compareceu, Bharrat Jagdeo, da Guiana, fez rasgados elogios a Lula e agradeceu a sua liderança no processo. Aplaudido, Jagdeo fez um discurso contundente em defesa de que os países ricos financiem a proteção ambiental nos pobres. "E tem de ser já, não amanhã, não no ano que vem, não em 2020", disse ele, acrescentando que cem países já sofrem as consequências do aquecimento "e eles não podem esperar". Lula também se disse satisfeito com a reversão de expectativa diante da conferência do mês que vem e tentou valorizar o papel do Brasil para o fim da sensação de que Copenhague caminhava para o fracasso. Segundo ele, foi depois do acordo Brasil-França, e depois que o Brasil apresentou uma proposta concreta de redução de CO2 que os demais países começaram a se mexer. "Uma semana atrás, como vocês estão lembrados, os EUA não tinham um número e a China não tinha um número. Hoje, o presidente Obama já tem um número. Não é o que eu queria, mas é um número, e a China também tem um número", disse Lula. Mais cedo, durante a inauguração do gasoduto Urucu-Manaus, Lula dissera que os "gringos" vão pagar a conta da preservação da Amazônia e que o Brasil tem o que mostrar no encontro de Copenhague. "Nós queremos mostrar para os nossos amigos americanos, para os nossos amigos europeus, que aqui no Brasil a gente fala menos e faz mais. A gente não é como aqueles que falam: "Eu mato a cobra e mostro o pau". Ora, quem mata a cobra e mostra o pau não mostrou a cobra morta. Aqui, a gente mata a cobra e mostra a bichinha morta, a gente não mostra indiferença", declarou Lula. Na sua opinião, "Copenhague vai ser um momento histórico". Mas, ontem, era a visível a frustração com a ausência dos presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, da Colômbia, Álvaro Uribe, do Peru, Alan García, da Bolívia, Evo Morales, do Equador, Rafael Correa, e do Suriname, Ronald Venetiaan. A "Declaração de Manaus", portanto, é um documento de ministros e assessores, mas o chanceler Celso Amorim não vê nada demais: "Eles têm poder plenipotenciário".

Colaborou **KÁTIA BRASIL**, da Agência Folha em Manaus

Maior poluidor atual diz que cortará de 40% a 45% de CO₂ por unidade de PIB

Anúncio foi feito um dia depois de Barack Obama declarar meta dos EUA; premiê Wen Jiabao irá à cúpula do clima da ONU

A China anunciou ontem que reduzirá entre 40% e 45% de suas emissões de dióxido de carbono por unidade do PIB até 2020, comparado com as emissões em 2005. Isso significa que o país "apenas" dobrará suas emissões no período, em vez de triplicá-las.

O governo também divulgou que o primeiro-ministro, Wen Jiabao, irá à Conferência de Copenhague no mês que vem. A China superou os EUA no último ano como maior emissor.

Negociadores europeus e americanos pressionavam a China para cortar pelo menos 50%. Mas, pelo lado chinês, o argumento é que o país faz muito mais do que os países desenvolvidos quando estavam em um estágio de desenvolvimento similar ao da China. A renda per capita chinesa, de US\$ 3.500, é inferior a 10% da renda per capita de países como EUA, Japão e França. As emissões chinesas per capita são de 5,7 toneladas de CO₂, contra 19 dos EUA.

"Esta é uma atitude voluntária do governo chinês, baseada em suas próprias condições, e é uma contribuição maior ao esforço global de conter a mudança climática", disse, em comunicado, o Conselho de Estado, o gabinete chinês.

A decisão da ida de Jiabao a Copenhague acontece um dia depois do anúncio de que o presidente dos EUA, Barack Obama, irá à cúpula e apresentará uma meta de 17% de corte de emissões em relação a 2005. China e EUA respondem juntos por 40% das emissões mundiais, e até agora não haviam se comprometido com metas de corte. Sem os dois países, qualquer acordo do clima está fadado ao fracasso.

"O compromisso dos EUA com metas de corte de emissões e o da China com ação específica em eficiência energética podem destravar duas das últimas portas para um acordo amplo", elogiou ontem Yvo de Boer, secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU.

O porta-voz da Chancelaria chinesa, Qin Gang, disse ontem que "a presença de Wen em Copenhague mostra a importância que o governo dá a esse assunto e mostra a vontade do governo em cooperar com a comunidade internacional".

O premiê Wen, que é geólogo de formação, dirige o grupo que estuda mudança climática no gabinete chinês. Segundo nome na hierarquia do regime comunista, Wen é para muitos o político mais popular da China.

"Gostaríamos que o presidente Hu Jintao estivesse lá porque ele tem mais poder de decisão", afirmou Yang Ailun, do Greenpeace em Pequim.

A meta chinesa implica a adoção de mais energias renováveis, a substituição de velhas usinas e até taxas sobre o carbono. Setenta e cinco por cento da energia na China ainda provém da queima de carvão.

O comunicado do gabinete chinês também diz que, até 2020, o país investirá em energias renováveis para assegurar que pelo menos 15% de consumo energético chinês seja de energias não-fósseis.

China também tem meta – O Globo – Ciencia – 27/11/2009

Pequim anuncia compromisso voluntário para reduzir emissões e envio do primeiro-ministro à cúpula de Copenhague País que mais emite CO₂ no mundo, a China anunciou ontem que também tem um compromisso climático.

Um dia após os Estados Unidos apresentarem suas metas, Pequim prometeu uma redução em 2020 de 40% a 45% na “intensidade de carbono da economia” em relação às emissões de 2005. Como o Brasil, a China não apresentou metas propriamente ditas, mas sim um compromisso de diminuição do lançamento futuro de CO₂.

Pressionados pelos comunidade internacional após dizerem que não haveria acordo na conferência do clima de Copenhague, China e EUA acabaram por ceder, apresentaram planos e confirmaram a presença de seus governantes.

O presidente Barack Obama vai à Dinamarca.

E, ontem, Pequim anunciou que o primeiro-ministro Wen Jiabao também estará lá em dezembro.

Investimento em energia limpa

Pelo acordado na conferência do clima de Bali, em 2007, os países em desenvolvimento não precisam de fato ter metas de redução do mesmo tipo que as de países desenvolvidos.

E a proposta chinesa segue essa linha. Os percentuais aparentemente ambiciosos de redução de carbono se referem a cortar o CO₂ que é emitido por yuan (moeda chinesa) de atividade econômica.

Porém, como as previsões de especialistas indicam que a economia chinesa já ia se tornar menos dependente de CO₂ na próxima década, o compromisso chinês, na verdade, somente contabilizará uma redução de entre zero e 12% das emissões em 2020 (dependendo de que cenário de crescimento econômico se use para fazer a conta).

E significará que a China estará em 2020 emitindo 40% mais CO₂ do que hoje. Sem as reduções anunciadas hoje, porém, esse percentual seria muito maior.

Aproximadamente 90% da matriz energética chinesa é baseada em usinas a carvão, as que mais emitem CO₂. Por isso, para a China reduzir carbono significa promover mudanças profundas na economia.

A proposta americana não é muito melhor do que a de Pequim. Cortar 17% das emissões em 2020 aos níveis de 2005 significa na verdade uma redução de 4% se comparado com o ano base de 1990.

Ainda assim, a decisão da China foi saudada por governos e ambientalistas porque é fundamental ter a China em qualquer acordo sobre o clima. As emissões chinesas dobraram em uma década. Em 2008 chegaram a seis bilhões de toneladas de CO₂.

O secretário-geral da Convenção de Mudanças Climáticas da ONU, Yvo de Boer, disse agora estar esperançoso de um acordo real em Copenhague. De Boer destacou ainda que a China tem investido mais que qualquer outro país em eficiência energética e energias limpas. Para De Boer, o caminho está aberto para um pacto global.

Agora, a Índia é o único grande país em desenvolvimento que não tem planos ou metas para combater as mudanças climáticas. Brasil e Indonésia já apresentaram metas de redução para 2020.

Mas, ontem, Pequim também deixou claro que espera uma contrapartida significativa dos países ricos, historicamente os maiores emissores de gases do efeito estufa.

O principal negociador de clima da China, Xie Zhenhua, disse que os países ricos têm falhado em cumprir suas promessas e demonstrado pouco comprometimento. E sem isso a China considera ser impossível pensar em acordo global contra as mudanças

climáticas

China anuncia meta para suas emissões - Geoff Dyer e Fiona Harvey – Valor Econômico – Opinião - 27/11/2009

A China anunciou ontem que pretende conter suas emissões de gases que provocam o efeito estufa em 40% a 45%, por unidade de produção econômica, até 2020, requisito básico para viabilizar um acordo mundial para enfrentar as mudanças climáticas em dezembro na conferência de Copenhague.

Pequim também disse que Wen Jiabao, o primeiro-ministro, deverá participar das conversações na Dinamarca. Analistas disseram que as decisões evidenciam a seriedade com que Pequim está encarando o debate sobre as mudanças climáticas.

A meta para a intensidade de emissões de carbono implica reduzir a quantidade de carbono emitido por unidade de Produto Interno Bruto (PIB), e não é sinônimo de redução nas emissões. Na realidade, às atuais taxas de crescimento, a economia chinesa dobrará de tamanho até 2020 e suas emissões serão consideravelmente maiores, mesmo se cumprir a nova meta.

O anúncio seguiu-se à promessa dos EUA, divulgada na quarta-feira, de cortar suas emissões em 17% até 2020, sujeita à aprovação pelo Congresso americano.

Yvo de Boer, principal autoridade da ONU para mudanças climáticas, que presidirá as conversações em Copenhague, disse: "O compromisso americano em relação a metas específicas de cortes nas emissões no médio prazo e o compromisso chinês quanto a ações específicas no terreno de eficiência energética podem destravar as duas últimas portas [de acesso a] um acordo abrangente."

Mas ele disse que permanecem pendentes de solução algumas questões críticas, especialmente a que envolve os países desenvolvidos darem ajuda financeira ao mundo em desenvolvimento para permitir que este corte emissões e enfrente os efeitos do aquecimento mundial.

Uma alta autoridade americana disse ao "Financial Times" que os EUA não têm planos iminentes de discutir um compromisso sobre ajuda financeira.

A China ainda não estabeleceu uma data que sirva de alvo para um pico em suas emissões de carbono, embora haja especulações de que os negociadores chineses anunciarão tal compromisso em Copenhague.

O compromisso de reduzir a intensidade de geração de gases estufa é a mais recente evidência de que Pequim está implementando políticas vigorosas, mas algumas instituições estão pressionando Pequim a ir além. "Em vista da urgência e da magnitude da crise das mudanças climáticas, a China precisa adotar medidas mais vigorosas", disse Ailun Yang, do Greenpeace China.

Um diplomata europeu em Pequim assinalou que a nova meta sugere que a China deverá conseguir menores avanços em eficiência energética no curso da próxima década do que estava até agora impondo à sua indústria. "Eles já tomaram muitas das medidas mais fáceis."

O fracasso da cúpula de Manaus – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 28/11/2009

Seis chefes de governo sul-americanos, cada qual agindo por conta própria, deram um choque de realidade no presidente Lula, ao se ausentarem da cúpula dos países amazônicos sobre mudança climática, concluída sexta-feira em Manaus, para a qual ele os convidara pessoalmente. A reunião deveria definir uma posição comum do grupo de oito membros, além da Guiana Francesa, departamento de Ultramar do país europeu, para a próxima conferência mundial sobre o clima em Copenhague. Só o francês Nicolas Sarkozy e o presidente da Guiana (exinglesa), Bharrat Jagdeo, atenderam ao convite.

Até o presidente do Suriname, Ronald Venetiaan, alegou problemas de agenda para ficarem casa. O mesmo fez o peruano Alan García. O colombiano Álvaro Uribe avisou que não poderia ir porque caiu do cavalo. O boliviano Evo Morales alegou que estava absorvido com questões políticas locais. O equatoriano Rafael Correa tinha viajado para a Bélgica.

Nem sequer o venezuelano Hugo Chávez, que não perde uma, deu o ar de sua espaçosa graça. De última hora, avisou que teria de ficar em Caracas para se despedir do iraniano Mahmoud Ahmadinejad e receber o palestino Mahmoud Abbas. Esvaziado, o encontro terminou sem a costumeira foto oficial dos participantes.

Afinal, não ficaria bem para Lula e Sarkozy posar ao lado de uma penca de ilustres desconhecidos – os ministros que representavam os ausentes. A presença de Sarkozy não enganou ninguém. Quando Lula lhe perguntou quando poderia vir, respondeu que qualquer dia era bom. Pudera: ele está para vender ao Brasil 36 caças Rafale – um negócio de R\$ 10 bilhões. Em setembro, antecipando-se à avaliação técnica da FAB (empresas americanas e suecas também fizeram as suas ofertas), Lula disse que preferia os jatos franceses.

Se amanhã ele o chamar para uma conversa na Papuásia, Sarkozy irá correndo.

O presidente ainda tentou tapar o sol com peneira, ao dizer que “o documento que assinamos hoje (a Declaração de Manaus, que cobra dos ricos a fatura da preservação das florestas) tem a mesma validade que teria se estivessem presentes todos os presidentes”, porque os seus ministros tinham plenos poderes para esse fim. Conversa. Ele conhece perfeitamente a importância dos símbolos na política e na diplomacia – nesse plano, nove líderes dando-se as mãos é muito diferente da patética cena em que um contrafeito Lula aparece segurando Sarkozy e o guianês Jagdeo. No seu discurso, o brasileiro achou que era o caso de fazer um afago nos faltosos. O documento, assinalou, “vai balizar o comportamento da América do Sul em Copenhague, sem que nenhum dos países abra mão de sua soberania”. E ainda arrematou: “A soberania dos Estados é intocável.” Não é bem assim, como se sabe. Quando se comprometem com um tratado internacional, as nações autolimitam a própria soberania.

No caso de Copenhague, os vizinhos em que Lula pensava não queriam ser tangidos pelo Brasil – ou, menos ainda, ser caudatários da parceria franco-brasileira na matéria.

Uma fonte do próprio governo brasileiro reconheceu que é nulo na região o interesse pelo tema das mudanças climáticas. Julgue-se como se queira essa atitude, mas ela é um exemplo dos inumeráveis obstáculos às pretensões de liderança do presidente Lula – dos quais parece não se dar conta. Decerto ele imagina que a nova imagem do Brasil no mundo, combinada com o seu inquestionável carisma, lhe confere uma voz de comando cujo alcance só depende da sua insistência em usá-la. Lula confunde as coisas, porém. Ele é paparicado pelos interlocutores estrangeiros, ou quando eles têm a ganhar

com isso (caso de Sarkozy) ou quando isso não lhes custa nada (caso de Ahmadinejad). Mas as demonstrações gratuitas de prestígio cessam quando a realidade dos interesses nacionais cobra o seu preço.

Desatento à diferença, Lula ficou se gabando em Manaus do papel do Brasil, ou seja, dele, em dissipar o ar de pessimismo em torno de Copenhague. Só depois de o País anunciar a sua meta de redução das emissões de carbono, tudo teria mudado. “Hoje o presidente Obama já tem um número. Não é o que eu queria, mas é um número, e a China também tem um”, comemorou.

Ele ainda comparou a negociação do clima com a construção da Muralha da China: “Alguém teve de colocar a primeira pedra.” Mas nem Hugo Chávez, com quem vive aos afagos, estava lá para aplaudir o elogio em boca própria.

China só se compromete com metas bancadas pelos ricos – Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2009

DA REUTERS

Apenas os cortes de emissões da China que tiverem apoio financeiro internacional estarão abertos a verificação externa, disse ontem o embaixador chinês para a mudança climática. Yu Qingtai afirmou ainda que a maioria dos planos de corte de emissões provavelmente não entrarão na categoria de "mensurável, reportável e verificável" (MRV). "As ações serão mensuráveis, reportáveis e verificáveis se o suporte internacional for mensurável, reportável e verificável", disse. "Você não pode aplicar o mesmo tipo de padrão para as ações que nós tomarmos por nós, com nossos recursos, e para as que tomarmos com suporte internacional." A China anunciou na quinta-feira que iria cortar entre 40% e 45% das suas emissões por unidade de PIB, em comparação com 2005. Isto deu força à esperança de que um novo acordo climático saia em dezembro no encontro da ONU em Copenhague. O país, entretanto, enfatizou que a sua meta é voluntária, criando a possibilidade de que os outros países questionem como essas reduções de CO2 serão checadas. Ele insiste que países em desenvolvimento não deveriam, qualquer que seja o acordo final, ter que fazer cortes obrigatórios de emissões.

Pará repõe floresta nativa com eucalipto – João Carlos Machado, Roberto Madureira e Gustavo Hennemann – Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2009

Programa lançado em maio para plantar 1 bilhão de árvores amazônicas terá espécie natural da Austrália em 65% da área

Demanda da indústria por eucalipto, que cresce mais rápido que árvores locais, foi uma das responsáveis pela alteração no programa

O governo do Pará, Estado líder em desmatamento, mudou as diretrizes de seu programa de recomposição de áreas destruídas na Amazônia e passou a contabilizar espécies exóticas, como eucalipto, para aumentar os números e se aproximar da meta de 1 bilhão de árvores. Quando lançou o programa "1 Bilhão de Árvores para a Amazônia", em maio deste ano, o governo previu somente o plantio de espécies nativas. Mas 65% do reflorestamento deverá ser feito com eucalipto -planta original da Austrália-, segundo a Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente). A **Folha** apurou que, se fosse mantida a condição inicial, a lentidão e o desinteresse dos produtores em se cadastrar atrasariam o cumprimento da meta até 2012, prazo estipulado pela governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT). A preferência pelo eucalipto decorre do menor tempo de maturação -em torno de seis anos- em relação a espécies nativas brasileiras. A produtividade da espécie também é maior do que as outras por ter sido melhorada geneticamente no país. O programa do Pará oferece financiamento e auxílio técnico a empresas e produtores que apresentarem projetos de reflorestamento, e também promete menos burocracia na futura concessão de licenças ambientais de exploração. Os incentivos visam motivar produtores a fazerem o CAR (Cadastro Ambiental Rural). Os dados cadastrais permitirão ao Estado controlar o cumprimento da lei que prevê reserva legal de 80% das terras produtivas da região amazônica para manutenção de mata nativa. A abertura para a inclusão de árvores exóticas na conta se deu em agosto. Com isso, o governo diz já ter autorizado o plantio de 222 milhões de árvores, quase um quarto da meta. Na conta entram projetos de empresas como a Vale, que pretende arrendar propriedades para plantar eucalipto. Para especialistas, espécies exóticas têm desvantagens. Além de não reconstruir a biodiversidade amazônica, tendem a gerar concentração de terras (o que aumenta a disputa e a violência fundiária) e, para alguns, prejudicam o solo. "Se o foco é mesmo o reflorestamento, o eucalipto está longe de ser o ideal, principalmente por não reproduzir a biodiversidade", diz o pesquisador Paulo Barreto, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). Segundo Barreto, o programa "1 Bilhão de Árvores para a Amazônia" foi lançado precocemente para aproveitar uma visita do presidente Lula a Belém e isso acabou exigindo alterações posteriores. Para o engenheiro florestal Nilton José Sousa, o eucalipto não tem características de regeneração, mas também não há provas de que seja mais nocivo que qualquer outra monocultura. "Por ser mais viável economicamente, pode ser uma saída para áreas degradadas, já que teria impacto social positivo", afirma.

Plantio segue lei federal, diz governo – Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2009

DA AGÊNCIA FOLHA

A Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente) diz que o Pará tem "grande necessidade de plantio de florestas energéticas", como as de eucalipto, e que o programa "1 Bilhão de Árvores para a Amazônia" segue o Código Florestal brasileiro. A legislação permite o plantio de "espécies exóticas como pioneiras", de forma temporária, "visando a restauração do ecossistema original". Contudo, depois da primeira extração, a recomposição da floresta deverá ser, obrigatoriamente, com nativas. A predominância do eucalipto corre, segundo a Sema, devido à demanda da indústria siderúrgica e de celulose. A futura extração do eucalipto será uma alternativa ao carvão vegetal que era produzido a partir da exploração ilegal da floresta até 2007. Secretário do Meio Ambiente na data do lançamento do programa de reflorestamento, Valmir Ortega afirma que a contabilização de árvores exóticas foge do ideal, mas que ainda assim pode ser positiva. "O projeto não é só de reflorestamento. É uma estratégia para recompor a reserva legal com ganho social", afirma. **(GH e RM)**

Clima alentador – Folha de São Paulo – Ciência – 29/09/2009

China e EUA anunciam metas para combater o aquecimento global e revivem expectativa de acordo em Copenhague

COPENHAGUE, afinal, pode sair menos ruim que a encomenda. Quando já se contava com um fiasco da conferência sobre mudança do clima, que começa daqui a uma semana na capital dinamarquesa, surgem sinais animadores de que um acordo razoável possa ser obtido. Limitado, mas melhor que acordo nenhum. Já se sabe que não será aprovado um tratado forte, com compromissos legais dos países para redução de gases do efeito estufa. Essa era a expectativa anterior: algo mais ambicioso que o Protocolo de Kyoto (1997), fracassado, que determinava corte médio de 5,2% nas emissões só das nações desenvolvidas. O compromisso obtido em Copenhague será apenas "politicamente vinculante". O novo acordo precisa ir muito além de Kyoto, se a meta for impedir que o aumento da temperatura média da atmosfera ultrapasse 2C de aquecimento neste século, como recomenda a maioria dos climatologistas. Isso exige dos países desenvolvidos chegar a 2020 emitindo 25% a 40% menos poluentes que em 1990, ano-base de Kyoto. Os países menos desenvolvidos, por seu turno, precisam desacelerar a trajetória crescente de suas emissões. Estima-se que seja necessário um corte de 15% a 30%, aplicados no caso sobre os níveis que estariam emitindo em 2020, mantido o ritmo atual. A ideia é que a redução não prejudique seu esforço de desenvolvimento e redução da pobreza. Os sinais alentadores surgidos na semana partiram dos EUA e da China. Juntos, respondem por 40% das emissões mundiais. O presidente Barack Obama anunciou que vai a Copenhague e que se compromete com um corte de 17% até 2020, mas sobre os níveis de 2005. Isso corresponde a uma redução de meros 3% a 6% sobre 1990 -praticamente a meta que os EUA deveriam alcançar em 2012, se tivessem ratificado Kyoto. É quase nada se comparados aos 20% a 30% sobre 1990 oferecidos pela União Europeia. A China também lançou números na mesa. O premiê Wen Jiabao apresentou o objetivo

do país seguindo uma terceira métrica: até 2020, reduzir de 40% a 45% a intensidade carbônica da economia, ou seja, a quantidade de gases do efeito estufa emitida por unidade do PIB, com base em 2005. Na prática, isso significa que, apesar da desaceleração, a China de 2020 estará emitindo mais em números absolutos. Melhor figura faz o Brasil, cujo compromisso anunciado há duas semanas -desvio de 36% a 39% para menos na trajetória de crescimento das emissões- implica redução efetiva em relação ao presente. Com a divulgação do novo inventário de gases do efeito estufa, tal meta brasileira agora se traduz como um corte absoluto de 25% sobre 2005. Esse cipoal de números, anos-base e critérios torna complexa a discussão em Copenhague, mas não a inviabiliza. O fato de as cifras virem à tona antes da conferência é um outro sinal alentador. Elas criam um piso de negociação, sobre o qual deverão ocorrer novas concessões, aproximando os cortes daquilo que a ciência sugere ser preciso para afastar o risco de uma mudança ameaçadora do clima do planeta.

Climagate – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 29/09/2009

A uma semana da conferência sobre mudança do clima em Copenhague, os "céticos" do aquecimento global marcaram um tento. Conseguiram meter uma cunha na credibilidade dos que defendem que ele é uma realidade e que a ação do homem ("antropogênica") é decisiva para agravar o efeito estufa. O caso já ganhou apelido: "climagate". Hackers não identificados puseram na rede cerca de mil mensagens de e-mail e uns 3.000 documentos surrupiados de um servidor da Unidade de Pesquisa do Clima (CRU, em inglês) da Universidade de East Anglia, Reino Unido. Alguns deles realmente são, ou soam, comprometedores. Os documentos que vieram à tona, até agora, não parecem comprovar nenhuma conspiração para passar por verdadeiros dados falsos sobre o aquecimento global antropogênico. Mas mostram que alguns adversários dos céticos não são santos. A suspeita inicial mais grave era de manipulação de dados. Concentrava-se numa frase de Phil Jones, do CRU: "Acabei de finalizar o truque de Mike [Michael Mann] na [revista] "Nature" de acrescentar as temperaturas reais a cada série para os últimos 20 anos (isto é, de 1981 em diante) e desde 1961 para as de Keith [Briffa] a fim de esconder o declínio". Que soa como manipulação de dados, soa. Mas as explicações sobre o contexto da frase também soam plausíveis. O blog de climatologistas pró-aquecimento RealClimate diz que se trata de compatibilizar dados de diferentes fontes (geleiras, densidade de anéis de crescimento de árvores, medidas reais etc.). As estimativas de temperatura obtidas indiretamente por Briffa a partir das árvores divergem do registro de temperaturas reais medidas nas décadas recentes, e por isso o próprio autor recomenda que não sejam usadas. O "truque" seria só um ajuste, alegam seus defensores no RealClimate, embora sua composição com o verbo "esconder" seja para lá de suspeita. É preciso ser ingênuo, ou ignorante de como a pesquisa científica de fato funciona, para enxergar aí um pecado mortal. Em todas as áreas de investigação pesquisadores escolhem e apresentam os dados mais favoráveis para sua tese. Criminoso seria só se escondessem medidas e informações capazes de contradizer sua conclusão (e os dados

de Briffa foram publicados). Outras mensagens indicam que os adversários dos céticos se organizavam para fechar-lhes as portas dos periódicos científicos, ao mesmo tempo em que acusavam o inimigo de não conseguir publicar artigos nas revistas reconhecidas. Feio, não é? Ninguém consegue enganar todo mundo o tempo todo, porém. Bons estudos sempre acabam editados, mesmo que contrários ao paradigma dominante. Em especial se vierem lastreados em medidas e explicações sólidas. E está aí a internet para não deixar ninguém órfão.

De todo modo, é bom seguir o conselho da economista Megan McArdle em seu blog no sítio da revista "The Atlantic": tomar com um grão a mais de sal, de ora em diante, o argumento "ausência de publicações". Bem mais grave é outra suposta mensagem de Jones pedindo a Mann que apagasse e-mails objeto de um pedido formal de divulgação dos céticos, por meio da legislação britânica de acesso a informação. Não está claro ainda se as mensagens foram de fato deletadas, o que seria crime. O simples fato de alguém se sentir à vontade para fazer um pedido desses por escrito sugere que os envolvidos de fato têm algo a esconder. Como, de resto, todos aqueles que acreditamos em sigilo de correspondência.

MARCELO LEITE é autor de "Darwin" (série Folha Explica, Publifolha, 2009) e "Ciência - Use com Cuidado" (Editora da Unicamp, 2008). Blog: Ciência em Dia (cienciaemdia.folha.blog.uol.com.br). E-mail: cienciaemdia.folha@uol.com.br

Justiça ignora Lula e pune desmatadores – Marta Salomon – Folha de São Paulo –
Ciência – 30/11/2009

STJ muda julgamentos e obriga proprietários rurais a recomporem reserva legal, enquanto presidente posterga punição

Tribunal avalia que dono deve repor floresta, mesmo tendo comprado a área já devastada; ruralista tentará anistia a derrubadas ilegais

Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva adia mais uma vez o prazo para punir produtores rurais que desmataram mais do que o permitido por lei, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) vem mandando recuperar a área entre 20% e 80% de vegetação nativa das propriedades, de acordo com o percentual em vigor na época do registro da reserva legal.

A recente mudança nos julgamentos do STJ acirra os ânimos da bancada ruralista no Congresso, que fará nova investida nesta semana contra o Código Florestal, para anistiar desmatamentos irregulares ocorridos até 2001 ou 2006. O debate diz respeito à principal parcela da redução das emissões de gases de efeito estufa definida pelo governo às vésperas na conferência de Copenhague, que começa na próxima segunda-feira.

A redução do desmatamento responde, sozinha, por um quarto do corte das emissões responsáveis pelo aquecimento global daqui até 2020, prazo que o Brasil se deu para cumprir a meta de corte de carbono. De acordo com o mais recente inventário oficial de emissões, o uso do solo foi responsável por quase 60% dos gases lançados na atmosfera

em 2005. "A anistia aos desmatadores é o primeiro dos três grandes pesadelos da meta", avalia Carlos Minc (Meio Ambiente). O ministro aguarda até o dia 11 uma definição do presidente Lula sobre o prazo do novo adiamento do decreto que pune crimes ambientais, como a falta da chamada "averbação" da reserva legal, termo jurídico para o registro em cartório da área de vegetação nativa. Pesquisa feita pela **Folha** nas decisões do STJ mostra que, até dez anos atrás, o tribunal não obrigava proprietários rurais a recompor a área de reserva legal. Mas o entendimento mudou, mesmo nos casos de compra de terra já desmatada anteriormente. Em 2007, por exemplo, o STJ mandou uma indústria de açúcar do município de Jaboticabal (SP) recompor a vegetação nativa de 20% da propriedade. A Companhia Açucareira São Geraldo alegou ter comprado as terras nos anos 1980 já desmatada. A ação falava até em ataque ao direito de propriedade. Mas o tribunal decidiu que a obrigação de recompor a vegetação cabe ao proprietário das terras, independentemente de o desmatamento ter ocorrido ou não antes da compra do imóvel. "São raros os produtores que averbam a reserva legal, talvez até por uma questão de ignorância", disse o advogado da empresa proprietária da terra, Johannes Wiegerinck. O ministro relator deste caso no STJ, Herman Benjamin, também é autor de outro voto mais recente, que impediu um proprietário rural de Porto Velho (RO) de se beneficiar do percentual maior de desmatamento na Amazônia, que vigorou até 1996. Nesse ano, após uma explosão da derrubada na região, uma medida provisória baixada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso aumentou de 50% para 80% a reserva legal no bioma. Essa MP foi reeditada várias vezes até 2001 e corresponde à versão em vigor do Código Florestal (a lei original é de 1965). "Tive mais três ações votadas antes, em que foi reconhecido o direito de desmatar 50%, mas o entendimento mudou, essa questão ambiental está mais acirrada hoje", disse a advogada da ação, Chrystiane Muniz. Há dois meses, o tribunal decidiu que vale o percentual em vigor no momento do registro da reserva legal. O ministro Herman Benjamin confirma a mudança nos julgamentos do STJ. "Como o país vai garantir a meta de redução do desmatamento se pune um grêmio estudantil que tira xerox de um livro com uma pena maior do que quem desmata 100 mil hectares de vegetação nativa?", argumenta. Levantamento feito pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) mostra que a Justiça raramente exige a reparação do dano ambiental. Muitas vezes a punição se limita à compra de cestas básicas.

Proprietários não registram reserva legal - Marta Salomon - Folha de São Paulo –
Ciência – 30/11/2009

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Mais de 90% dos proprietários rurais do país não registraram a reserva legal como manda a lei, calcula a presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), Kátia Abreu (DEM-TO). "Não chegam a 10% os produtores que averbaram a reserva", estima a senadora. "O produtor só averba se a reserva existir, e a

maioria não tem reserva", continua. O registro tem de ser feito em cartório e não há levantamentos oficiais sobre a quantidade de produtores fora da lei. Decreto baixado pelo presidente Lula previa pagamento de multa diária de R\$ 500 como punição ao produtor que não registrasse a reserva legal e se comprometesse a recuperá-la no prazo de 120 dias. Mas a entrada em vigor do decreto, prevista para 11 de dezembro, deverá ser adiada até 2011.

Extinção de passivo
Kátia Abreu apresenta nos próximos dias nova proposta de mudança no Código Florestal, que proíbe novos desmatamentos na Amazônia e na mata atlântica, mas anistia os desmatamentos irregulares ocorridos até 2001 ou 2006. A recuperação de áreas ambientalmente mais vulneráveis, como margens de rios, poderia ser feita com espécies exóticas. "O código foi um desastre, avançou sobre o direito de propriedade", insiste Kátia Abreu. "Se 90% dos produtores ficam na condição de bandidos é porque existe algo errado." A senadora tentou convencer os colegas em não transformar em lei as metas de redução das emissões de gases de efeito estufa, na semana passada. Na avaliação da CNA, as metas complicariam o acesso a créditos externos para financiar o combate ao desmatamento. "O Brasil vai chegar a Copenhague bonitinho, como se não precisasse de roupa nova", disse. A senadora integrará a comitiva oficial à conferência do clima na Dinamarca. (MS)

Índia diz que apresentará meta de corte de CO2 em Copenhague – Raul Juste Lores
– Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2009

Declaração foi feita em reunião em Pequim com gigantes do Terceiro Mundo

A Índia apresentará metas de redução de emissões de dióxido de carbono na cúpula do clima de Copenhague, que começa na semana que vem. O anúncio foi feito no sábado em Pequim por um representante do governo indiano, numa última reunião dos grandes emissores do mundo em desenvolvimento antes da conferência na Dinamarca.

O encontro foi convocado pelo governo chinês e reuniu representantes de Brasil, África do Sul, Índia e China. "Trata-se de uma união fundamental entre os países em desenvolvimento que precisam chegar à cúpula com uma visão mais unida possível sobre as exigências mínimas do que se podemos aceitar e do que podemos oferecer", disse à **Folha** o embaixador brasileiro Marcel Biato, da assessoria internacional da Presidência. Dos quatro países, apenas a Índia ainda não havia colocado um número na mesa. O Brasil anunciou sua meta no dia 13, e a China, na última quinta-feira. A África do Sul já tinha apresentado estudo no ano passado sobre o potencial de redução de emissões do país.

"China e Índia têm populações que superam 1 bilhão de habitantes e vão reduzir as emissões de forma compatível com seu crescimento, sem prejudicá-lo. Per capita, a

emissão dos dois países é pequena", diz Biato. "Como se dizia antigamente, não se pode pedir ao chinês que não tenha geladeira enquanto o americano tem carro com ar-condicionado."

O outro representante brasileiro nas reuniões e negociador brasileiro no clima, o diplomata Leandro Waldvogel, acredita que "na reta final há um crescente sentimento de que é possível salvar Copenhague". China, Índia e África do Sul estavam representados pelos seus ministros do Ambiente. A ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), responsável pela negociação no Brasil, não pôde ir. Na sexta-feira, os representantes dos três países convidados foram recebidos pelo premiê Wen Jiabao, que representará a China Copenhague. "Ele enfatizou que devemos preservar o arcabouço do protocolo de Kyoto, com responsabilidades diferenciadas para países desenvolvidos e os em desenvolvimento", disse Biato. "Wen também falou que não se deve pretender cobrar dos países em desenvolvimento o que é voluntário e da necessidade da transferência de tecnologia", disse.

Aquecimento global e equidade – Luiz Carlos Bresser-Pereira – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/11/2009

À MEDIDA que se aproxima a conferência sobre o aquecimento global de Copenhague, aumenta a preocupação sobre a possibilidade de seu fracasso. Nesse clima, Thomas Stocker, presidente do Grupo de Especialistas sobre o Aquecimento Global, manifestou-se em recente entrevista ao "Monde" (24.11.2009) sua indignação contra os "negacionistas" financiados por empresas de petróleo e de mineração que buscam pôr em dúvida as evidências científicas sobre o fenômeno. Estas, entretanto, não deixam margem para dúvida: no último século, as temperaturas médias aumentaram mais de 0,7C, os oceanos aumentaram de nível em 17 cm, 10% das coberturas glaciais foram perdidas, e o teor de sal das águas dos oceanos aumentou. Não creio no fracasso da conferência como um todo, embora não seja possível esperar que os países ricos venham a se comprometer a reduzir as emissões de gases no nível necessário.

A meta relativamente consensual entre os especialistas é a de uma redução global das emissões de 80% em 2050 em relação ao nível de 1990. A União Europeia, que está mais avançada nessa questão, pretende cumprir essa meta, aumentar em 30% a eficiência energética e aumentar para 60% a percentagem de energias renováveis. Os Estados Unidos, afinal, comprometeram-se em baixar em 17% as emissões em 2020 com base em 2005, enquanto a China fala em 40% a 45% de redução de emissões também em 2020, mas por unidade de PIB (Produto Interno Bruto): ao invés de aumentar em três vezes sua emissão, aumentará em duas vezes. Entre os países em desenvolvimento, o Brasil se mostrou disposto a estabelecer uma meta de redução de 80% do desmatamento na Amazônia e, mais amplamente, de reduzir de 36,1% a 38,9% suas emissões de gás carbônico até 2020 -uma meta ambiciosa, mas que não impedirá o desenvolvimento do país. A conferência não deve fracassar porque os negacionistas e aqueles que supõem que o problema possa ser simplesmente resolvido por novas tecnologias menos poluidoras ou mais econômicas de energia não representam o pensamento dominante.

Existe no mundo uma verdadeira preocupação com o problema. Mas os governos não estão ainda em condições de estabelecer metas definitivas. Usam critérios distintos quando as estabelecem e não há garantias de que as cumpram. Por outro lado, a questão da equidade no estabelecimento de metas para os países ricos e os países em desenvolvimento continua confusa. Nesse ponto, a proposta que me pareceu mais interessante é a de estabelecer o máximo de emissões per capita que o mundo possa suportar e definir esse valor como a meta para cada país. Ao contrário do que foi feito em Kyoto, não se procuraria apurar responsabilidades pelas emissões passadas, mas se estabeleceria uma espécie de "direito de emissão" igual para todos. Uma meta que implicaria custos mais elevados para os países ricos, mas não deixaria de manter os demais países responsáveis pelo problema que é de todos. Para estabelecer essa meta, será necessário considerar as projeções demográficas que supõem a estabilização da população mundial em torno de 2050. Não sei qual deverá ser essa meta per capita, mas, além de haver nela um princípio básico de equidade (não há nada que justifique que ricos emitam mais gases que os pobres), ela seria clara e simples tanto para ser definida e ajustada quanto para ser monitorada.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, 75, professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda (governo Sarney), da Administração e Reforma do Estado (primeiro governo FHC) e da Ciência e Tecnologia (segundo governo FHC), é autor de "Globalização e Competição".
Internet: www.bresserpereira.org.br

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do Desenvolvimento Agrário

